



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

TASSIANA BIENIEK DE MENEZES FERNANDES

**OS PERSONAGENS CINEMATOGRAFICOS DE WOODY
ALLEN:
UM ESTUDO ENUNCIATIVO DO PROCESSO DE NOMEAÇÃO.**

TASSIANA BIENIEK DE MENEZES FERNANDES

**OS PERSONAGENS CINEMATOGRAFICOS DE WOODY
ALLEN:
UM ESTUDO ENUNCIATIVO DO PROCESSO DE NOMEAÇÃO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Mariângela P. Galli Joanilho.

Londrina
2014

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F363p Fernandes, Tassiana Bieniek de Menezes.
Os personagens cinematográficos de Woody Allen : um estudo enunciativo do processo de nomeação / Tassiana Bieniek de Menezes Fernandes. – Londrina, 2014.
103 f. : il.

Orientador: Mariângela P. Galli Joanilho.
Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2014.
Inclui bibliografia.

1. Allen, Woody, 1935 – Teses. 2. Nomes de personagens cinematográficos – Teses. 3. Nomeação – Teses. 4. Semântica – Teses. 5. Linguagem – Filosofia – Teses. I. Joanilho, Mariângela Peccioli Galli. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 801 313

TASSIANA BIENIEK DE MENEZES FERNANDES

**OS PERSONAGENS CINEMATOGRAFICOS DE WOODY ALLEN:
UM ESTUDO ENUNCIATIVO DO PROCESSO DE NOMEAÇÃO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Mariângela Peccioli Galli Joanilho
UEL – Londrina – PR

Prof^ª. Dr^ª. Sheila Elias de Oliveira
UNICAMP – Campinas – SP

Prof^ª. Dr^ª. Loredana Límoli
UEL – Londrina – PR

Londrina, 14 de março de 2014.

Ao Nome que está acima de todo nome.

AGRADECIMENTOS

Agradeço àquele que era, por ter proporcionado as exatas condições para a realização desta pesquisa, àquele que é, por estar presente em cada situação, e àquele que há de vir, pois, se há algum louvor, e se existe alguma virtude, a Ele seja o reconhecimento.

Agradeço à Professora Mariângela Peccioli Galli Joasilho, por ter confiado nesta proposta de pesquisa e estado sempre presente em cada detalhe de sua elaboração.

Agradeço à Professora Sheila Elias de Oliveira, cuja leitura atenta e apontamentos se fizeram fundamentais para a conclusão da presente dissertação.

Agradeço à Professora Loredana Límoli, pela inspiração e confiança, sempre indicando que podemos ir além do que, a princípio, delimitamos.

Agradeço ao Luis Henrique Menezes Fernandes, por ser co-pesquisador desta, e de tantas outras facetas da vida.

Agradeço ao Dionisio Bieniek, por ser o que considero um verdadeiro erudito, e ter me inspirado às Letras, com suas divertidas investigações a respeito da origem das palavras.

Agradeço a todos os autores lidos e citados direta ou indiretamente no presente texto, por terem se dedicado ao conhecimento, tornando a reflexão e os resultados desta pesquisa possíveis.

Agradeço a todos os amigos e familiares, por acreditarem, mesmo sem entender o que realmente fazemos.

Agradeço a CAPES, pelo financiamento da pesquisa.

O principal interesse da análise parte do fato de não poder encontrar senão o que estava ali. De dar conta com mais rigor do que a consciência ingênua havia 'localizado' sem analisá-lo.

Christian Metz (A significação no cinema)

FERNANDES, Tassiana Bieniek de Menezes. **Os personagens cinematográficos de Woody Allen**: um estudo enunciativo do processo de nomeação. 2014. 103 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2014.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o funcionamento enunciativo do processo de nomeação de personagens fictícios, nos filmes do cineasta norte-americano Woody Allen. O intuito da presente dissertação é compreender o funcionamento do sentido de uma variante da categoria do nome próprio, muitas vezes relegada às teorias literárias e não analisada pelo viés linguístico-semântico. Para tanto, revisitamos as contribuições feitas em torno da compreensão do nome próprio e da nomeação desde a filosofia da linguagem até os dias atuais, notadamente as formulações teóricas advindas da Semântica do Acontecimento. Após revisitarmos as noções de conotatividade e motivação desde Platão até algumas reverberações nos dias atuais, discutimos as principais teorias logicistas de referência e sentido do nome próprio, desde a teoria clássica dos nomes, passando pelas teorias descritivistas e neodescritivistas, até o causalismo defendido, sobretudo, por Saul Aaron Kripke. Revisamos, igualmente, a abordagem do nome próprio e da nomeação por categorias linguísticas e semânticas, desde a elaboração do estatuto linguístico do conceito de nomes próprios por Marie-Noëlle Gary-Prieur, passando pela formulação das balizas semânticas do nome próprio, por Émile Benveniste, Michel Pêcheux e Michel Bréal, até, finalmente, adentrarmos à conceitualização do estatuto simbólico, elaborado, principalmente, no Brasil, por Eduardo Guimarães. Intentamos, dessa forma, posicionar as análises segundo os conceitos de enunciação, nomeação, referência, designação, sentido e memória em uma perspectiva enunciativa. As análises demonstram que designação e sentido são peças fundamentais na compreensão do que seja o nome próprio de entidades fictícias, diferentemente do que se tem afirmado da categoria geral dos nomes próprios. Além disso, ao contrário das teorias descritivistas e referencialistas, o posicionamento analítico proposto pela Semântica do Acontecimento permite verificar o funcionamento simbólico do nome próprio, enquanto atualização de significados possíveis pela memória existente na língua.

Palavras-chave: Nome próprio. Nomeação de personagens. Semântica do Acontecimento.

FERNANDES, Tassiana Bieniek de Menezes. **Woody Allen's movies characters: an enunciative study on the nomination process.** 2014. 103 p. Dissertation (Master's Degree Dissertation) – State University of Londrina, Londrina. 2014.

ABSTRACT

This research aims to analyze enunciatively the operation of the nomination process, mainly on fictional characters, in Woody Allen's films. The present dissertation intends to analyze the process of meaning of a variant of the categorization of proper names, many times analyzed by literary theories, however forgotten by the linguistic and semantic point of view. For that, we revisited the contributions made upon the comprehension of proper names and the nomination process, since the formulations constructed by the language philosophy until the most recent theories in that regard, in particular the Semantic of the Event. After discussing the notions of connotation and motivation since Plato until nowadays, we confront the main logicist theories of reference and meaning of proper names, throughout the classical theory of names, descriptivism, neodescriptivism, and the causalism, principally defended by Saul Aaron Kripke. We revised equally the linguistic and semantic approach to the nomination, since the linguistic formulations made by Marie-Noëlle Gary-Prieur, passing throughout the semantic delimitations built by Émile Benveniste, Michel Pêcheux and Michel Bréal, to achieve the symbolic status of proper names, elaborated, in Brazil, mainly by Eduardo Guimarães. Our objective is to position the analysis through the concepts of enunciation, nomination, reference, designation, meaning and memory in an enunciative perspective. The analyses show that designation and meaning are fundamentals in the process of comprehension of fictional entities' proper names, despite of what have been affirmed of the general category of proper names. Otherwise, in opposite of descriptivist and referentialistic theories, the analytic position by the Semantic of the Event allows to verify the symbolic operation of proper names, as an actualization of possible meanings throughout the memory existent in the language.

Key-words: Proper names. Character's nomination. Semantic of the event.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O NOME PRÓPRIO NA FILOSOFIA DA LINGUAGEM	19
1.1 MOTIVAÇÃO NATURAL E CONOTAÇÃO, DE PLATÃO AOS DIAS DE HOJE	21
1.2 A TEORIA CLÁSSICA DOS NOMES, POR JOHN STUART MILL	27
1.3 REFORMULAÇÃO DA TEORIA CLÁSSICA E SURGIMENTO DOS DESCRITIVISMOS	31
1.4 A PRIMEIRA TEORIA DESCRITIVISTA, POR GOTTLÖB FREGE	32
1.5 O APERFEIÇOAMENTO DA TEORIA DESCRITIVISTA, POR BERTRAND RUSSELL	34
1.6 O NEODESCRITIVISMO, POR WITTGENSTEIN, STRAWSON E SEARLE	38
1.7 A CRÍTICA AOS DESCRITIVISMOS E O RETORNO À TEORIA CAUSAL, POR SAUL AARON KRIPKE	42
1.8 CONSIDERAÇÕES E CRÍTICAS À TEORIA CAUSAL	46
2 O NOME PRÓPRIO NA LINGUÍSTICA	50
2.1 A GRAMÁTICA DO NOME PRÓPRIO, POR MARIE-NOËLLE GARY-PRIEUR	50
2.2 O ESTATUTO SEMÂNTICO, POR ÉMILE BENVENISTE, MICHEL PÊCHEUX E MICHEL BRÉAL	52
2.3 O ESTATUTO SIMBÓLICO, POR EDUARDO GUIMARÃES	57
3 A SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO	59
3.1 A ENUNCIÇÃO	60
3.2 A REFERÊNCIA	62
3.3 A NOMEAÇÃO	63
3.4 A DESIGNAÇÃO	66
3.5 O SENTIDO	67
3.6 A MEMÓRIA	69
4 O NOME PRÓPRIO NO CINEMA	71
4.1 A LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA: UM ABRAÇO, ESPAÇO PRIVILEGIADO DE ANÁLISE	71
4.2 AS RELAÇÕES DE SENTIDO NA CONSTRUÇÃO DE PERSONAGENS	74

5	O NOME PRÓPRIO NA OBRA CINEMATOGRAFICA DE WOODY ALLEN	77
	ALLEN	77
5.1	EMÍLIO MOLINA VARGAS, EM BANANA	79
5.2	ALVY SINGER, EM NOIVO NEURÓTICO, NOIVA NERVOSA	82
5.3	ZELIG, EM ZELIG	84
5.4	DANNY ROSE, EM BROADWAY DANNY ROSE	85
5.5	JUDAH ROSENTHAL, EM CRIMES E PECADOS	87
5.6	SHELDON MILLS(TEIN), EM CONTOS DE NOVA YORK	88
5.7	MAX WEINRIB EM PODEROSA AFRODITE	89
5.8	HARRY BLOCK EM DESCONSTRUINDO HARRY	92
5.9	JONH SAN GIULIANO, EM MELINDA E MELINDA	94
5.10	JASMINE, EM BLUE JASMINE	95
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
	REFERÊNCIAS	99

INTRODUÇÃO

De acordo com Ítalo Calvino, em sua obra *Se um viajante numa noite de inverno*, um personagem fictício pode ser caracterizado por diversos processos de significação, segundo o que sua função na obra pretende expressar. Conforme suas próprias palavras:

Uma personagem pode ter diversos nomes, conforme o caso, pode ser designada pelo primeiro nome, pelo apelido, pelo sobrenome ou pelo patronímico e, também, por coisas como ‘a viúva de Jan’ ou ‘o atendente do cerealista’. Mas o que importa são os detalhes físicos que o romance sublinha, as unhas ruídas de Bronko, a pelugem nas faces de Brigd, assim como os gestos, os utensílios manejados por um e outro, o martelo de carne, o escorredor de agrião, a espátula de manteiga, de modo que toda personagem receba uma primeira definição segundo seu gesto ou atributo, ou melhor, é sobre isso que se deseja obter mais informações, como se a espátula de manteiga já determinasse o caráter e o destino de quem no primeiro capítulo manipula um utensílio desses, e como se, a cada vez que a personagem reaparecesse no curso do romance, você, Leitor, se preparasse para exclamar: ‘Ah, é aquela da espátula de manteiga!’, forçando assim o autor a atribuir-lhe atos e eventos relacionados a essa espátula inicial (CALVINO apud AMARAL, 2008, p. 4).

Dentre os variados elementos mobilizados pelo cineasta norte-americano Woody Allen para a caracterização dos personagens de seus filmes, esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo de nomeação, a escolha dos nomes próprios e sua função dentro do enredo dos filmes, bem como sua relação com a memória da língua.¹ As contribuições esperadas se revelam no sentido de analisar o funcionamento das categorias de referenciação e sentido postas pela Semântica do Acontecimento em torno do nome próprio, evidenciando o papel da memória da língua quando do processo de nomeação e, assim, verificar como a língua fornece elementos semânticos imbricados nos nomes próprios, por meio de sua inserção na história.

Como objetivos específicos, destacamos três como mais relevantes e os quais discutimos com maior evidência no decorrer da pesquisa. No primeiro deles, tratamos de revisitar as teorias existentes em torno do nome próprio, desde a Antiguidade Clássica, passando pela filosofia da linguagem e os sistemas formais e lógicos, até à abordagem do

¹ Woody Allen é o nome artístico de Allan Stewart Königsberg, cineasta, roteirista, escritor, ator e músico norte-americano. Para uma biografia mais detalhada, conferir: LAX, Eric. *Conversas com Woody Allen: seus filmes, o cinema e a filmagem*. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Cosac Naify, 2009 e GIRGUS, Sam. *The films of Woody Allen*. Nova York: Cambridge University Press, 2002.

nome próprio pela Linguística e Semântica atuais. O segundo objetivo específico sobre o qual nos debruçamos é o de compreender a determinação de sentidos dos nomes próprios em sua singularização e/ou generalização do indivíduo nomeado, quando da sua enunciação, servindo-nos para tanto do aparato teórico da Semântica do Acontecimento. O terceiro objetivo gira em torno de verificar, por meio das análises empreendidas, a relação simbólica estabelecida entre a formação estereotipada de personagens e seus nomes próprios nos filmes de Woody Allen.

As justificativas da presente proposta mostram-se abrangentes e advindas de variados campos de discussão. Em primeiro lugar, justifica-se por a nomeação ser um assunto ainda continuamente conturbado pelas posições adversas que se contrapõem para enquadrar o sentido do nome próprio, no campo da filosofia da linguagem, mais especificamente dos sistemas formais e da lógica. Por causa dos deslocamentos feitos pelas posições teóricas divergentes, o debate permanece insolúvel: as teorias ditas descritivista, de um lado, e causal, de outro, ao privilegiar posições analíticas distintas, revelam o sentido do nome próprio segundo o olhar teórico que cada uma propõe, demonstrando proposições consideravelmente diversas para o mesmo objeto.

Em segundo lugar, no campo da linguística, apesar de se ter avançado com as contribuições a partir da *Gramática do nome próprio*, por Marie-Noëlle Gary-Prieur, e sobretudo no campo da semântica, por meio de sustentações teóricas feitas por Émile Benveniste, Michel Pêcheux, Michel Bréal e, no Brasil, por Eduardo Guimarães, principalmente no que concerne os nomes de ruas e estabelecimentos comerciais, o nome próprio de personagens fictícios ainda permanece em uma obscuridade que urge por ser desfeita. De acordo com Campos:

Nenhum dos modelos [...] [teoria causal de Stuart Mill, teoria descritivista de Frege, teoria descritivista de Russell, teoria neodescritivista de Searle, Wittgenstein e Strawson, teoria causal de Kripke] aborda satisfatoriamente duas instâncias importantes do nome próprio da nossa linguagem, a saber, variedades de grande uso como nome de ruas, cidades, produtos de consumo, etc., e nomes de identidades fictícias como personagens literárias, lendas, mitos, etc. (2004, p. 111).

Eduardo Guimarães, em *Semântica do Acontecimento* (2005), além de lançar as bases da escola teórica intitulada pelo mesmo nome, tratou de estudar o estatuto do sentido dos nomes próprios de ruas, abordando o primeiro item da crítica de Campos, a saber, após analisar a nomeação dos indivíduos na sociedade brasileira, abordou os nomes de ruas na

configuração do espaço da cidade. No artigo *Designação e espaço da enunciação: um encontro político no cotidiano* (2003), por sua vez, Guimarães se deteve diante dos nomes próprios de estabelecimentos comerciais, abordando uma outra categoria renegada nos campos de análise e exemplificação das supracitadas teorias.

Cabe a esta pesquisa, de acordo com as bases teóricas instauradas pela Semântica do Acontecimento, tratar da segunda categoria até então “esquecida” pelos filósofos e linguistas que tratam do nome próprio. Sobretudo pautada no materialismo histórico, a Semântica do Acontecimento pretende recuperar a nomeação e os sentidos dos nomes próprios e levá-los à análise, sob o ponto de vista da enunciação, para a melhor compreensão do que seja esse assunto tão indefinido, tendo sido inclusive considerado como o “parente pobre da linguística” durante tão longo período.²

A visão materialista e histórica da escola teórica sobre a qual este trabalho se pauta revela dimensões que ultrapassam o senso logicista do funcionamento do nome próprio, pois configura a compreensão do nome próprio enquanto posicionado em um acontecimento, privilegiando os aspectos de seu funcionamento e possibilitando sentidos por instaurar uma temporalidade própria. Trata-se, portanto, de encarar a linguagem a partir da enunciação e analisar a língua enquanto um produto histórico.

Neste sentido, a análise do *corpus* escolhido deve revelar esta relação e contribuir para uma melhor compreensão do funcionamento do nome próprio enquanto parte de um agenciamento enunciativo. Aqui também se revela outra contribuição esperada por esta pesquisa, pelo fato de a historicidade ter ficado de fora dos debates empreendidos na filosofia da linguagem, na busca da abstração e compreensão do funcionamento lógico do nome próprio a partir de uma linguagem perfeitamente ideal e artificial. De fato, a partir de bases linguístico-semânticas, nos é possível enquadrar a linguagem natural enquanto inserida na história como lugar de análise do funcionamento referencial e linguístico.

Em contato com o *corpus*, podemos notar a presença da memória da língua funcionando em variados níveis: seja na simples escolha de um nome próprio para um garoto dentro de um filme; seja na relação de caracterização do nome dado ao personagem principal; seja na presença do traço semântico de uma determinada fase que o personagem atravessa e que seu nome próprio encerra.

² Expressão utilizada, por exemplo, por MOLINO, Jean. Le nom propre dans la langue. *Langages*, Paris, v. 16. n. 66, p. 5-20, 1982.

Desta forma, as análises são pautadas pela tentativa de compreender o funcionamento da nomeação em uma perspectiva enunciativa, focalizando a sua relação com o próprio acontecimento, trazendo para dentro do foco da pesquisa os fatores sociais e temporais que envolvem a enunciação, para possibilitar, de alguma maneira, que os sentidos atribuídos aos nomes sejam vistos e compreendidos em sua relação histórica com o acontecimento.

Tendo em vista os objetivos e justificativas acima expostos, esta dissertação está organizado em três partes fundamentais: a primeira delas concerne a revisão bibliográfica em torno do nome próprio, seja pela filosofia da linguagem e o projeto logicista dos sistemas formais, seja pela linguística e semântica; a segunda parte estabelece os posicionamentos referentes aos conceitos e categorias necessários às análises; a terceira, finalmente, após configurar o cinema enquanto espaço *enunciativo*, permite a compreensão do nome próprio ficcional em sua enunciação, a partir das análises dos filmes selecionados e seus personagens.³

Para realizar a revisão teórica e bibliográfica, empreendemos a verificação da bibliografia tradicional em torno do nome próprio, desde Platão, passando pela filosofia da linguagem dos séculos XIX e XX, chegando aos pressupostos da Linguística moderna e da Semântica atual. O objetivo geral neste momento é o de rever os padrões subjacentes à compreensão do fenômeno da nomeação, sobretudo, no sentido de fazer dialogarem entre si as diferentes vertentes da função referencial do nome próprio, estabelecendo, para tanto, as principais características, semelhanças e diferenças de cada uma delas.

Neste propósito, o primeiro capítulo é dedicado à compreensão do nome próprio pela filosofia, enquanto designador e referenciador das coisas no mundo. Realizamos o devido recorte privilegiando os filósofos mais comumente associados ao estudo dos nomes próprios, tais como Platão (investido na figura de Sócrates), John Stuart Mill, Bertrand Russell, Gottlob Frege, Ludwig Wittgenstein, Peter Frederick Strawson, John Searle e Saul Aaron Kripke, tomando como base a obra *Os enigmas do nome*, de Jorge Campos (2004).

Por um critério cronológico, iniciamos por Platão, analisando o ponto de vista conotativo presente em sua obra *Crátilo*, onde, por meio dos personagens Crátilo e Hermógenes, as visões naturalista e convencionalista vão sendo paulatinamente questionadas por Sócrates, até o ponto de impor um limite à arbitrariedade da linguagem, analisando a

³ Essa estrutura dos capítulos se fundamenta, em grande medida, na dissertação de mestrado de Vinicius Massad de Castro, intitulada *A nomeação lúdica: um estudo enunciativo da apelidação e dos apelidos de pessoa*. (CASTRO, 2013).

conotatividade dos nomes em sua relação com a natureza dos objetos animados. A partir dessa introdução, analisamos como a relação motivação *versus* arbitrariedade subsiste até o presente momento. É certo que o *cratilismo*, nome cunhado por Roland Barthes, em meados do século XX, ao colocar em pauta o aspecto conotativo dos nomes próprios, se revela fundamental para o desenvolvimento da nossa pesquisa. (BARTHES, 1972).

Retomaremos a discussão do nome próprio e sua relação com os objetos nomeados na filosofia da linguagem por John Stuart Mill, cuja análise aponta para a compreensão de que o nome próprio não conota, não tendo sentido, mas se liga como que diretamente ao objeto ou pessoa nomeados, sendo esta uma relação de pura denotação, onde o sentido do nome próprio se revelaria pelo contato com a coisa nomeada. Seu aparato teórico será denominado posteriormente como a primeira teoria causal e retomado por Saul Aaron Kripke, privilegiando o referencialismo dos nomes próprios, sendo de fundamental relevância para as teorias de referência direta atuais.

Em resposta crítica ao primeiro esforço da teoria causal de Mill, configurando a primeira teoria descritivista, cuja análise leva à compreensão do sentido do nome próprio enquanto uma possível descrição, analisaremos os desdobramentos realizados por Gottlob Frege. Segundo suas próprias palavras:

É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letra) além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência, ainda o que eu gostaria de chamar o sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto (1978, p. 62).

Desse modo, Frege desloca o ponto de vista da significação do nome próprio, levando-o da referência propriamente dita, para o lugar de sua apresentação, por meio de, por exemplo, uma possível descrição, configurando a análise do nome próprio segundo a epistemologia deste, e não pelo viés ontológico, conforme as teorias causais.

Bertrand Russell, embora até certo ponto concorde com Mill que o contato com a coisa nomeada dispensa qualquer descrição possível como parte da construção de seu sentido, contesta a sua posição ontológica, afirmando que seria impossível algo na linguagem se ligar diretamente ao objeto pelo contato, pois em um discurso dado, ou uma frase, para utilizar seus próprios termos, teríamos de “carregar” o objeto nomeado a cada vez que nos referíssemos a ele. Assim, instaura-se o pensamento de que o sentido do nome configura-se por meio de uma descrição possível, que se encaixaria no espaço do sentido do nome próprio.

John Searle, juntamente com Ludwig Wittgenstein e Peter Frederick Strawson, ao mesmo tempo confirmando e contestando a posição de Frege e Russell, irão manter em pé a base descritivista do nome próprio, apresentando, porém, uma ressalva importante. De acordo com sua compreensão, uma descrição pode ser tida como falsa, tendo seu valor de verdade em grau zero após uma experiência que não comprove a sua existência na realidade. Imaginemos que se apresente Aristóteles como o mestre de Alexandre, o Grande. Caso se descubra de Aristóteles que este não foi o mestre de Alexandre, que nunca, em hipótese alguma, enveredou-se pelo caminho da pedagogia, não poderemos concluir que Aristóteles não existiu.

Alargando, pois, a compreensão de que o sentido de um nome próprio repousa sobre uma possível descrição, Searle aponta para o fato de que o nome funciona como um aparador de descrições, onde, caso uma descrição se descubra falsa, ou de valor de verdade igual a zero, não concluiremos imediatamente que essa pessoa não existe, ou, em outras palavras, que seu nome não tem sentido. Compreendendo o nome próprio como um “cabide” onde “penduramos” descrições, usando sua própria metáfora, e uma família de descrições como o possível sentido deste nome, Searle completa a teoria descritivista, elevando-a a um patamar difícil de ser atingido pelas críticas causalistas.

Combatendo a visão que poria uma descrição possível no estatuto de sentido do nome próprio, Saul Aaron Kripke contrapõe-se à compreensão dos ditos descritivistas, retomando as contribuições de Mill, cuja base ontológica e referencialista seriam, para Kripke, fundamentais na relação de nomeação. Dessa maneira, Kripke lança uma nova compreensão sobre o assunto, baseado fundamentalmente na posição denotativa de Mill, postulando que o nome próprio funciona como um designador rígido.

Essa postulação do nome próprio enquanto designador rígido vai receber uma resposta de Searle que, inserindo a intencionalidade como parte fundamental da nomeação, deixará pouco espaço para a teoria causal se opor com substancialidade. Dessa forma, ao analisar o encaminhamento das discussões, podemos verificar que o que vai entrar em jogo e, em certa medida, solucionar a questão do sentido do nome, é a própria inserção da nomeação na enunciação, embora o termo utilizado, no campo da filosofia da linguagem, não seja propriamente este.

Ainda que essas teorias ainda se contraponham na atualidade, é notável que as diferenças foram ficando cada vez menores, enquanto o campo de análise foi gradativamente passando do sistema formal, de uma linguagem perfeita, para as linguagens naturais e de fundo realístico. Conforme o contexto na linguagem natural e o uso do nome

próprio foram ganhando terreno nas discussões, as teorias foram se encaminhando para uma maior aproximação entre si e de uma possível trégua no debate.

No segundo capítulo, demonstraremos como a compreensão do nome próprio se deu no campo da Linguística. É Marie-Noëlle Gary-Prieur quem vai primeiro tratar do nome próprio fundamentada sobre as bases e categorias pertencentes à Linguística Moderna. Seu trabalho será de fundamental importância por formular uma *Gramática do nome próprio* (1994), detalhando seu funcionamento segundo os parâmetros da análise linguística moderna. Seu propósito, conforme demonstrado no capítulo, é o de retirar o nome próprio de seu estatuto de “parente pobre da linguística” e lançar sobre ele um novo olhar, capturando suas nuances segundo as categorias sintáticas, morfológicas, fonológicas e semânticas.

No campo específico da Semântica, abordaremos quatro grandes semanticistas principais: Émile Benveniste, Michel Pêcheux, Michel Bréal e, no Brasil, Eduardo Guimarães. Émile Benveniste enquadra o nome próprio dentro do processo enunciativo, e essa sua preocupação o levará a compreender o nome próprio através de sua função na enunciação e delimitada por ela. Dessa forma, sua compreensão apontará para o fato de que o nome representa o locutor e o alocutário, sendo parafrasticamente substituíveis por pronomes pessoais, tais como o *eu* e o *tu*.

Michel Pêcheux, estendendo a função semântica da representatividade do nome próprio, compreende a nomeação enquanto um processo de determinação levada ao extremo. Para o autor, o nome próprio funciona tal como a expressão “aquele que”, e catalisa como função de representação a determinação. Michel Bréal, por sua vez, demonstra que o estatuto semântico da análise do nome próprio é o ponto de partida para a sua compreensão, partindo de sua inserção na enunciação. Podemos aí verificar um prenúncio da base histórica e materialista na busca da verificação do sentido dos nomes próprios.

Desenvolvendo a compreensão do nome próprio a partir dos linguistas acima selecionados, Eduardo Guimarães aprofunda o enfoque da análise semântica sob a perspectiva do simbólico. Compreendendo a linguagem a partir da enunciação, Guimarães coloca a relação de sentido do nome próprio enquanto uma relação simbólica. Para isso, Guimarães postula as diferenças e delimitações de conceitos como *nomeação*, *designação* e *referência*, em uma perspectiva pela qual o acontecimento em que a língua funciona, ou seja, o agenciamento enunciativo, torna-se o ponto de partida para toda análise que se queira realizar.

No terceiro capítulo, avançando com as contribuições feitas por Eduardo Guimarães, explicitamos as referências e pressupostos teóricos advindos juntamente com a formulação da Semântica do Acontecimento. Trata-se de um posicionamento teórico que considera a linguagem a partir de duas questões fundamentais: de um lado, a análise do semanticista considera que a linguagem fala de algo; de outro lado, a análise do sentido deste algo deve levar em conta que o que se diz, escreve, exprime, é incontornavelmente construído na linguagem (GUIMARÃES, 2007).

De acordo com essa linha de pesquisa, o uso da linguagem se dá num processo denominado “agenciamento enunciativo”, em que o locutor é tomado pela linguagem quando faz uso dela. Dessa forma, compreendemos que, quando temos um agenciamento enunciativo, subjacente a esse acontecimento está a memória da língua, e pela mobilização desta memória, podemos expressar sentidos. Desse modo, esta pesquisa consiste em analisar os processos envolvidos nessas escolhas que expressam sentidos, que aspectos se relacionam com os acontecimentos em que essas escolhas emanam significações, de forma a compreender como se dá a relação entre procedimentos artístico-estéticos e a memória subjacente à língua.

No quarto capítulo, referenciamos a escolha do *corpus*, expondo as particularidades da linguagem cinematográfica enquanto espaço de análise. Enfatizamos aqui a tenuidade da linha que separa a realidade da arte, configurando o espaço da criação cinematográfica como o lugar de discursos passíveis de serem analisados enquanto promotores de compreensão da realidade. Não pretendemos, todavia, adentrar na questão difundida arte *versus* realidade, mas conjugar essas duas instâncias de modo a possibilitar a análise do funcionamento da língua neste espaço de enunciação.

Num segundo momento deste mesmo capítulo, especificamos a relação entre personagem e nome próprio, delimitando, para tal, os papéis de autor, criador, locutor e enunciador no espaço da criação cinematográfica. O intuito neste momento é revelar a língua enquanto possibilitadora de enunciações que emanam significados, muito mais do que adentrar nos campos da intencionalidade ou não do autor. É necessário especificar que, quer se trate da criação, quer se trate da recepção, o movimento de análise apontará para as possibilidades de compreensão do sentido do nome próprio, por a língua configurar-se enquanto um produto histórico e inserido em um contexto específico de agenciamento temporal.

Por fim, esboçaremos como os nomes próprios de personagens fictícios encerram sentido, enquanto catalisadores de significações, nos filmes do cineasta em questão.

Os filmes escritos e dirigidos por Woody Allen configuram-se enquanto cinema narrativo, de modo que a história neles apresentada passa a ser o principal motor de veiculação de ideias, tornando-se um espaço de enunciação cuja relação com a memória subjacente à língua promove sentidos. À guisa de conclusão, retomaremos, em certa medida, os debates que expomos a respeito do estatuto do sentido do nome próprio e, contrapondo com as análises que realizamos, intentamos demonstrar a contribuição desta pesquisa, qual seja, analisar o nome próprio ficcional em sua relação simbólica possibilitada pela memória da língua.

1 O NOME PRÓPRIO NA FILOSOFIA DA LINGUAGEM

Um primeiro esclarecimento é necessário antes de adentrarmos no tratamento filosófico do nosso objeto. É indispensável compreender que a relação entre nome próprio e objeto nomeado tratada pela filosofia da linguagem de cunho logicista não se restringe necessariamente a nomes próprios de pessoas. A relação aqui discutida, na maioria das vezes, é da relação total entre nomes e coisas. Sempre que possível, fizemos um esforço no sentido de recortar e privilegiar somente os antropônimos, ou no máximo, topônimos, garantindo a especificidade do presente trabalho. Todavia, os textos que se nos apresentam vão além das discussões abreviadas de nomes para coisas particulares, abrangendo toda a nomeação.

Tendo esclarecido este ponto, precisamos ainda nos deter à forma como nos ateremos ao debate empreendido. O intento de nossa revisão bibliográfica é o de compreender o estatuto do sentido do nome próprio, para isso, muitas vezes, contrapondo uma visão à outra. Veremos assim que, mesmo que haja diferenças espaço-temporais consideráveis, há uma certa convergência entre as diferentes visões aqui analisadas, e conceitos aparentemente distintos tratam, por vezes, das mesmas realidades, ainda que sob tomadas de posições diversas.

Conforme já dito na introdução, avaliaremos os principais autores que trataram do assunto, tomando como linha de raciocínio o critério cronológico. No entanto, nosso desígnio em contrapor as visões que foram se desenvolvendo ao longo do tempo não é o de demonstrar uma suposta evolução linear da discussão, pois podemos observar que esta, de fato, não ocorreu. Pelo contrário, ainda atualmente, as posições aqui apresentadas têm sido discutidas, mantidas em pé, revelando que nem sempre há uma convergência nos debates.

Um outro esclarecimento se faz necessário: a compreensão dos debates travados, especialmente entre as teorias descritivistas e referencialistas, toma como base a apresentação feita por Jorge Campos, em seu livro *Os enigmas do nome* (2004). Consideramos a apresentação de Campos, contrapondo-a com a leitura dos originais, uma abordagem suficientemente didática e sucinta para os devidos fins aqui propostos.

Ainda uma última distinção: é imprescindível para o raciocínio aqui elaborado notar que as concepções de nome e nomeação vão receber conotações bem diferentes nos campos da filosofia da linguagem e da linguística. Na lógica, sobretudo, há uma diferença crucial no tratamento dos nomes próprios, por se tratar de uma linguagem artificial, simbólica, e não da linguagem real. Partir da linguagem real é algo que a linguística

vai priorizar, sendo reservada à filosofia da linguagem a preocupação com o funcionamento da referência às coisas do mundo por “funções preposicionais”. Conforme as palavras de Vernant:

No início do século XX, Gottlob Frege [...], e depois Bertrand Russell [...], inauguravam a lógica contemporânea. Tratava-se de, pela construção de uma língua inteiramente artificial, simbólica e formal, fornecer as regras de um cálculo universal não mais para os números e as grandezas matemáticas, mas para “funções preposicionais” aplicáveis a todos os usos cognitivos do discurso (2009, p. 9, tradução nossa).⁴

Isso nos leva a compreender uma característica fundamental do debate empreendido pelos lógicos. Toda a construção da teoria da referência construída pelo projeto logicista tem como base a premissa de que a linguagem real que possuímos é falha e cheia de imperfeições. Logo, seria necessária uma linguagem perfeita e, por conseguinte, artificialmente idealizada, para que a compreensão matemática da referência se desse por completo. Nas palavras de Michel Pêcheux:

Não se pode negar que a Lógica, como teoria das línguas artificiais, tenha, de fato, se desenvolvido tomando como matéria-prima a linguagem “natural”, mas é preciso acrescentar, de imediato, que esse trabalho sempre teve exclusivamente por fim liberar *as matemáticas* dos efeitos da linguagem “natural” (de modo que a Lógica tem se tornado progressivamente uma parte do domínio das matemáticas) mas nunca pretendeu liberar a própria linguagem “natural” de suas “ilusões” *em geral* (PÊCHEUX, 1997, p. 97).

Para Pêcheux, a forma como Frege, por exemplo, instaura a relação do nome próprio com as coisas, ainda que tome emprestado termos da Linguística, não guarda nenhuma preocupação com as relações linguisticamente construídas, não traçando nenhuma ligação com outras unidades linguísticas. As preocupações teóricas não se pautam pela linguagem natural e seu funcionamento, em uma compreensão dos atos linguísticos propriamente. Pelo contrário, o projeto logicista, de maneira geral, toma como base a análise feita a partir do que seria uma linguagem idealmente perfeita, para compreender num nível ainda mais abstrato a relação de referência com as coisas e seres no mundo.

⁴ Todas as vezes em que ocorrer no texto citações por nós traduzidos para a língua portuguesa, colocaremos em nota explicativa o trecho na língua original em que o texto foi consultado. Trecho original: “À l’aube du siècle, Gottlob Frege [...], puis Bertrand Russell [...], inauguraient la logique contemporaine. Il s’agissait, par la construction d’une langue entièrement artificielle, symbolique et formelle, de fournir les règles d’un calcul universel portant non plus sur les nombres et les grandeurs mathématiques, mais sur des ‘fonctions propositionnelles’ applicables à tous les usages cognitifs du discours”.

Logo, ainda que aparentemente estejam tratando do mesmo objeto, filósofos e linguistas partem de realidades analíticas distintas – os primeiros, abordando uma linguagem artificialmente idealizada, e os segundos, a linguagem real e histórica –, de modo que os resultados, o tratamento e a compreensão não poderiam ser senão divergentes. Dessa forma, a revisão teórica aqui empreendida é pautada pelo esforço de captar essas diferenças, para evitar possíveis mal entendidos.

Finalmente, tendo feito as devidas ressalvas, damos prosseguimento ao texto, para tratar de um assunto da maior relevância para as análises propostas: a relação entre a motivação e a arbitrariedade envolvendo os nomes próprios, tomada desde a Antiguidade Clássica, por Platão, até alguns de seus desdobramentos pela Linguística Moderna.

1.1 MOTIVAÇÃO NATURAL E CONOTAÇÃO, DE SÓCRATES AOS DIAS DE HOJE

Aqui são apresentadas duas teses que se prolongarão em um embate até os dias atuais. Nos termos gregos, dois princípios são contrapostos: o princípio da *thesei*, segundo o qual a criação dos nomes se dá de forma arbitrária, e o princípio da *physei*, que explica a criação das palavras por meio de motivações naturais. De acordo com Susana Kampff Lages:

Um aspecto fundamental da cultura grega, que é de suma importância [...] para toda a reflexão sobre a linguagem, empreendida pela literatura moderna: [é] o conflito entre uma visão cratílica e uma visão que podemos chamar de hermogênea da linguagem, assim como é apresentada por Platão no *Crátilo*. O problema da adequação entre nome e coisa conduzido por Sócrates nesse diálogo constitui o fundamento de qualquer discussão moderna sobre a linguagem e dá origem a duas vertentes, nomeadas segundo os interlocutores de Sócrates no diálogo - Hermógenes e Crátilo. A primeira, ligada ao que hoje chamamos, a partir de Saussure, arbitrariedade do signo ou da linguagem, ou depois de Benveniste, de convencionalidade do signo, contraposta a uma linhagem cratílica, cujo cerne é a idéia de algo que hoje se convencionou chamar caráter não arbitrário ou motivado do signo. Toda a filosofia, e toda a literatura posterior a Platão terá de lidar com essa duplicidade, procurando superá-la (2002, p. 122).

Antes de adentrarmos à análise do texto platônico, vale reforçar algumas restrições concernentes ao tratamento da questão motivação *versus* arbitrariedade. A motivação entendida aqui é o mundo, os seres e as coisas tomados pela linguagem, reproduzidos por meio de artifícios linguísticos. Dessa forma, a motivação, ou *physei*, é compreendida como estando presente na origem de todas as palavras, indiferentemente de sua

categoria. Os termos motivação, *physei*, ou mesmo correção, sugerindo que os nomes carreguem a verdade da realidade do objeto ou ser no mundo, é aplicado a todas as palavras, quer se trate de nomes próprios, substantivos, adjetivos, ou verbos, compreendidos pelo único termo grego *onoma*. Conforme a explicação de Luciano Ferreira de Souza:

O grego “ὄνομα” agrupa desde nomes próprios, substantivos, adjetivos e até mesmo verbos, e Platão fará uso indistinto dele ao referir-se tanto a uns quanto a outros, chamando-os todos por “ὄνομα”. Assim, ao estabelecermos a mesma relação de sentido entre os vocábulos “correção” e “verdade”, e termos em mente que quando o filósofo refere-se a “nomes”, ele refere-se ao que compreendemos por “palavra”, podemos afirmar que o objetivo do diálogo, em seu sentido mais amplo, é saber o que vem a ser a “verdade dos nomes”, independente daquilo que entendemos hoje por uma categoria gramatical específica atribuída a qualquer termo (2010, p.11).

Conforme adiantado por Lages, na Antiguidade Clássica, Platão, no diálogo escrito por ele, intitulado *Crátilo*, coloca a discutir Hermógenes, Crátilo e Sócrates a respeito da natureza dos nomes próprios. Nessa obra, a tese defendida por Sócrates, a partir das indicações naturalistas de Crátilo, e contra as pressuposições convencionalistas de Hermógenes, é a de que a nomeação se dá de forma motivada, e o processo de nomear abrange a conotação dos nomes, sendo os seres e as coisas no mundo os responsáveis por inspirarem, de uma forma natural, a sua nomeação. Segundo as palavras do filósofo:

Se nem todas as coisas são semelhantemente para todos, ao mesmo tempo e sempre, e nem cada um dos seres é para cada um em particular, é evidente que as coisas possuem em si uma certa essência estável, que não nos é relativa nem depende de nós, deixando-se levar acima e abaixo por nossa imaginação, mas elas possuem em si mesmas uma relação com a sua própria essência, que é por natureza (PLATÃO, 2010, p.86).

A concepção de que as coisas foram primeiramente nomeadas por uma relação de conotação natural é colocada nestes termos por Sócrates: “o que primeiro estabeleceu os nomes, evidentemente, considerava as coisas como elas eram e [...] estabeleceu-lhes tais nomes” (PLATÃO, 2010, p.139-140). Essa ideia é questionada por Hermógenes, quando esse indica a falta de acesso ao conhecimento exato da origem das palavras, contrapondo ao argumento socrático o fato de que “os nomes primitivos, por serem mais antigos, não podiam ser investigados, pois aqui e ali são cercados; e nem haveria de ser espantoso que a antiga língua, comparada a de hoje, em nada difira da maneira bárbara” (PLATÃO, 2010, p.124).

Na tentativa de superar essa questão, Sócrates responde que os nomes primeiramente criados já nasceram de uma relação de interpretação e de transformação pelo tempo dos que primeiro nomearam: “os primeiros nomes estabelecidos já foram encobertos pelos que queriam enfatizá-los, tanto para embelezar-lhes quanto pela ação do tempo, acrescentando e retirando letras para tornar a pronúncia agradável, transpondo-as de todas as maneiras” (PLATÃO, 2010, p.116).

A tese defendida, portanto, por Sócrates, é a de que “o nome é uma imitação pela voz daquilo que se imita, e aquele que imita nomeia com a voz quando imita” (PLATÃO, 2010, p. 126), considerando sua afirmação de que “deve-se também nomear as coisas como e com o que é natural para nomear e serem nomeadas, e não como nós desejamos”, de forma que “quando alguém conhece o nome como ele é – e ele é precisamente como a coisa – será capaz também de conhecer a coisa, já que ela se acha semelhante ao nome” (PLATÃO, 2010, p.139). O princípio pelo qual os nomes foram primeiramente formados pelos ancestrais em uma relação natural, reconhecido pelo termo *phýsis* - ou *physei* -, é explicado por Souza da seguinte maneira:

Phýsis indica aquilo que por si brota e por si cresce, surgindo como princípio de tudo, permitindo a compreensão dos seres em diversos aspectos, tanto divinos quanto humanos. Assim, as relações humanas (nas cidades, com os deuses e com o cosmo) era explicada com base nesse preceito original, de onde as coisas surgem (SOUZA, 2010, p. 14).

Essa propriedade da *phýsis* é então aplicada a todos os nomes, aqui no sentido da linguagem como um todo. A partir disso, conclui-se que a própria natureza teria parte na construção linguística dos referentes, levando para dentro da linguagem a essência da realidade como que atrelada aos meios linguísticos pelos quais uma palavra era formada.

A visão de que os nomes são inspirados pelos seres no mundo, criando uma relação motivada, vai ser amplamente substituída pela noção de arbitrariedade e convencionalidade na linguística moderna. Além da afirmação peremptória de que o signo é arbitrário, presente primeiramente no *Curso de Língua Geral* de Saussure (2006), a própria dificuldade de acesso a esse laço natural entre a linguagem e as coisas no mundo fez com que a compreensão de que o signo é convencionalizado tivesse maior influência, até os dias atuais. Não, todavia, sem receber algumas críticas:

No seu Curso, Ferdinand de Saussure constata que “o princípio da arbitrariedade do signo não é contestado por ninguém”. Ele teria se espantado ao ver a quantidade de obras que criticam o princípio da arbitrariedade do signo e ainda mais surpreso diante dos congressos internacionais, linguísticos e semióticos tendo a motivação como tema central e diante do número cada vez maior de estudos que assinalam a presença do princípio *physei* sobre todos os níveis da organização da linguagem: desde os sons, passando pela prosódia, sintaxe, estrutura semântica dos lexemas e monemas gramaticais (HOLES, 2000, p. 133, tradução nossa).⁵

Para os defensores do caráter não-arbitrário do signo, constatar a arbitrariedade do signo não substitui a compreensão da relação de motivação do signo, muito menos impede que essa ganhe terreno. Pelo contrário, segundo Holes, “mesmo a maioria das palavras que nós vamos chamar motivadas são arbitrárias. Todavia, sua arbitrariedade não as impede de serem motivadas” (2000, p. 137, tradução nossa).⁶

Holes, fundamentado na teoria da iconicidade de Fonagy, advoga que não é paradoxal dizer que o signo linguístico é, ao mesmo tempo, arbitrário e motivado. Pelo contrário, ambos, Holes e Fonagy, defendem que convencionalidade e motivação não são conceitos antônimos. Um e outro podem estar presentes, sem se excluírem mutuamente, quando da origem e manutenção de um determinado signo linguístico. Conforme Fonagy:

Dizer que tal ou tal palavra de uma língua é “convencionada” é um truísmo. De fato, uma tautologia, que não contém nenhuma indicação sobre a relação entre significante e significado, e mesmo com o objeto designado. Essa relação pode ser perfeitamente aleatória ou, ao contrário, mais ou menos motivada (1993, p. 30, tradução nossa).⁷

A concepção de que o princípio da *phýsis* está na fundamentação da criação das palavras é também encontrada em outros filósofos da linguagem, como Leibniz:

⁵ “Dans son Cours, Ferdinand de Saussure constate que “le principe de l’arbitraire du signe n’est contesté par personne”. Il aurait été sans doute étonné de voir le nombre d’ouvrages qui critiquent le principe de l’arbitraire du signe et encore plus étonné devant les congrès internationaux, linguistiques et sémiotiques ayant la motivation pour thème central et devant le nombre toujours croissant d’études qui signalent la présence du principe *physei* sur tous les niveaux de l’organisation du langage: celui des sons, de la prosodie, de la syntaxe, de la structure sémantique des lexèmes et monèmes grammaticaux”.

⁶ “Même la plupart des mots que nous allons appeler motivés sont arbitraires. Cependant, leur arbitrarité ne leur empêche pas d’être motive”.

⁷ “Dire que tel ou tel mot d’une langue est “conventionnel” est un truisme, en fait, une tautologie, qui ne contient aucune indication sur le rapport entre signifiant et signifié, voire avec l’objet désigné. Ce rapport peut être parfaitement aléatoire ou, au contraire, plus ou moins motivé”.

Encontramos essa concepção nos teóricos do século das Luzes. Segundo Leibniz, as palavras são tão arbitrárias quanto os números ou as fichas. Na linguagem original, todavia, os signos verbais eram motivados. Ao longo da história, os laços naturais entre significante e significado foram pouco a pouco sendo apagados. Podemos, entretanto, encontrar em certos casos os traços de uma correspondência original (FONAGY, 1993, p. 41, tradução nossa).⁸

Conforme anteriormente esclarecido, a motivação apresentada em *Crátilo*, e defendida por Sócrates, seria encontrada em todos os níveis da linguagem, configurando-se desde o nível fonético. Embora não seja possível afirmar categoricamente que os signos são motivados desde a sua relação com os sons que o representam, Ullman considera níveis mais sutis de conotação e motivação envolvendo a significação (HOLES, 2000, p. 136). Para o autor, há uma oposição entre palavras arbitrárias e palavras motivadas. Ele define as palavras motivadas como aquelas cuja “forma não é puramente fortuita aos olhos do sujeito falante” (HOLES, 2000, p. 136). A partir dessa divisão, Ullman propõe uma classificação entre diferentes tipos de motivações:

[Ullman] discerne três ordens de fatos suscetíveis de explicar a estrutura da palavra: a) motivação fônica (piar é motivado porque os sons imitam a impressão auditiva que constitui o sentido da palavra); b) motivação morfológica (cantor é motivado porque existe o verbo cantar, de um lado, e um sufixo - or de outro, pelo uso do qual forma-se nomes de agentes). Sob o ponto de vista sincrônico, todo derivado prefixal e sufixal é motivado contanto que ele seja sentido como tal; c) motivação semântica (mosca, no sentido de espião, é motivado por um tipo de analogia entre o inseto e o espião - trata-se de uma transposição metafórica que fornece o laço). O fato do nome do inseto não ser motivado não tem nada a ver com a análise do nome do espião (HOLES, 2000, P. 136, tradução nossa).⁹

Objetando-se à classificação de Ullman, Holes afirma que o léxico não se divide em palavras arbitrárias, de um lado, e palavras motivadas, de outro. Ao compreender que arbitrariedade não exclui motivação, Holes propõe uma categorização em níveis de

⁸ “Nous retrouvons cette conception chez les théoriciens du siècle des Lumières. Selon Leibniz, les mots sont tout aussi arbitraires que les chiffres ou les jetons. Dans le langage originel, par contre, les signes verbaux étaient motivés. Au cours de l'histoire, les liens naturels entre signifiant et signifié ont été oblitérés. On peut, toutefois, retrouver dans certains cas les traces d'une correspondance originelle”.

⁹ “Il discerne trois ordres de faits susceptibles d'expliquer la structure du mot: a) motivation phonique (piailler est motivé parce que les sons imitent l'impression auditive qui constitue le sens du mot); b) motivation morphologique (chanteur est motivé parce qu'il existe en français un verbe chanter d'une part et un suffixe -eur de l'autre, à l'aide duquel on forme des noms d'agents). Au point de vue synchronique, tout dérivé prefixal et suffixal est motivé pourvu qu'il soit senti comme tel; c) motivation sémantique (mouche au sens d'espion est motivé par une sorte d'analogie entre l'insecte et l'espion – c'est une transposition métaphorique qui fournit le lien). Le fait que le nom de l'insecte est immotivé n'a rien à faire avec l'analyse du nom de l'espion”.

motivação do signo, diferenciando-a entre direta e relativa. A motivação direta seria aquela que fornece a informação sobre o objeto designado, englobando, portanto, onomatopéias, palavras expressivas e as formadas por fonossimbolismo, morfossimbolismo e iconicidade. A motivação relativa, por sua vez, abrangeria motivações de caráter morfológico (em palavras transparentes, tais como as derivações, palavras compostas, certos nomes próprios, outras palavras remotivadas por etimologia popular) e cunho semântico (transposições semânticas, metáforas, metonímias, etc) (HOLES, 2000, p. 136).

Émile Benveniste, por sua vez, em *Problemas de Linguística Geral* (1997), parece conciliar as oposições no debate, ao demonstrar que a relação de arbitrariedade defendida por Saussure não deve repousar propriamente sobre o laço entre o significante e o significado, mas sim entre o signo e a representação do objeto real. É esse elemento imposto de fora, a realidade objetiva, que o raciocínio da arbitrariedade toma como eixo de referência. Desse modo, “se consideramos o signo em si mesmo e enquanto portador de um valor, a arbitrariedade se encontra necessariamente eliminada” (BENVENISTE, 1997, p. 54, tradução nossa).¹⁰

Ao afirmar que há um laço necessário entre o significante e o significado, Benveniste descarta a possibilidade de que este seja compreendido como aleatório. Para ele, esta relação pode ser comparada a uma folha de papel: rasgando-se um lado da folha, rasga-se inevitavelmente também o outro. A arbitrariedade, portanto, deve repousar sobre a relação do objeto ou ser real no mundo e sua atribuição linguística na nomeação.

Assim como Benveniste, Fonagy, Ullman e Holes, autores como Roland Barthes se puseram a rediscutir o problema da motivação e convencionalidade a partir da nomeação. Barthes se inquieta sobretudo diante dos nomes próprios de personagens, sejam históricos ou fictícios, como os presentes na obra de Marcel Proust, abordando um certo “cratilismo”, usando seus próprios termos, quando da nomeação dos personagens (BARTHES, 1972).

O que fazem autores como Barthes é construir análises no sentido de relativizar a noção única de arbitrariedade do signo, ainda que debaixo de muitas ressalvas e contradições. Essa pesquisa, se nos cabe a relação, em pequena medida, deve evidenciar esse relativismo pelas relações simbólicas que desvela, evitando, porém, adentrar nas sólidas questões da motivação ou não do signo e aprofundá-las demasiadamente. O intuito aqui será o

¹⁰ “Si l’on considère le signe en lui-même et en tant que porteur d’une valeur, l’arbitraire se trouve nécessairement éliminé”.

de demonstrar que, em certa medida, motivação e arbitrariedade são fundamentos não necessariamente contraditórios, que podem caminhar juntos na construção simbólica de um nome próprio fictício.

Contudo, a motivação proposta para nomes de personagens de realidade inexistente é tomada parcialmente, por meio do intuito, muitas vezes, deliberado, de atribuir propriedades a um ser individual com uma função específica em um determinado enredo. Há um direcionamento de sentidos que nos leva a acreditar que o nome é criado em uma relação de motivação, ainda que, tomado em diferentes circunstâncias, esses sentidos direcionados se esvaem. Há, portanto, por uma finalidade polissêmica, uma mobilização de sentidos, possível pela memória da língua, pronta a estabelecer e manter a ilusão de que o signo é motivado e instaura sentidos à essência do ser nomeado.

1.2 A TEORIA CLÁSSICA DOS NOMES, POR JOHN STUART MILL

Nos séculos XIX e XX, lógicos e filósofos se debruçaram sobre a questão central da nomeação, avaliando sobretudo a relação entre os nomes e seus referentes. John Stuart Mill é tradicionalmente considerado um dos pioneiros nesse embate lógico-filosófico, embora a questão já tivesse sido tratada por outros pensadores antes dele. Em seu projeto logicista – isto é, baseado nos sistemas formais da linguagem em que a relação da língua com as coisas no mundo é vista de forma matemática –, Mill parte da seguinte definição de nome, baseada no filósofo inglês Thomas Hobbes:

Um nome, diz Hobbes, é uma palavra tomada arbitrariamente para servir como uma marca que deve fazer surgir em nossa mente um pensamento como um pensamento que já tivemos, e que, sendo pronunciado a outros, deva ser para eles também um sinal de que pensamento o falante tinha anteriormente em sua mente (1882, p. 30).¹¹

Ao partir dessa definição de Hobbes para nome, a pergunta que Mill se faz, e que pretende responder, é a seguinte: “Os nomes são propriamente ditos para serem os nomes das coisas, ou das nossas ideias das coisas?” (1882, p. 30, tradução nossa).¹² Ao tentar responder a essa questão, Mill fundamenta a base ontológica da teoria causal. Segundo essa

¹¹ “A name, says Hobbes, is a word taken at pleasure to serve for a mark which may raise in our mind a thought like to some thought we had before, and which being pronounced to others, may be to them a sign of what thought the speaker had before in his mind”.

¹² “Are names more properly said to be the names of things, or of our ideas of things?”

base referencialista, os nomes devem ser compreendidos enquanto designadores diretos das coisas a que se referem no mundo, sendo impossível compreender o sentido de um nome por uma conceitualização ou descrição. Dessa forma, Mill lança o fundamento do que será chamado causalismo, posteriormente retomado e avançado por Kripke, Quine e Carnap. Segundo a definição de Mill, “os nomes próprios [...] denotam os indivíduos a quem dão o nome, mas não afirmam nem implicam qualquer atributo como pertencente a esses indivíduos” (1882, p. 40, tradução nossa).¹³

Na citação acima reside a teoria central de John Stuart Mill em relação aos nomes próprios. Ao defini-los nesses termos, Mill compreende a nomeação como um processo de denotação, e não de conotação. Ao darmos nomes às coisas, segundo Mill, não nomeamos cada coisa ou objeto individualmente, mas procedemos de tal forma a elencar um nome para um amontoado de objetos que possuam as mesmas evidências e características. É dessa forma que temos, por exemplo, a palavra “pedra”, que designa toda e qualquer pedra, e não as nomeamos cada uma com um nome diferente. Em seus próprios termos:

Todos os nomes são nomes de alguma coisa, seja essa coisa real ou imaginária. Todavia, não existe, para todas as coisas, nomes apropriados para cada uma delas separadamente. Para alguns objetos individuais, requeremos e o que, por consequência, temos, são nomes separadamente distintos para cada pessoa ou lugar que seja necessariamente notável. Os outros objetos, dos quais não temos a ocasião de falar com tanta frequência, não se designa por um nome somente deles; pelo contrário, quando temos a necessidade de nomeá-los, o fazemos de tal forma a colocar juntas várias palavras, cada qual, por si mesma, devendo designar e ser usada para um número indefinido de outros objetos (1882, p. 33, tradução nossa).¹⁴

Uma segunda questão, vinculada à primeira, impõe-se a partir da teoria causal milliana: se os nomes denotam as coisas, que coisas são essas? Mill procede, então, a uma divisão e classificação dos nomes, pois, se os nomes denotam, é necessário saber como denotam, e que tipo de relação denotativa mantêm com os diferentes seres no mundo.

A primeira grande divisão que Mill julga necessária é a separação dos nomes em gerais e individuais, ou singulares. Para ele, os nomes próprios devem ser divididos

¹³ “Proper names [...] denote the individuals who are called by them; but they do not indicate or imply any attributes as belonging to those individuals”.

¹⁴ “All names are names of something, real or imaginary; but all things have not names appropriated to them individually. For some individual objects we require, and consequently have, separate distinguishing names; there is a name for every person, and for every remarkable place. Other objects, of which we have not occasion to speak so frequently, we do not designate by a name of their own; but when the necessity arises for naming them, we do so by putting together several words, each of which, by itself, might be and is used for an indefinite number of other objects”.

pela relação que mantêm com as coisas no mundo, de forma a serem passíveis de verificação e afirmação lógica da verdade. Assim, um nome geral é aquele capaz de ser verdadeiramente afirmado para cada elemento de um número indefinido de coisas. O nome individual ou singular, por seu turno, também é capaz de ser verdadeiramente afirmado, mas para uma coisa somente.¹⁵

A segunda classificação proposta por Mill abrange a divisão entre nomes concretos e abstratos, e a terceira, entre conotativos e não-conotativos. De acordo com o filósofo, esta última constitui uma das mais importantes a serem esclarecidas. Um termo não conotativo é o que significa um único sujeito, ou um único atributo. Um termo conotativo é aquele que denota um sujeito e implica um atributo. Sua nota é para o fato de que o nome próprio é usado para significar um sujeito diretamente, e os atributos, indiretamente.

A quarta divisão proposta é entre nomes positivos e negativos; a quinta, entre relativos e absolutos (ou não-relativos); e a sexta, finalmente, entre unívocos e equívocos, sendo esta última não uma divisão entre dois tipos de nomes, mas entre diferentes modos de empregar os nomes. Um nome é unívoco, ou aplicado univocamente, com respeito a todas as coisas que ele pode predicar no mesmo sentido. Por outro lado, o nome aplicado equivocadamente se refere a coisas que predicam em diferentes sentidos.

Após proceder a essa divisão dos nomes, seu objetivo de esclarecer como os nomes próprios somente denotam é atingido. Em sua palavras:

Pelas observações precedentes será facilmente apreendido que, sempre que os nomes dados a objetos comportarem qualquer informação - ou seja, quando eles tiverem algum sentido - o sentido reside não no que eles denotam, mas no que eles conotam. Os únicos nomes de objetos que não conotam nada são os nomes próprios; e estes não têm sentido, estritamente falando (1882, p. 43, tradução nossa).¹⁶

Para Mill, a definição dos nomes próprios é reduzida à seguinte formulação: “nomes próprios são ligados aos próprios objetos, e não são dependentes da continuidade de nenhum atributo do objeto” (1882, p. 43, tradução nossa).¹⁷ Mill fundamenta a relação do

¹⁵ No tocante aos nomes gerais, Mill também observa que é necessário distinguir entre geral e coletivo, para evitar possíveis confusões (1882, p. 35).

¹⁶ “From the preceding observations it will easily be collected, that whenever the names given to objects convey any information - that is, whenever they have properly any meaning—the meaning resides not in what they denote, but in what they connote. The only names of objects which connote nothing are proper names; and these have, strictly speaking, no signification”.

¹⁷ “Proper names are attached to the objects themselves, and are not dependent on the continuance of any attribute of the object”.

nome próprio com as coisas no mundo sob o ponto de vista referencialista, colocando a coisa nomeada como significação do nome. Ora, esta visão referencialista abrirá uma nova discussão, ao propor duas contestações fundamentais. A primeira diz respeito à afirmação de que a linguagem se refira direta e estritamente a algo no mundo, sendo contestada a partir da seguinte provocação: a cada vez que falo um nome de alguém, esse alguém é “carregado” no discurso que pronuncio? A outra contestação, advinda necessariamente da primeira, é o questionamento da posição segundo a qual algo dito na linguagem não tem sentido.

Os descritivistas vão combater a teoria causalista de Mill, ao deslocar a compreensão do sentido do nome para bases epistemológicas linguístico-filosóficas, colocando a descrição como um possível sentido para o nome próprio. É certo que há algumas nuances da teoria milliana que os descritivistas manterão em pé, tais como a compreensão de que o conhecimento de alguém dispensa qualquer descrição, formulada por Mill da seguinte maneira: “Quando dizemos, apontando para um homem: este é Brown ou Smith, ou apontando para uma cidade: aquela é York, nós não transmitimos ao leitor, meramente por fazer isso, nenhuma informação além de que esses são seus nomes” (1982, p. 44, tradução nossa).¹⁸

Todavia, o que é crucial para o descritivismo se opor à teoria clássica dos nomes é o fato de que as soluções propostas por Mill, segundo Campos, são insuficientes, deixando de fora as informações que podem ser atribuídas aos nomes:

Se os nomes próprios, como ele [Stuart Mill] os considera, não possuem qualquer conotação ou significado, então a sua denotação esgota toda a informação que eles podem oferecer e, conseqüentemente, se, em tais enunciados, a denotação é a mesma, nada é informado, e a proposição é absolutamente trivial. Mas isso não é, absolutamente, o que se pode aceitar sem discussão (2004, p. 24).

Além disso, Campos indica que, apesar de Mill haver encaminhado as primeiras questões pela teoria clássica, e assim serem formuladas e reformuladas pelas próximas vertentes, divergentes ou não, sua definição de nomes não abrange os nomes de seres que não possuem existência real, e isso não passará despercebido. Segundo seus próprios termos:

¹⁸ “When we say, pointing to a man, this is Brown or Smith, or pointing to a city, that it is York, we do not, merely by so doing, convey to the hearer any information about them, except that those are their names”.

Quando ele [Mill] define o nome, atribui a ele a propriedade de denotar coisas reais ou imaginárias. Nesse sentido, ele parece não considerar a hipótese de qualquer comprometimento ontológico com objetos sem existência, mas, apenas, a de que constata mais uma das intrigantes propriedades da linguagem. Mill pressupõe, então, uma aceitação simplista de que os nomes funcionam assim e basta. De maneira análoga, talvez, a falta de importância que ele atribui à ausência de denotação pressupõe uma compreensão similar de que os nomes não só podem denotar coisas imaginárias como, inclusive, não denotar. De qualquer forma, o que é certo, mais uma vez, e finalmente, é que se Mill reduz toda a semântica do nome próprio à denotação, sua teoria não tem o que dizer para casos de vacuidade referencial, a não ser que não há nada semanticamente considerável. E isso não é, absolutamente, incompatível com a sua concepção de linguagem enquanto instrumento imperfeito de mediação do pensamento para a realidade. Apenas chama a atenção que ele não a tenha denunciado enfaticamente por isso (CAMPOS, 2004, p. 25).

1.3 REFORMULAÇÃO DA TEORIA CLÁSSICA E SURGIMENTO DOS DESCRITIVISMOS

A história dos descritivismos sobre o nome próprio é a história de um projeto logicista e de sua ambição de fundamentá-lo filosófico-lingüisticamente. Se a Lógica Clássica não sustentava mais as intenções formais do presente, então era urgente reformá-la, mas não sem o ônus da referida fundamentação, que passava, entre tantas outras coisas, pelo problema da nomeação. Apenas, aconteceu que os obstáculos eram um pouco mais duros do que se imaginava, especialmente porque a lógica natural da linguagem cotidiana não correspondia tão docilmente (CAMPOS, 2004, p. 187).

O descritivismo desloca a questão do sentido do nome próprio da referência dos seres reais no mundo para a língua e sua representatividade. Se a teoria clássica, proposta por Mill, não deu conta de compreender os nomes quando estes se ligam a seres sem real existência – e ainda não explicou fundamentalmente como fica a questão semântica do nome, ao admitir que o único processo envolvido na nomeação seria o de denotação –, a discussão terá de ser retomada.

Ao retomar a questão crucial “o nome próprio tem sentido?”, os descritivistas são unânimes ao afirmar que “sim”. Ao responder afirmativamente, outra questão terá de ser solucionada: se o nome tem sentido, onde ele está? Para esclarecer essa questão, os filósofos terão que dar cabo de demonstrar por proposições, e o farão também dentro do projeto logicista, de compreender a linguagem como referente ao que existe (ainda que abstratamente) no mundo.

Essa continuidade do projeto logicista, que parte de uma linguagem perfeita e acusa as fragilidades das línguas naturais, estará ainda bem presente nos raciocínios de Frege e Russell, conforme veremos nos capítulos dedicados a cada um. No entanto, as críticas

aparecerão justamente para englobar a compreensão que parte de uma linguagem perfeita e não endereçada à totalidade do funcionamento nas línguas reais.

Tais críticas virão de basicamente dois lados. O primeiro será o dos que mantém a descrição como responsável pelo estatuto do sentido do nome próprio, manifestado por Searle, Strawson e Wittgenstein, formulando o que será denominado o Neodescritivismo. O segundo será encabeçado principalmente por Saul Aaron Kripke que, apoiando-se sobre as questões deixadas em aberto pela teoria descritivista, retornará ao causalismo inicialmente encaminhado por Jonh Stuart Mill.

1.4 A PRIMEIRA TEORIA DESCRITIVISTA, POR GOTTLLOB FREGE

O que Frege provocou, na verdade, foi uma reavaliação profunda das relações entre lógica e linguagem natural, mediante uma limpeza matematizada do terreno movediço formado pelas nossas velhas crenças lógico-gramaticais. E essa foi, para nós, a sua indiscutível contribuição para uma teoria semântica do nome próprio (CAMPOS, 2004, p. 111).

O filósofo e matemático Friedrich Ludwig Gottlob Frege, em *O sentido e a Referência*, vai discutir a teoria apresentada por Mill, afirmando que entre o nome e a coisa nomeada não existe uma relação vazia, mas atravessada pela descrição. Sua contribuição maior advém do fato de produzir um deslocamento do lugar do sentido, ao se perguntar se é possível um nome acrescentar alguma informação, em uma estrutura do tipo $A=B$, onde A e B funcionam como sinais ou nomes.

Neste contexto fica claro que, por “sinal” e por “nome” entendi qualquer designação que represente um nome próprio cuja referência seja um objeto determinado (esta palavra tomada na acepção mais ampla), mas não um conceito ou uma relação. A designação de um objeto singular pode também consistir em várias palavras ou outros sinais (FREGE, 1978, p. 62).

Frege reinstaura a problemática da nomeação ao propor o seguinte esquema: se A informa algo sobre B – assim como a relação $A=A$ é analítica, segundo o que propõe Kant, ou seja, configurando-se um conhecimento *a priori* –, então os nomes devem obrigatoriamente ter sentido. Aliás, o sentido se configura justamente nesta informação a mais que ao nome possa ser atribuído.

É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letra) além daquilo por ele designado que pode ser chamado de sua referência, ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto (FREGE, 1978, p. 62).

Apesar de avançar na compreensão do sentido do nome e reconfigurar o debate empreendido por Mill, cuja visão referencialista deixava de lado a hipótese de que nomes têm sentido, e assim trazer uma luz para o viés semântico do processo de nomeação, Frege mantém alguns percalços a serem desfeitos, o que, de fato, acontecerá com os seus predecessores. Todavia, as noções de referência e sentido instauradas a partir da colocação de Frege serão fundamentais para o desenvolvimento da compreensão semântica envolvendo a nomeação.

A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos, a representação que dele temos é inteiramente subjetiva; entre uma e outra está o sentido que, na verdade, não é tão subjetivo quanto a representação, mas que também não é o próprio objeto (FREGE, 1978. p. 65).

Segundo Campos, a abordagem fregeana, embora tenha alguns *insights* fundamentais para a elaboração do que virá em seguida, não é satisfatória, notadamente pelo fato de a descrição não poder ser o sentido do nome, por não abranger a totalidade do que está contido na referência. Essa exclusão fica clara em Frege, uma vez que ele não aborda os nomes próprios como uma categoria que abarca diversas variações. Uma das vertentes do nome próprio que Frege exclui de sua teoria são os nomes de entidades de ficção, considerando-os falsos nomes próprios, “produtos da desastrosa impropriedade lógica da linguagem cotidiana de permitir nomes com sentido e sem referência” (CAMPOS, 2004, p. 115).

Fica, portanto, evidente que Frege, assim como Mill, considera a linguagem natural e real imperfeita para a compreensão lógica da nomeação. Dessa forma, a sua compreensão, ainda que tenha contribuído para algumas saídas na construção do sentido do nome próprio, vai ainda estar subsidiada por um projeto logicista que tornará obrigatória a sua emancipação para com a lógica, se deseja atingir a total compreensão do fenômeno da nomeação.

A respeito do que seja a nomeação, Frege aponta que “o sentido de um nome próprio é entendido por todos que estejam suficientemente familiarizados com a linguagem ou com a totalidade de designações a que ele pertence; isto, porém, elucida a

referência, caso ele tenha uma, mas de uma maneira parcial” (1978, p. 63). Assim como para Mill, o nome é entendido, ou seu sentido é capturado, quando há a familiarização com o sujeito nomeado. Sua diferença para com Mill recai sobre a visão de que a elucidação da referência acontece, no entanto, de maneira parcial. Vejamos sua definição acerca do assunto:

No caso de um nome próprio genuíno como “Aristóteles”, as opiniões quanto ao sentido podem certamente divergir. Poder-se-ia, por exemplo, tomar como seu sentido o seguinte: o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno. Quem fizer isto associará outro sentido à sentença “Aristóteles nasceu em Estagira” do que alguém tomar como sentido daquele nome: o mestre de Alexandre Magno, que nasceu em Estagira. Enquanto a referência permanecer a mesma, tais variações de sentido podem ser toleradas, ainda que elas devam ser evitadas na estrutura teórica de uma ciência demonstrativa, e não devem ter lugar numa linguagem perfeita (FREGE, 1978, p.63).

Ao assumir que uma mesma referência pode comportar diversos significados propostos pelas variadas descrições possíveis, ainda que escusando a linguagem perfeita para a lógica de comportar tal tipo de funcionamento, Frege assume sua posição descritivista e avança para Searle aquilo que vai culminar na formulação do sentido do nome a partir de uma família de descrições.

Para concluir, vejamos sua própria consideração sobre o assunto: “Um nome próprio (palavra, sinal, combinação de sinais, expressão) exprime seu sentido e designa ou refere-se a sua referência. Por meio de um sinal exprimimos seu sentido e designamos sua referência” (FREGE, 1978, p. 66,67). Assim, Frege assume sua posição divergente da teoria clássica, afirmando que o sentido é emanado através do “sinal” que designa uma referência, configurado por meio de uma descrição.

1.5 O APERFEIÇOAMENTO DA TEORIA DESCRITIVISTA, POR BERTRAND RUSSELL

“A importância dos nomes próprios, no sentido que estou falando, está na perspectiva da lógica, não da vida cotidiana” (RUSSELL, 1918, p. 201). Assim como Frege, Bertrand Russell desenvolve a compreensão de que, entre o nome e o referente, existe o conceito da descrição, que se colocaria como o sentido do nome, equiparando o nome próprio ao estatuto de nome comum. O sentido do nome próprio também é apresentado por Bertrand Russell como devendo fazer parte de uma linguagem perfeita, considerando o nome próprio no âmbito dos fenômenos referenciais. Definindo o nome próprio como um descritor, este se

aliará a uma descrição, ou definição, para ter seu sentido. Se isso acontece, o nome próprio funciona então como um símbolo, e não devidamente como uma referência a um particular.

Particular é a qualidade que define, para Russell, o nome próprio. Em seu texto sobre a *Lógica do Atomismo*, Russell assevera que é o nome próprio que funciona mais adequadamente como particularizante. Dessa forma, ao depararmos-nos com um nome próprio, e ao familiarizarmos-nos com a pessoa que o carrega, não temos necessidade de nenhuma definição, ou descrição, ou o que quer que seja.

Assim, Russell também aponta para o fator de familiarização com a referência como fundamental para o sentido do nome próprio, tal como fizeram Mill e Frege. O termo utilizado por Russell é “acquaintance”, que ele mesmo vai definir como: “uma relação dupla entre um sujeito e um objeto que necessitam ter uma comunhão de natureza” (RUSSELL, 1918, p. 30, tradução nossa).¹⁹ A pessoa, ou objeto, ou coisa, funcionando como referente, não necessita de nenhum intermediário explicador entre seu nome e sua própria natureza. O nome próprio, por conseguinte, é notadamente particularizante e funciona sem ter a necessidade de um sentido agregado a sua forma.

Quando você conhece, entra em contato, com algo particular, você tem um completa, adequada e inteira compreensão do seu nome, e nenhuma informação a mais é necessária. Não necessitar de nenhuma informação a mais se dá pelo fato de ser verdade que esse algo particular é capaz de oferecer uma maior compreensão do sentido do nome (RUSSELL, 1918. p. 30, tradução nossa).²⁰

Russell procede primeiramente a uma diferenciação entre nomes logicamente próprios e ordinários. Para ele, os nomes logicamente próprios são aqueles com quem o falante está familiarizado no ato da nomeação. Por outro lado, não estamos familiarizados com nomes como “Sócrates” e eles são, por isso, nomes ordinários, que funcionam como descrições truncadas.

¹⁹ “A dual relation between a subject and an object which need have any community of nature”.

²⁰ “When you are acquainted with that particular, you have a full, adequate, and complete understanding of the name, and no further information is required. No further information as to the facts that are true of that particular would enable you to have a fuller understanding of the meaning of the name”.

Um nome, no sentido estritamente lógico de uma palavra cujo significado seja um particular, pode unicamente ser aplicado a um particular com o qual o falante está familiarizado, porque não podemos nomear coisa alguma com a qual não estejamos familiarizados. Você se lembra, quando Adão nomeou os animais, eles vieram diante dele um por um, e ele se familiarizou com eles e os nomeou. Não estamos familiarizados com Sócrates, logo não podemos nomeá-lo. Quando usamos a palavra “Sócrates”, estamos, na verdade, usando uma descrição. Nosso pensamento pode nos apresentar algumas frases como “O mestre de Platão”, ou o “O filósofo que bebeu cicuta”, ou “A pessoa a qual os lógicos afirmam que é mortal”, mas certamente não usamos o nome como um nome no próprio sentido da palavra (RUSSELL, 1918. p. 29, tradução nossa).²¹

Nesta diferenciação, o ponto chave para definir um nome logicamente próprio e um nome ordinário é justamente a noção de “acquaintance”. Quando não temos essa familiarização com o objeto, seu nome é um nome ordinário, e equivalente a qualquer descrição, funcionando como uma descrição truncada. Desse modo, os nomes próprios tem seu significado no próprio particular.

Essa conclusão de Russell vai se complexificar porque a noção de familiaridade que ele propõe distancia e reduz o grupo de particulares definidos por nomes próprios. Segundo essa categorização, os nomes próprios serão os mais próximos de “isto” ou “aquilo” cuja função dêitica vai necessariamente aproximar do objeto por uma relação de familiarização, que o tornará verdadeiramente um particular.

Igualmente dentro do projeto logicista de estabelecer um sistema formal de significação, onde as línguas reais apresentam falhas, Russell formula algumas conclusões que avançarão no propósito de analisar o funcionamento da língua através da formulação de uma linguagem perfeita, e avançará sobretudo no destino semântico do nome próprio. Sua distinção entre sentido e denotação vai se tornar fundamental para a manifestação filosófica do que virá depois: “a relação do significado e da denotação não é meramente linguística em

²¹ “A name, in the narrow logical sense of a word whose meaning is a particular, can only be applied to a particular with which the speaker is acquainted, because you cannot name anything you are not acquainted with. You remember, when Adam named the beasts, they came before him one by one, and he became acquainted with them and named them. We are not acquainted with Socrates, and therefore cannot name him. When we use the word ‘Socrates’, we are really using a description. Our thought may be rendered by some such phrase as, ‘The Master of Plato’, or ‘The philosopher who drank the hemlock’, or ‘The person whom logicians assert to be mortal’, but we certainly do not use the name as a name in the proper sense of the word.”

relação à frase: deve haver uma relação lógica envolvida, que nós expressamos ao dizer que o significado denota a denotação” (RUSSELL, 1918, p. 26, tradução nossa).²²

Já sabemos então que para ele há duas maneiras de analisar essa relação entre significado e denotação. De um lado, temos os nomes logicamente próprios, que se aproximam funcionalmente dos dêiticos, referindo-se a particulares, os quais só podemos conhecer por meio de uma relação de “acquaintance”. Do outro lado, temos os nomes ordinários, ou descrições truncadas, que se relacionam com o referente de maneira a classificá-los, ou colocá-los em séries.

O primeiro tipo de nome próprio é aquele que usamos na linguagem cotidiana, “como se” referissem a particulares, porém, de fato, Russell nos adverte que não o fazem, mas descrevem sistemas de classes ou séries. O segundo tipo funciona como uma descrição abreviada, de modo a denotar o objeto nomeado por meio de uma descrição, sendo esta abreviada ou não.

Assim, há uma diferença entre descrição definida e descrição indefinida. O nome enquanto substantivo comum deve ser enquadrado como uma descrição definida, pois é formulado a partir de sua singularização presente por meio do artigo definido “o”. Já a descrição indefinida é introduzida pelo artigo indefinido “um”, generalizando o substantivo que o segue.

Uma “descrição” pode ser de duas categorias - definida e indefinida (ou ambígua). Uma descrição indefinida é uma frase da forma “um tal-e-tal” e uma descrição definida é uma frase da forma “o tal-e-tal” (RUSSELL, 1919, p. 167).

Conforme demonstramos, apesar dos avanços, Russell vai deixar algumas brechas para a teoria descritivista, que serão os pontos principais reformulados por Searle, Strawson e Wittgenstein. As questões nevrálgicas a serem revisitadas serão a falta de abrangência da totalidade das variantes da categoria do nome próprio, o estabelecimento de sua teoria pautada sobretudo no projeto de um sistema formal em uma linguagem perfeita e, principalmente, a afirmação de que os dêiticos são os nomes próprios por excelência, quando, na realidade, não o são.

²² “The relation of meaning and denotation is not merely linguistic through the phrase: there must be a logical relation involved, which we express by saying that the meaning denotes the denotation”.

1.6 O NEODESCRITIVISMO, POR WITTGENSTEIN, STRAWSON E SEARLE

Passando ao neodescritivismo de Wittgenstein, Strawson e Searle, esse movimento, como se disse anteriormente, contribuiu, de forma decisiva, para que os nomes próprios da nossa linguagem saíssem da posição subalterna do descritivismo clássico e passassem a ser o centro das discussões. Mas, se isso é inegável, também fica claro que suas retificações, na tentativa de preservar o núcleo descritivista, também falharam (CAMPOS, 2004, p. 119).

Conforme apontado por Campos, autores como Wittgenstein, Strawson e Searle, apesar das diferenças que os separam, podem ser enquadrados dentro de uma tendência neodescritivista, cuja origem é a posição clássica de Frege e Russell. Vamos aqui diferenciar as maiores contribuições de cada um deles, analisando seus desdobramentos. Primeiramente, Wittgenstein vai se opor radicalmente à proposição russelliana de que o sentido do nome está em uma base de descrição. Segundo suas próprias palavras:

É importante constatar que a palavra “significação” é usada incorretamente, quando se designa com ela a coisa que “corresponde” à palavra. Isto é, confunde-se a significação de um nome com o portador do nome. Se o Sr. N.N morre, diz-se que morre o portador do nome, e não que morre a significação do nome. E seria absurdo falar assim, pois se o nome deixasse de ter significação, não haveria nenhum sentido em dizer: “O Sr. N.N. morreu” (WITTGENSTEIN, 1999, p.31).

Ao evidenciar essa particularidade da significação, Wittgenstein não só derruba a proposição dos nomes ordinários para particulares, mas também desmonta o próprio fundamento da teoria causal que, como veremos depois, será recuperada por Kripke. O que Wittgenstein propõe é uma compreensão cada vez maior de que o sentido de um nome é configurado em seu uso, pois ainda que o correspondente de um nome não seja mais encontrado na realidade, sentenças propostas com seu nome continuam fazendo sentido.

Pode-se para uma grande classe de casos de utilização da palavra “significação” - se não para todos os casos de sua utilização - explicá-la assim: a significação de uma palavra é seu uso na linguagem. E a significação de um nome elucida-se muitas vezes apontando para seu portador (WITTGENSTEIN, 1999, p. 32).

De acordo com Campos, Wittgenstein não está, todavia, preocupado em alimentar uma teoria semântica da linguagem, mas seus propósitos de apontar as fragilidades da análise logicista da linguagem vão inserir no debate algo de fundamental, e que dificilmente será contornado por seus predecessores. Ao constatar que o uso é um dos

componentes no jogo da linguagem, ele vai referendar diversas análises linguísticas que partirão desta compreensão: “...não se dá também o caso em que jogamos e fazemos as regras enquanto jogamos? [...] E também o caso em que as modificamos enquanto jogamos” (WITTGENSTEIN, 1999, p. 50).

Ao esquematizar a linguagem como um jogo, e compreender que o fazemos e até mesmo o modificamos enquanto jogamos, Wittgenstein aponta, ainda que superficialmente, para os pressupostos que embasam essa pesquisa. Para o filósofo, o uso deve estar entre os pressupostos de toda análise de funcionamento linguístico, assim como se deve compreender a língua natural tal qual ela é, sob pena de sempre escapar ao estimado funcionamento linguístico em busca de uma linguagem logicamente perfeita.

Strawson, assim como Wittgenstein, mantém a base descritivista para o sentido do nome próprio, porém suas ressalvas vão ainda mais longe. Em sua obra *On referring*, diante da aceitação das proposições feitas por Russell por parte dos lógicos e matemáticos de seu tempo, Strawson demonstra que existem ali erros basilares. A primeira ressalva demonstra que nomes próprios e descrições, sejam elas definidas ou indefinidas, não existem como a única forma de referenciar particulares no mundo, no modo como Russell propõe. Ao contrário de Russell, que afirma que uma sentença como: “O atual rei da França é sábio” é falsa e, portanto, não tem significado como valor de verdade, visto que não há um rei na França - ou seja, se seu referente não existe, é porque essa sentença não tem sentido - Strawson vai afirmar que tal sentença tem, sim, sentido, ainda que seja falsa.

Continuando em seu propósito de demonstrar que estão incorretas as afirmações russellianas, e no sentido de prover novas e acertadas formas de análise do nome próprio, as propostas analíticas oferecidas por Strawson são divididas em categorias distintas: uma sentença, ou expressão; o uso dessa sentença, ou expressão; e o proferimento dessa sentença ou expressão. Ao diferenciar essas categorias, Strawson estará paulatinamente trazendo o projeto logicista mais próximo de verdades mínimas que concernem o funcionamento da língua, considerando agora o uso, o contexto e as vicissitudes das línguas naturais.

Ao integrar o uso da sentença como parte indissociável de seu processo de análise, Strawson afirma que a mesma sentença em diferentes tempos e modos de uso serão falsas ou verdadeiras. Diferentemente de Russell, Strawson concebe que a sentença “O rei da França é sábio” pode ter sido verdadeira, se pronunciada na época de Luís XIV, por exemplo. Além disso, se a mesma sentença tivesse sido pronunciada no reinado de Luís XV, ela ainda seria verdadeira, mas se referiria a outra pessoa.

Assim, a sentença deve ser compreendida não como verdadeira e falsa no sentido estritamente lógico da expressão, mas sim em seu uso e considerando as diferenças que isso possa causar. O ato de referir ou mencionar se desloca para o uso da sentença, ou da expressão, assim como afirma neste parágrafo:

“Mencionar” ou “referir” não é algo que uma expressão faz; é algo que alguém pode usar uma expressão para fazer. Mencionar algo, ou referir a algo, é uma característica do uso de uma expressão, como “sendo sobre” algo, e a verdade ou falsidade são características do uso de uma sentença (STRAWSON, 1950, p. 326, tradução nossa).²³

Por sua vez, Searle, desenvolvendo a teoria descritivista, chama a atenção para o fato de não fazer sentido dizer que uma possível descrição, ou definição, aliada ao nome próprio funcione como seu sentido completo. Assim como Wittgenstein, Searle também nos leva a perceber que a afirmação de que o sentido do nome repousa sobre o objeto nomeado não pode ser sustentada. Ao associar a um nome uma descrição, e depois perceber que essa descrição era falsa, não anulamos o fato de que existe um nome que nomeia tal pessoa, ou seja, o nome continua fazendo sentido, ainda que seu correspondente seja falso. A única coisa que vemos acontecer é a descrição ser falsa, não vemos o próprio nome se desfazer.

A unicidade e imensamente pragmática conveniência dos nomes próprios em nossa linguagem repousa precisamente sobre o fato de que estes são capazes de referir publicamente a objetos sem carregar consigo a obrigação de trazer à tona questões, nem fazer concordar com as características exatas que descrevem e constituem a identidade do objeto. Os nomes próprios funcionam não como descritores, mas como cabides nos quais penduramos descrições (SEARLE, 1980, p. 172, tradução nossa).²⁴

Desta forma, Searle conclui que o sentido de um nome próprio não pode ser uma definição possível, pois essa, sendo verdadeira ou falsa, não tem o poder de designar completamente o nome próprio, pois esse continuará sendo o nome próprio de alguém, ainda

²³ “‘Mentioning’, or ‘referring’, is not something an expression does; it is something that someone can use an expression to do. Mentioning, or referring to, something is a characteristic of a use of an expression, just as ‘being about’ something, and truth-or-falsity, are characteristics of a use of a sentence”.

²⁴ “The uniqueness and immense pragmatic convenience of proper names in our language lie precisely in the fact that they enable us to refer publicly to objects without being forced to raise issues and come to agreement what descriptive characteristics exactly constitute the identity of the object. They function not as descriptions, but pegs on which to hang descriptions”.

que se descubra a falsidade de uma tal definição. O nome próprio funciona, assim, como um “cabide”, servindo-nos de seus próprios termos, onde penduramos descrições.

Vamos supor que pedimos aos utentes do nome “Aristóteles” para formular os fatos que consideram essenciais e estabelecidos a propósito desse nome. Suas respostas constituiriam um conjunto de descrições identificadoras, e eu gostaria de mostrar que, embora nenhuma delas seja, por si mesma, analiticamente verdadeira de Aristóteles, a sua disjunção o é (SEARLE, 1985, p. 223).

Ora, tal como um cabide, se retirarmos algo que está pendurado nele e colocarmos outra coisa, ele não deixará de ser cabide, mas apenas estará dando suporte a outro elemento. Assim, o nome próprio tem como sentido não uma descrição, mas uma família, ou grupo, de descrições possíveis, que se atrelam ao nome segundo o uso que se faz dele.

O que Searle faz, então, é reformular a mesma questão, de uma forma ligeiramente distinta: qual é a única função dos nomes próprios? Para começar, o autor assume que eles servem para referir objetos, mas que outras expressões, como as descrições definidas e os demonstrativos, também o fazem. Então, continua: o que difere os nomes próprios das outras expressões referenciais? Segundo o filósofo, diferentemente dos demonstrativos, os nomes próprios não necessitam de condições contextuais atravessando obrigatoriamente seu pronunciamento. Também distintamente das descrições definidas, tais como “o tal-e-tal”, os nomes próprios, em geral, não especificam nenhuma característica do objeto nomeado.

Ao se deter um pouco mais sobre essa diferença, Searle esclarece que, se a pergunta é: “o nome próprio tem sentido?”, ela se desdobra em outras duas perguntas. Se essa pergunta quer dizer: o nome próprio é usado para descrever ou especificar características do objeto nomeado? A resposta seria não. Se a pergunta é: o nome próprio está logicamente ligado às características do objeto ao qual se refere? A resposta seria sim, mas de uma maneira um pouco solta.

De uma maneira um pouco solta, porque uma descrição não vai ter sempre o mesmo valor de verdade em diferentes situações. Desse modo, mais uma vez, a noção de situação em que o nome é proferido vai revelar-se como fundamental para definir o sentido de um nome próprio. Assim, para Searle, o que cabe no estatuto do sentido do nome próprio é uma família de descrições, onde a cada vez que o nome for usado, uma descrição dessa família será mais ou menos suficiente para significá-lo.

1.7 A CRÍTICA AOS DESCRITIVISMOS E O RETORNO À TEORIA CAUSAL, POR SAUL AARON KRIPKE

É indiscutível que o movimento neodescritivista e suas variantes, pretendendo ou não ser uma teoria do sentido e da referência dos nomes próprios da linguagem natural, tratou deles e buscou neles uma sustentação lógica para os seus contrapartes nas linguagens formais. Se isso é assim, a nossa primeira objeção aos descritivismos em geral diz respeito ao fato de que, mesmo nas variantes de Wittgenstein, Strawson e Searle, a intuição lingüística sobre um contexto de uso mais amplo não foi considerada. Dissemos de Frege que ele teve o mérito de desconfiar de nossas intuições preconceituosas sobre o nome próprio; dissemos de Russell que ele teve o mérito de suspeitar que nomes próprios da linguagem ordinária e logicamente próprios são entidades distintas; reconhecemos em Wittgenstein, Strawson e Searle o mérito de terem trazido a linguagem natural para o centro da discussão lógico-filosófica. Mas objetamos, vigorosamente, o fato de que todos eles trabalharam sobre a sua própria intuição, não respaldando as suas propostas num contexto de uso mais amplo do nome próprio. Por que quase só nomes, e sempre os mesmos, de personagens históricas? E nomes de ruas, de cidades, de disciplinas, de plantas, de lojas, de filmes, de música, de animais, de livros, etc., são nomes espúrios ou quem sabe seu uso trivializa o rigor lógico? Ou será que os filósofos querem falar da linguagem natural sem o ônus da exemplificação mais pesada? (CAMPOS, 2004, p.120).

Campos aponta nesta crítica sumária aos descritivismos o fato de ainda não se ter adentrado com toda a profundidade exigida para se analisar a língua sob o pano de fundo da linguagem real, não mais amarrado a um projeto cuja análise é pautada em exemplos ideais, sob a pressuposição de uma linguagem perfeita. Ainda que a teoria descritivista tenha avançado no esforço de estabelecer o funcionamento referencial do nome próprio, o trabalho analítico realizado até então não deu conta de verificar o real funcionamento da nomeação enquanto categoria abrangente de diversas variações de exemplificação.

Esta crítica feita aos descritivismos deve levar em consideração que, ainda que tenha havido certo avanço – embora incipiente e tímido – no sentido de levar a língua para um patamar onde o uso é agora parte integrante do processo de análise, não houve um rompimento abrupto com o logicismo. Pelo contrário, mesmo que os neodescritivistas tenham concebido o fato de não ser possível de compreender a língua fora dela, a verificação e análise do funcionamento da nomeação por meio de exemplificação abrangente das variantes de nomes próprios fica à deriva.

Antes de demonstrar as projeções a partir dos avanços alcançados pelos descritivistas, mesmo assim, ou justamente por algumas fragilidades do Neodescritivismo,

ainda há uma reverberação na filosofia da linguagem, a ser tratada sobretudo por Saul Aaron Kripke, retornando à teoria clássica de Mill e combatendo o descritivismo.

Kripke vai apontar algumas das falhas centrais deixadas pela teoria descritivista em sua abordagem do sentido e da referência dos nomes próprios na linguagem natural. Cabe ressaltar que, a princípio, o intuito descrito por Frege e Russell não era tratar da linguagem natural, mas as contribuições em torno do sentido e da referência se deram no contexto de um projeto mais amplo cuja centralidade repousava em avaliar o conhecimento em seu domínio mais puro, tendo que por isso passar pela questão do nome próprio.

A contribuição dos descritivismos se deu mais propriamente no sentido de admitir algumas considerações que nos encaminham para a linguagem natural como lugar privilegiado se quisermos compreender o funcionamento do sentido e da referência, particularmente quando tratamos de nomes próprios.

O filósofo causalista demonstra que mesmo Wittgenstein, Strawson e Searle, cujas análises se aproximam da linguagem natural, em momento algum se detiveram sobre ela para analisá-la *ipso facto*. Justamente por isso, Campos aponta que os descritivismos não deram cabo de responder satisfatoriamente a questão central da nomeação, principalmente por não fornecerem uma definição precisa e constante dos conceitos de sentido, significação e referência.

Outros aspectos importantes ignorados pela análise descritivista foram os seguintes: o fato de não tratar de nomes próprios ordinários em seu contexto mais amplo; as análises se mostrarem demasiadamente contra-intuitivas, em relação ao que pensam os falantes comuns sobre o sentido do nome próprio; por fim, não prover diferenciação entre o nome próprio e outras expressões referenciais da linguagem.

Portanto, para preencher as lacunas deixadas pela teoria descritivista, desenvolvida sobretudo por Russell e Frege, Saul Aaron Kripke vai desmontar a questão teórica em volta do nome próprio. O que Kripke afirma é que, entre o nome próprio e o referente no mundo, não existe nada que se encaixe no estatuto de significado. Segundo ele, os construtos teóricos não ajudam a compreender a questão da nomeação, pois não partem do que é a nomeação no mundo e seu funcionamento e, sim, de modelos teóricos fundamentados em o que seria uma linguagem perfeita. Assim, “desteozando” o nome próprio, Kripke vai dizer que ele funciona como um designador rígido, e que ele está diretamente ligado ao referente, sem nenhuma descrição ou possível referência que o atravesse.

Ao criticar a teoria descritivista, Kripke volta ao fundamento lançado por Stuart Mill e demonstra que o grande problema da teoria descritivista é considerar o nome

próprio no âmbito da teoria, e não da realidade. Ao revisar a questão do nome próprio, Kripke volta-se para o fato da necessidade da nomeação, e vai encarar o este fenômeno tal como ele se dá na realidade, e não como deveria ser, segundo os padrões lógicos, fundamentos até então basilares, tanto para a teoria clássica quanto para a teoria descritivista.

Assim como os neodescritivistas, o filósofo parte da seguinte questão: se uma descrição é descoberta como sendo falsa, o objeto nomeado deixa de existir? Acaso, o nome perderia seu sentido, caso não fosse encontrado nenhuma descrição com valor de verdade? Pelo contrário, o nome funciona como um designador diretamente da coisa nomeada, e não precisa de nenhuma descrição intermediando na posição de sentido.

Ao retornar à teoria clássica de Mill, em *Naming and Necessity*, Kripke demonstra como Frege e Russell puderam se opor à base causalista, admitindo as falhas deixadas por Mill. Kripke nota ter observado que tanto Frege quanto Russell se opuseram ao fato de que a proposta milliana não explica satisfatoriamente como se determina o referente de um nome usado por um falante qualquer. Sem as noções de conhecimento direto, ou familiaridade - o que Russell vai tratar de analisar - não é possível determinar o referente em um enunciado.

A segunda falha de Mill, colocada em evidência pela teoria descritivista, repousa sobre a questão da identidade dos nomes próprios. Se um mesmo referente tem dois nomes, a diferença entre os nomes se dá no nível do significado, por exemplo: “A estrela da manhã é a estrela da tarde”. Visto que Vênus é o referente de ambas as expressões, assim como Frege propôs, $A=B$, e isso não se dá da mesma forma que $A=A$, ou $B=B$, mas acrescenta uma informação, esse acréscimo de informação se dá no campo do sentido, e não da referência.

A terceira falha é a constatação de que a interpretação milliana não dá conta de nomes para objetos não existentes na vida real. Ora, Kripke vai retomar essa questão particularmente e sua interpretação vai no sentido de nos demonstrar que o nome, sendo um designador rígido, se liga de alguma forma a seu referente em todos os mundos possíveis, até mesmo em um mundo onde o referente não tenha existência real.

A grande contribuição de Kripke reside justamente no argumento de que uma descrição, conforme propunham Frege e Russell, ou mesmo uma família de descrições, conforme apontavam Wittgenstein, Strawson e Searle, não são de fato o sentido de um nome, alegando que se:

uma descrição indica uma propriedade accidental na vida de um indivíduo, dizer dele que possui tal propriedade é fazer uma asserção informativa. Isso significa que tal descrição não pode ser vista como sendo o significado do nome do indivíduo a que ela se refere, porque, se assim o fosse, tal asserção seria tautológica, o que é incompatível com o caráter contingente da propriedade expressa pela descrição (CAMPOS, 2004, p.72).

Assim, Kripke retoma a base causalista primeiramente proposta pela teoria de Mill, e redesloca o debate para uma base referencialista, onde o objeto nomeado e seu nome estariam ligados em uma relação rígida, onde a cada vez que seu designador fosse pronunciado, sempre se atrelaria ao referente, em todos os mundos possíveis.

Além de Kripke, existem dois outros filósofos que dedicaram grande atenção à base causalista da compreensão do nome próprio. Donnellan e Putnam se destacam nesse quesito, principalmente por atribuírem causas históricas na relação entre referente e referência. Donnellan, em *Reference and definite descriptions*, vai se opor às proposições descritivistas ainda mais veementemente que Kripke. Putnam, por seu turno, vai se aliar à defesa de uma posição filosófica realista, onde as conexões não se dão na mente, sendo a referência a grande determinante do significado, e não o contrário:

No caso do nome próprio, Putnam ressalta a importância de a teoria causal explicar de que maneira ele se liga à realidade. São conexões causais históricas que o prendem ao seu referente, não descrições subjacentes a processos mentais, e isso é compatível com o que ele, Putnam, pensa sobre os nomes de espécies naturais, base de seu realismo (CAMPOS, 2004, p. 104).

Antes de apontar as críticas ao modelo causal, vale ressaltar uma grande contribuição atrelada ao causalismo. A grande força de sua proposta se revela em retirar o funcionamento do nome próprio dos construtos teóricos que o arredomam, levando-o o mais próximo possível da linguagem natural e da própria realidade. É um posicionamento necessário, visto que visa romper com a tradição logicista de uma linguagem perfeita. Contudo, abandonando alguns avanços fundamentais do descritivismo, ainda deixa algumas questões em aberto, sobretudo no tocante à questão do sentido.

1.8 CONSIDERAÇÕES E CRÍTICAS À TEORIA CAUSAL

Para ter em vista o que já foi posto até aqui, vejamos o quadro a seguir, cuja finalidade é ilustrar as tendências contemporâneas agrupadas em relação ao problema do significado do nome próprio.²⁵

Os nomes próprios têm sentido além da denotação?			
SIM		NÃO	
FREGE RUSSELL	Os nomes próprios têm o sentido de uma descrição definida co-designativa conhecida para o falante	MILL	Os nomes próprios têm denotação mas não conotação
		ZIFF	Os nomes próprios nem são parte da linguagem
SEARLE WITTGENSTEIN STRAWSON	Os nomes próprios têm o sentido de um subconjunto indeterminado de algum conjunto aberto de descrições co-designativas	KRIPKE PUTNAM DONNELLAN	São designadores rígidos cujo uso é determinado por cadeias causais

Por meio desse quadro, podemos aferir que temos uma divisão estanque das posições descritivistas e causalistas, que se mantém ainda em lugares opostos de perspectivas de análise: de um lado a posição que privilegia o sentido, do outro lado a posição que privilegia a referência, respectivamente. Entretanto, as teorias acima desveladas vão se aproximar relativamente, ao realizar o deslocamento da análise de uma linguagem ideal, sob o ponto de vista lógico, para o ponto de vista histórico, se é que podemos assim dizer, analisando as linguagens naturais e o realismo do funcionamento destas.

Dentro, portanto, do debate contemporâneo, fica perfeitamente esclarecida a mudança significativa de perspectiva que sofrem o nome próprio e a linguagem natural. Embora a discussão ainda se dê à sombra de uma visão logicista, é indiscutível o fato de que a linguagem cotidiana passa a ser, com todas as suas peculiaridades, o lugar privilegiado dos argumentos sobre o sentido e a referência do nome próprio e o objeto de uma semântica difícil mas em estado de promissora evolução (CAMPOS, 2004, p.104).

²⁵ Este quadro é uma reprodução parcial do quadro proposto por CAMPOS, 2004. p. 5.

Fundamentados na teoria clássica proposta por Mill, Saul Kripke, Donnellan e Putnam são considerados como representantes da teoria causal dos nomes, cuja força reside, conforme já dito, no fato de que não se trata de teorizar sobre a nomeação e a função do nome próprio, pelo contrário, trata-se de analisar o próprio fenômeno enquanto este se apresenta na nossa linguagem, ainda que imperfeita, real. Seu avanço, sendo configurado desde a proposição clássica, combatendo a posição descritivista, e projetando o nome próprio dentro da linguagem natural, apesar de ainda permanecer à sombra do projeto logicista, joga uma luz para o realismo da linguagem, que é um aspecto fundamental para o desenvolvimento da semântica que se fará posteriormente.

A primeira questão problemática que se coloca é o fato de que a abordagem causal dos nomes próprios não apresenta condições necessárias e suficientes para distinguir tal categoria de outras expressões de nossa linguagem. É certo que o próprio Kripke confessou que não pretendia constituir uma teoria dos nomes, mas, se isso atenua, realmente, a crítica, não deve, de modo nenhum, evitá-la. Kripke diz que os nomes próprios da nossa linguagem designam o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis e, por isso, designam rigidamente (CAMPOS, 2004, p. 123).

Ao afirmar que o nome próprio designa rigidamente, ao contrário das proposições descritivistas, Kripke não procede a nenhuma divisão, ou classificação do que sejam os nomes realmente próprios na nossa linguagem. É como se a sua visão se aplicasse a todos os nomes ou expressões, ou mesmo, a todas as palavras da nossa língua.

A segunda problematização da proposta kripkiana repousa sobre uma crítica também endereçada ao descritivismo. De fato, afirmar que os nomes não têm significado partindo dos exemplos que deram, quase sempre a partir de pessoas e entidades históricas, sem contudo compreender as variedades mais amplas de expressões linguísticas dentro da categoria dos nomes, tais como nomes de ruas, filmes, música, livros, plantas, instituições comerciais, é não complicar e complexificar a ideia de nome próprio sem sentido, conforme afirma Campos (2004, p. 121).

Ao tecer uma crítica necessária a ambas teorias, Campos procura demonstrar que nomes igualmente próprios pertencentes a uma variedade mais ampla de categorização, tais como nomes de música, filme, estabelecimentos comerciais, por exemplo: “‘Sonata ao Luar’, ‘Noites de Horror’, ‘A Casa das Borrachas’, e ‘Ortopé’ podem, como de fato o fazem, ser usados para referirem um objeto, a saber, uma peça musical, um filme, uma casa comercial e um sapato, indicando-lhes, paralelamente, a propriedade fundamental” (CAMPOS, 2004, p.126).

Outro exemplo, igualmente concedido por Campos, e também apontando para sentidos não abarcados por Kripke, revela a incapacidade de compreender os sentidos imbricados política e socialmente em uma expressão como: “Hitler está vivo”. Campos analisa que:

o conhecimento de descrições não é indispensável, como o quer Kripke, para a determinação da referência. De qualquer modo, o contexto histórico, que pode ser reduzido a descrições como 'O chefe nazista alemão na 2a guerra', 'O maior assassino de judeus na história', 'O líder nazista alemão que se suicidou na 2a guerra', não deixa de servir como base para a compreensão do significado social, político, etc., desta sentença. E, mesmo sendo tal base introduzida pelo nome próprio, Kripke nada diz sobre isso. [...] Pode-se negar que a história tenha carregado esse nome de significações? Parece que não. A evidência disso é que nomes próprios como esse, de tanta espessura histórica, são, freqüentemente, usados como comuns (2004, p. 128).

Para sumarizar a crítica à teoria causal, Campos aponta evidentes problemas, ao afirmar que o causalismo não oferece condições suficientes para a caracterização lógico-linguística do nome próprio da nossa linguagem por, assim como formulada por Kripke, não dar conta de muitos exemplos - como demonstrado acima - da linguagem natural.

Outro problema, sinalizado principalmente por Searle, ao responder aos avanços da teoria causal, formulando a noção de intencionalidade, obrigando assim a força explicativa do causalismo diminuir, “ao não explicar a questão do sentido em suas diversas manifestações, torna-se fraca como teoria do significado; ao não oferecer esclarecimentos sobre a competência linguística para usar o nome próprio e para entender o seu funcionamento” (CAMPOS, 2004, p.130).

Para concluir as considerações sobre as teorias, tanto descritivistas quanto causalistas, e pontuar as devidas fragilidades da filosofia da linguagem, sobretudo as que esta pesquisa tentará amenizar, vejamos o resumo feito por Campos e a sua própria indagação, aproximando-se das proposições e embasamento das propostas desta pesquisa:

Frege defendeu a tese de que o sentido de um nome só se dava no contexto de uma proposição; Russell, dizendo ser um nome próprio da linguagem ordinária uma descrição abreviada, subordinou-o a só adquirir significado no contexto proposicional. Wittgenstein disse que o significado era o uso. Strawson e Searle defenderam uma base descritivista como conhecimento contextual para que fosse possível a identificação da referência. Todos, ao que parece, compreenderam o papel do contexto-de-uso de um nome. Por que, então, não o examinaram nos seus contextos diversos? Porque não pretendiam uma teoria do nome próprio? Mas, então, por que não usaram uma outra expressão ao invés de 'nome próprio'? Se não quiseram respeitar a noção, talvez obscura, de sentido, no seu uso rotineiro, por que continuaram a tratá-la ambigualmente? (CAMPOS, 2004, p.120).

É justamente a essas questões agora reformuladas que pretendemos oferecer algum tipo de resposta ao cabo de nossa análise. Primeiramente, trazendo o nome próprio para seu estatuto linguístico e analisando-o segundo as noções de referência e sentido advindos de sua enunciação, proporcionar uma devida exemplificação dentro da categoria, que fora deixada em segundo plano pela proposição de fundo lógico acima evidenciada.

Após atravessar os conceitos filosóficos, estamos diante de uma historicidade e possibilidade de sentidos que precisa ser devidamente analisada. O *corpus* deste trabalho nos fornece dados com os quais pretendemos incluir devidamente os nomes próprios de personagens filmicos, no intuito de rarefazer a vaguidão do conceito de nome próprio e de constituir uma exemplificação mais abrangente, analisando em contextos específicos de uso nomes próprios de entidades fictícias.

2 O NOME PRÓPRIO NA LINGUÍSTICA

Toda a discussão teórica acima abordada, conforme vimos, se dá no campo da filosofia da linguagem, da lógica aproximando-se da matemática. Desta maneira, os aspectos semânticos, sintáticos, fonéticos, fonológicos ainda não tinham recebido o devido tratamento pela análise de fundo linguístico. Ao considerar a ontologia da nomeação e os pressupostos lógicos subjacentes ao nome próprio, os lógicos e filósofos que se detiveram diante da questão, ainda que de grande proveito para a filosofia, tocaram somente superficialmente em uma área da linguística, a semântica, porém, ainda insatisfatoriamente.

2.1 A GRAMÁTICA DO NOME PRÓPRIO, POR MARIE-NOËLLE GARY-PRIEUR

A contribuição da linguística enquanto aparato teórico para a compreensão do nome próprio foi realizada, inicialmente, por Marie Noëlle Gary-Prieur, com o intuito de analisar o nome próprio segundo as categorias de análise específicas da linguística, desde os aspectos formais, fonéticos, fonológicos e sintáticos, até os níveis semânticos (1994). Gary-Prieur desenvolve uma “gramática do nome próprio”, admitindo que, embora tenham ocorrido alguns avanços em relação à problemática da definição de nome próprio e de sua relação com o mundo, os aspectos de natureza linguística haviam sido, até então, ignorados.

Por conseguinte, Marie Noëlle Gary-Prieur retira o nome próprio da marginalidade a que havia sido relegado, a fim de analisá-lo conforme o aparato teórico da linguística moderna, conforme seu objetivo declarado, isto é, o de “descrever a competência específica colocada em prática para interpretar um nome próprio em uma construção dada” (1994, p.1, tradução nossa).²⁶

Assim, Gary-Prieur é uma das precursoras da análise linguística do nome próprio, considerando-o já enquanto substantivo próprio e, sobretudo, pautado por uma situação dada e inserido em seu discurso, visando, assim, resultados para além dos que proporcionaram os projetos logicistas, já que não se fundamenta em sua relação de nomeação geral das coisas do mundo.

Ao discutir as teorias de Mill e Kripke, Gary-Prieur recoloca a questão do referente, lançando mão de uma divisão entre referente inicial e referente discursivo. Ao

²⁶ “Décrire la compétence spécifique mise en oeuvre pour interpréter un nom propre dans une construction donnée”.

estabelecer essa divisão, Gary-Prieur explica que o referente inicial seria aquele que pressupõe um batismo e um ato conversacional para a completude da identificação. Ademais, a autora demonstra que o nome próprio sempre estará ligado, de alguma forma, ao referente inicial, e a partir dessa relação, pode-se classificar o uso do nome próprio segundo o que ele designa ou não do referente inicial.

Logo, a noção de referente discursivo se torna necessária para enquadrar analiticamente os nomes que, ao invés de designarem o referente inicial, constroem um novo referente. A essa nova construção referencial – a partir, por exemplo de um emprego metafórico, em que há dois referentes claramente distintos, e uma imagem do referente inicial –, Marie-Noëlle denominará referente discursivo.

Ao proceder a essa diferenciação fundamental, a autora tratou de classificar os tipos de emprego possibilitados pelo nome próprio. Os diferentes modos de funcionamento que Gary-Prieur estabelece são o denominativo, o identificador e o predicativo. O primeiro deles se refere estritamente ao nome próprio funcionando enquanto predicado denominativo, tendo seu referente inicial ignorado. A função identificadora é o caso em que não se leva em conta as propriedades do nome próprio. Por fim, a função predicativa é aquela em que o nome próprio é levado em conta por suas propriedades metafóricas.

Para as análises futuras, esta última corresponde ao caso que vai ganhar maior evidência a partir da compreensão de que “o nome próprio não é unicamente, na língua, um instrumento de referência ao particular; ele também pode ser usado por seu valor predicativo” (GARY-PRIEUR, 1994, p. 62, tradução nossa).²⁷ Ao abranger as funções predicativas e a potencialidade do nome próprio de designar não só um objeto ou indivíduo no mundo enquanto particular, mas também as propriedades deste referente, Gary-Prieur fundamenta e possibilita as análises semânticas aqui propostas.

Dentre as contribuições realizadas pela autora, uma outra é de grande importância: a inclusão da noção de enunciação para o empreendimento de análises. Segundo sua avaliação, “essa semântica não pode funcionar senão no quadro da enunciação” (1994, p. 62, tradução nossa).²⁸ A partir de Gary-Prieur, portanto, tornou-se possível estabelecer teorias semânticas com maior fundamentação e profundidade. Linguistas e semanticistas como Émile Benveniste, Michel Pêcheux, Michel Bréal e, no Brasil, Eduardo Guimarães, se dedicaram a

²⁷ “Le nom propre n'est pas uniquement, dans la langue, un instrument de référence au particulier; il peut aussi être utilisé pour sa valeur predicative.”

²⁸ “Cette sémantique ne peut se concevoir que dans le cadre de l'énonciation.”

melhor fundamentar as bases da compreensão semântica e do funcionamento linguístico do nome próprio, como veremos mais detalhadamente a seguir.

2.2 O ESTATUTO SEMÂNTICO, POR ÉMILE BENVENISTE, MICHEL PÊCHEUX E MICHEL BRÉAL

Émile Benveniste, em *Problèmes de Linguistique Générale*, afirma seu entendimento do nome próprio “como uma marca convencional de identificação que possa designar constantemente e de maneira única um indivíduo único” (1997, p. 200, tradução nossa).²⁹ Compreendendo o nome próprio sob a ótica da enunciação, Benveniste o coloca no mesmo estatuto semântico dos pronomes.

O ponto chave de sua compreensão é a identificação, assim como a função dêitica do nome. Por consequência, na enunciação, o nome próprio representa a mesma função que os pronomes pessoais. Ao pensar o nome próprio enquanto uma marca convencional de identificação, designando constante e singularmente um único indivíduo, sua preocupação já não repousa, como outrora, em definir a função referencial do nome, muito menos de definir o local exato e a extensão de seu significado.

Diferentemente, sua perspectiva fundamentada na enunciação aponta para três funções basilares do nome próprio: a convencionalidade, a função identificadora e a singularidade. A convencionalidade, por tratar o nome próprio enquanto algo estabelecido na linguagem e mantido tanto pelo aspecto social quanto pelo aspecto linguístico. A função identificadora, por abordar sempre o mesmo indivíduo por seu nome, e a possibilidade de identificação remete a um mesmo referente. Por fim, a singularidade, pois, embora haja muitos com o nome “João”, por exemplo, para cada um deles há uma singularização de seu nome, dada pela individualidade do sujeito nomeado.

Vemos assim que Benveniste propõe ser o nome próprio pertencente a duas categorizações dos nomes gerais, a saber, a da convencionalidade e a da identificação, como marcas interpretativas dos nomes, tanto comuns, quanto próprios. Salvo a singularidade, aspecto esse individualizante do sujeito ou coisa nomeado, os nomes comuns ou próprios funcionam na linguagem de maneira, muitas vezes, semelhante.

Michel Pêcheux, por sua vez, compreende a representação do nome próprio sob a perspectiva da determinação pela existência do que ele denomina como pré-construído.

²⁹ “Ce qu'on entend ordinairement par nom propre est une marque conventionnelle d'identification telle qu'elle puisse désigner constamment et de manière unique un individu unique”.

Ao analisar as proposições de Frege a respeito da sentença “Kepler morreu na miséria”, em busca do que determina o nome próprio Kepler na sentença, Pêcheux, diferentemente de Frege, faz alusão à possibilidade de encontrar sentidos pré-determinados e individualizantes para o nome Kepler. De acordo com suas palavras:

Há, ainda, um ponto a examinar relativo à questão do nome próprio: esse ponto, cujo exame nos permitirá prosseguir na elaboração do que estamos entendendo por pré-construído, consiste no fato de que nenhuma determinação pode ser aplicada ao nome próprio, pela excelente razão de que o nome próprio (sob a forma parafrástica “aquele que [etc.]”) é resultante, precisamente, da operação de determinação “levada ao extremo” (1997, p. 99).

A partir da compreensão de que nenhuma determinação pode ser aplicada ao nome próprio, Pêcheux propõe então a questão de que devem, portanto, existir termos que não sejam nomes próprios “a partir dos quais, precisamente, os nomes próprios, ou antes, as construções parafrásticas que lhe correspondem, possam ser construídos por determinação” (1997, p. 100).

O autor retoma o postulado de Frege que divide em duas realidades distintas o funcionamento de sentido entre objeto e a função, estando de um lado o nome próprio e o objeto, numa relação de denotação, e de outro, o pensamento, o sentido, o predicado, a função e o conceito. Ao contrapor a essa dualidade a noção de pré-construído, Pêcheux demonstra que uma das características dessa noção é:

A separação fundamental entre o *pensamento* e o *objeto de pensamento*, com a pré-existência deste último, marcada pelo que chamamos uma discrepância entre dois domínios de pensamento, de tal modo que o sujeito encontra um desses domínios com o impensado de seu pensamento, impensado este que, necessariamente, pré-existe ao sujeito. É o que Frege exprime ao dizer que “um nome de objeto, um nome próprio, não pode ser usado como um predicado gramatical” (1997, p. 102).

Michel Pêcheux nota que esta separação é paradoxalmente o “motor do processo pelo qual *se pensa o objeto de pensamento*, isto é, o processo pelo qual o pensamento funciona segundo a modalidade do *conceito*” (1997, p. 102). Logo, a unicidade característica do objeto designado pelo nome próprio desaparece no nome comum, que seria a forma gramatical do conceito.

A possibilidade de determinação, verificada por Pêcheux, equipara-se à singularidade proposta por Benveniste, mas parece abrir o leque das possibilidades

significativas do nome próprio. Ao partir da noção de pré-construído, Pêcheux assume ser relevante a posição do sujeito identificador sobre o qual funcionará a noção de pré-construído, quando da interpretação de um enunciado contendo um nome próprio.

Para Pêcheux, Frege, mesmo sem explicitar, está hesitante sobre a possibilidade de duas interpretações, sendo uma contingente e outra necessária. Ao admitir interpretações contingentes, o linguista mesmo observa estar entrando “no círculo psicológico no qual se alternam a ‘pura narrativa’ histórica e a análise das ‘motivações e das ‘intenções’” (PECHEUX, 1997, p. 114).

Assim como Benveniste e Pêcheux, Michel Bréal, em seu *Ensaio de Semântica*, retoma as questões fundamentais em torno da nomeação e dos componentes de valor semântico envolvidos, tanto no processo de nomear, quanto no nome propriamente dito. Ao recolocar a questão, Bréal o faz nos seguintes termos:

Se tomo um ser real, um objeto existente na natureza, será impossível à linguagem fazer entrar na palavra todas as noções que esse ser ou esse objeto desperta no espírito. A linguagem é obrigada a escolher. Entre todas as noções a linguagem escolhe apenas uma: cria assim um nome que não tarda a se tornar um signo (BREAL, 1992, p. 123).

Ao perceber a impossibilidade da língua de “carregar” todas as noções possíveis de serem referenciadas em um único nome, Bréal delimita e instaura a própria noção de enunciação. Ao afirmar que a linguagem é obrigada a escolher, é como se ele estivesse, de fato, afirmando que, conforme o uso que se faz de um nome, tal ou tal sentido ou função será mais ou menos evidenciado por essa enunciação.

Ao recortar o processo enunciativo da nomeação, Bréal aponta para uma transformação necessária: a de um nome em um signo. Ele indica, a partir desse início em que o nome ainda é um nome – isto é, que não se determinou ainda enquanto signo –, que há um acordo de aceitação e convencionalidade que passa a excluir qualquer motivação etimológica:

Para que esse nome se faça aceitar, é preciso, sem dúvida, que na origem haja alguma coisa de surpreendente e de justo, é preciso que, de algum modo, satisfaça o espírito daqueles a quem é então proposto. Mas essa condição impõe-se apenas no início. Uma vez aceito, esvazia-se rapidamente de sua significação etimológica. De outro modo, isso poderia tornar-se um embaraço e uma tortura. Uma quantidade de objetos é inexatamente denominada, seja por ignorância dos primeiros criadores, seja por alguma mudança que perturbou a conveniência entre o signo e a coisa significada. Entretanto, as palavras têm o mesmo uso como se fosse de uma perfeita exatidão. Ninguém pensa em revisá-las. São aceitas graças a um consentimento tácito de que não temos consciência (BREAL, 1992, p. 123).

É dessa maneira que o semanticista se posiciona face à questão da motivação e da convencionalidade, ainda que não a trate sob os mesmos termos. Para Bréal, podemos inferir que, ainda que exista uma motivação inicial no ato de nomear, motivação esta de cunho etimológico, essa condição, com o uso e o passar do tempo, esvai-se, prevalecendo o caráter convencional de aceitação do nome, muito mais do que a justeza e correção de seu sentido primeiro.

É preciso esclarecer, ainda, que essa etimologia fundadora no momento da nomeação, compreendida aqui enquanto possível motivação, não está atrelada ao sentido por razões fonéticas ou fonológicas, como queria Sócrates. Distintamente, a etimologia estaria ligada à noção de substancialidade e correção por uma relação histórica, que a língua revela inevitavelmente a cada enunciação.

Como a linguagem nos informa sobre a substância e a qualidade? Ela pode dar-nos apenas o eco de nosso próprio pensamento: registra, fielmente, nossos prejulgamentos e nossos erros. Pode surpreender-nos algumas vezes, como uma criança, pela franqueza de suas respostas ou a ingenuidade de suas representações; pode fornecer-nos preciosas informações históricas de que é depositária involuntária (BREAL, 1992, p. 124).

Bréal continua a conciliar a consagrada divisão entre motivação e convenção, em um equilíbrio visível nos nomes próprios. Se há, na acepção inicial de um nome, alguma motivação que se dê no nível etimológico, essa visão tende a ser substituída pela noção de convencionalidade, segundo as vicissitudes das situações onde o tal é empregado.

Quanto mais a palavra se distancia de suas origens, mais está a serviço do pensamento: segundo as experiências que fazemos, ela se restringe ou estende, se especifica ou generaliza. Acompanha o objeto ao qual serve de etiqueta através dos acontecimentos da história, subindo em dignidade ou descendo na opinião, e passando algumas vezes ao oposto da acepção inicial (BREAL, 1992, p. 124).

Ao colocar essa questão em um aparente equilíbrio, sustentando igualmente as duas posições, em distintos momentos da nomeação – a saber, a motivação no momento inicial e somente nele, e a convencionalidade em qualquer situação em que esse mesmo nome venha a compor um determinado discurso –, Bréal levanta a seguinte questão capital: se nesse quesito os nomes próprios funcionam da mesma maneira que os nomes comuns, o que então os distingue?

Sustentou-se que os nomes próprios, como Alexandre, César, Turenne, Bonaparte, formavam uma espécie à parte e estavam situados fora da língua. Há, certamente, algumas razões a favor dessa opinião: vemos primeiro que, para essa categoria, o sentido etimológico não tem nenhum valor; além do mais, eles passam de uma língua a outra sem serem traduzidos; enfim, geralmente seguem as transformações fonéticas de um modo mais lento. Entretanto, pode-se dizer que há só uma diferença de grau entre os nomes próprios e os nomes comuns. Eles são, por assim dizer, signos de segunda potência. Se o sentido etimológico não conta para nada, acabamos de ver que não é muito diferente quanto aos substantivos comuns, para os quais o progresso consiste precisamente em se eximir de seu ponto de partida (BREAL, 1992, p. 124,125).

Dessa forma, Bréal reposiciona o debate. Em primeiro lugar, os nomes próprios não estão fora da língua, conforme pressupunham alguns filósofos da linguagem, como Ziff. Isso ele afirma por meio da demonstração de que os nomes não têm uma ligação contingente com a etimologia, sendo esta ligação, conforme acima explicitado, somente presente no ato inicial de nomeação, e também pelo fato de os nomes não serem traduzidos, confirmando seu caráter de unicidade. Sendo assim, o que difere, de fato, os nomes próprios dos nomes comuns? Bréal sustenta que:

A diferença com os nomes comuns é uma diferença intelectual. Se se classificam os nomes segundo a quantidade de idéias que despertam, os nomes próprios deveriam estar na frente, pois são os mais significativos de todos, sendo os mais individuais. [...] Pode concluir-se que, do ponto de vista semântico, os nomes próprios são os substantivos por excelência (1992, p. 125).

Para concluir, Bréal afirma que as bases de classificação gramatical utilizadas para diferenciar nomes próprios de nomes comuns, se dão por um aspecto semântico, diferentemente do que se poderia afirmar. Ao fazer isso, Bréal possibilita uma melhor fundamentação da própria semântica do nome próprio, levando em consideração aspectos relacionados aos sentidos, para além das classificações comumente aceitas: por exemplo, de que o nome próprio recria e sustenta a unicidade do objeto, enquanto o nome comum categoriza e abrange seres, possuindo uma ou mais característica que os tornem semelhantes e os agrupem.

O *corpus* desta pesquisa, como se verá mais adiante, nos fornece exemplos substanciais de que nomes próprios, ainda quando de personagens ficcionais, podem passar de seu estatuto de simples denotador, identificador e singularizador de possibilidade de sentidos saturada, para a classificação de nomes comuns, podendo possuir predicado, conceito, função e serem posicionados em um lugar vazio de não saturação de possíveis sentidos.

2.3 O ESTATUTO SIMBÓLICO, POR EDUARDO GUIMARÃES

Neste embate travado no âmbito da semântica para estabelecer fundamentalmente a os modos de operação do nome próprio, destacam-se, no Brasil, as pesquisas conduzidas por Eduardo Guimarães. Em obra intitulada *A semântica do Acontecimento*, este autor vai revisitar a questão da nomeação, por meio de análises construídas a partir da enunciação. A grande contribuição de Guimarães para a compreensão do processo de nomeação repousa, sobretudo, na visão da relação que este fenômeno estabelece com a memória da língua em seu agenciamento enunciativo. Segundo suas próprias palavras:

Se, do ponto de vista da filosofia e da lógica, a consideração da linguagem diz respeito ao que é preciso saber como uma expressão linguística se relaciona inequivocadamente com aquilo que ela significa (refere), para a linguística, e especificamente para a semântica linguística, a questão não é necessariamente essa. Para a semântica linguística o que interessa é saber, no que diz respeito à relação da linguagem com as coisas, como ao dizer algo fala-se das coisas. Ou seja, a questão não é ontológica, mas simbólica (2005, p. 9).

Partindo não mais de uma perspectiva ontológica, mas antes de tudo simbólica, Eduardo Guimarães presume uma divisão entre os processos de nomeação, designação e referência. A nomeação é definida “como o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome.” A designação, como sendo a “significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato, e sim enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história”. A referência, por sua vez, é compreendida como “a particularização de algo na e pela enunciação” (GUIMARÃES, 2005, p. 9).

Ao tomar como basilar o pressuposto de que a língua não pode ser analisada fora de sua enunciação, a análise de cunho semântico torna-se possível por uma cadeia de associações que são feitas dentro da enunciação e por ela mesma. Ao instaurar um acontecimento enunciativo, a língua serve como que de suporte para a manifestação de sentidos, possíveis por estarem pautados em relações históricas.

Dentro das reformulações dos conceitos de espaço de enunciação, locutor, referência, sentido e designação, é possível analisar a língua em funcionamento, agora sob a perspectiva materialista, e não mais referencialista, rendendo à categoria de nome próprio a contribuição de análises de variedades como os nomes próprios de personagens, no caso de

nossa pesquisa, abarcando exemplos outrora não verificados sob a exposição da língua ao real. Vejamos, a seguir, como essa perspectiva proporciona a reelaboração dos conceitos necessários à presente proposta de análise.

3 A SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

A semântica do acontecimento é uma linha de pesquisa elaborada inicialmente a partir de resultados de discussões e trabalhos realizados no seio da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em parceria com professores de outras universidades, no intuito de desenvolver pesquisas na área da semântica, tomando como ponto de partida a posição que considera a construção enunciativa do sentido.

Os principais temas pautados por essa perspectiva de análise envolvem, por exemplo, a caracterização e discussão do acontecimento da enunciação e sua relação com a língua; estudos da história da língua a partir do conceito de espaço de enunciação; análises do funcionamento da designação, da determinação e da predicação, a partir de uma posição materialista e não referencialista; o estudo da argumentação e da temporalidade na sua relação com o acontecimento de enunciação e funcionamento no texto; e a relação do enunciado com o texto na constituição do sentido.

O que nos interessa aqui, fundamentalmente – além dos conceitos gerais de espaço de enunciação, bem como a compreensão dos papéis fundamentais em um agenciamento enunciativo –, é o reposicionamento dos conceitos de referência, sentido e designação, sob a perspectiva do acontecimento. Essa abordagem se caracteriza por uma retomada materialista e histórica, que contribui no sentido de avançar na compreensão semântica do funcionamento linguístico. Conforme as palavras de Gesualda Rasia, a semântica do acontecimento:

Não está a tratar nem de nomeação e nem de referência, o que equivaleria à denotação, mas sim de designação como significação de um nome, própria de uma relação lingüística tecida pelo real, porque tomada pela história (2006, p. 1).

Desse modo, torna-se necessário redefinir conceitos como os de enunciação, espaço de enunciação ou cena enunciativa, referência, nomeação, designação, sentido e, finalmente, memória. Guimarães o faz, conforme já mencionado, encarando esses aspectos fundamentais à compreensão do funcionamento da linguagem pautado em enunciações reais, partindo da linguagem natural em acontecimentos de enunciação. A seguir, serão abordados os conceitos gerais para a retomada histórica e semântica do nome próprio, assim como da elaboração desta pesquisa.

3.1 A ENUNCIÇÃO

Eis a célebre definição de Benveniste para o conceito de enunciação: “é a língua colocada em funcionamento por um ato individual de utilização” (1997, p. 80, tradução nossa).³⁰ Segundo o mesmo autor:

Na enunciação, nós consideramos sucessivamente o próprio ato, as situações onde ele se realiza, os instrumentos de seu cumprimento. O ato individual pelo qual utilizamos a língua introduz, em primeiro lugar, o locutor como parâmetro nas condições necessárias à enunciação. Antes da enunciação, a língua é somente a possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de volta (1997, p.81,82, tradução nossa).³¹

Assim também compreendemos e aplicamos em nossas análises a estrutura da enunciação, bem como os papéis fundamentais envolvidos na atualização das possibilidades enunciativas advindas da própria língua. Um dos aspectos fundamentais da enunciação evocados por Benveniste é a presença de falantes, que são compreendidos por Eduardo Guimarães dessa maneira:

Os falantes não são os indivíduos, as pessoas que falam esta ou aquela língua. Os falantes são estas pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam. Neste sentido, pessoas não são as pessoas na atividade físico-fisiológica, ou psíquica, de falar. São sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes que chamo de espaço de enunciação. [...] Deste modo, considero que o falante, tal como o conceito, é uma categoria lingüística e enunciativa. [...] O falante não é esta figura empírica, mas uma figura política constituída pelos espaços da enunciação. E nesta medida ela deve ser incluída entre as figuras de enunciação (2003, p. 55).

Em comparação com as discussões empreendidas no campo da filosofia e lógica da linguagem, encontram-se aqui duas questões que apontam para direções opostas de análise. A primeira delas é considerar a língua dentro da enunciação, reposicionando o nome próprio não só dentro da língua, como participando de seu uso, referindo a partir de uma dada

³⁰ “L'énonciation est cette mise en fonctionnement de la langue par un acte individuel d'utilisation”.

³¹ “Dans l'énonciation, nous considérons successivement l'acte même, les situations où il se réalise, les instruments de l'accomplissement. L'acte individuel par lequel on utilise la langue introduit d'abord le locuteur comme paramètre dans les conditions nécessaires à l'énonciation. Avant l'énonciation, la langue n'est que la possibilité de la langue. Après l'énonciation, la langue est effectuée en une instance de discours, qui émane d'un locuteur, forme sonore qui atteint un auditeur et qui suscite une autre énonciation en retour”.

situação, contrária à compreensão causalista de que o nome próprio refere rigidamente e sempre a mesma referência, ainda que em mundos possíveis. Eduardo Guimarães define os espaços de enunciação como:

espaços *habitados* por falantes. Ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos politicamente pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais (2003, p. 55).

Ao proceder à demonstração de que é o espaço de enunciação que divide o sensível, tudo quanto se proponha analisar dentro da linguagem deve ser feito a partir de um momento de enunciação, sob pena de não poder compreender o funcionamento real da linguagem.

A enunciação, afirma ele [Guimarães], não se dá sem ser afetada pela ordem do simbólico, razão pela qual ela não remete a um sujeito centralizado, que instauraria uma temporalidade cronológica. Essas duas exclusões levam-no a relacionar a enunciação ao acontecimento de linguagem, instância que temporaliza e pela qual o sujeito é tomado. Para ele, a temporalização do acontecimento recorta um passado como memorável e simultaneamente instala uma latência de futuro (RASIA, 2006, p. 1).

Ao explicar a enunciação compreendida por Guimarães, Gesualda Rasia considera duas questões prioritárias para a compreensão da historicidade no acontecimento da enunciação, levando-nos a visualizar as noções históricas de tempo e espaço recortadas a cada agenciamento enunciativo. A língua, desse modo, torna-se um arcabouço de memoráveis e, por estar continuamente exposta ao real, vai configurando sentidos possíveis que são atualizados a cada vez que uma palavra é posta em funcionamento. Em uma enunciação, podemos dizer que não é o falante que escolhe as palavras e os sentidos que atualiza, mas “a aparente escolha se dá [...] via agenciamento enunciativo específico, que recorta como memoráveis nomes disponíveis como contemporâneos” (RASIA, 2006, p. 1).

Não é o espaço físico que tem uma palavra na língua para referi-lo, e depois os episódios históricos que ali ocorreram. [...] o espaço do homem só é espaço enquanto historicamente determinado, e a linguagem o designa neste processo histórico. Tal é demonstrado pela análise de diferentes estratégias de construção dos nomes próprios de rua, a partir de suas estruturas morfossintáticas, de seu funcionamento semântico-enunciativo e da configuração da temporalidade do acontecimento (RASIA, 2006, p. 2).

Assim como Guimarães parte da constituição dos mapas em uma cidade para compreender o funcionamento dos nomes de ruas, nossa pesquisa considera os enredos cinematográficos – neste caso específico, filmes escritos e dirigidos por Woody Allen – espaços discursivos em que podemos compreender como se dá o funcionamento da nomeação de personagens fictícios. Isso com o objetivo de analisar, conforme os termos de Gesualda Rasia, as “histórias enunciativas opacificadas em nomes próprios, os quais, partícipes do processo de subjetivação pelo qual o indivíduo é identificado consigo mesmo, produzem efeito de unicidade” (2006, p. 4).

Assim como Benveniste, Ducrot entende por enunciação o “acontecimento em que um enunciado aparece” (1987, p. 168). Dessa maneira, segundo as intenções mobilizadas nesta pesquisa, o nome próprio, enquanto designador de um determinado personagem, será aqui considerado como esse enunciado que aparece no acontecimento da enunciação, por emanar sentidos e estar inserido no processo de nomeação, enquanto acontecimento enunciativo.

Neste sentido, compreendemos quando Ducrot explica que a enunciação projeta uma *imagem da enunciação*, veiculada pelo enunciado. Podemos, portanto, considerar o nome próprio enquanto enunciado, por veicular uma imagem da enunciação, seja por relações etimológicas, históricas, simbólicas, descritivas ou até mesmo argumentativas.

Ducrot nos leva a considerar que “um locutor faz uma argumentação quando apresenta um enunciado E1 destinado a fazer admitir um outro” (1988, p.8). Logo, podemos, a partir do que as análises demonstram, considerar o nome como um enunciado argumentativo, pois ainda segundo Ducrot:

A argumentação, com efeito, muito diferente do esforço de persuasão, é para mim um ato público aberto, não pode realizar-se sem se denunciar como tal. Mas isto é dizer que um enunciado argumentativo apresenta sua enunciação como levando a admitir tal ou tal conclusão (1987, p. 174).

3.2 A REFERÊNCIA

Vimos anteriormente que a referência foi tratada invariavelmente pela filosofia da linguagem como algo que está fora da língua. Aqui, entendemos referência como o objeto referido, ou seja, o referente, e não o processo de referir. O nome próprio, neste sentido, por ser a categoria que mais se encaixa enquanto referente, sendo sua função de

referir a mais privilegiada em seu uso, foi por muitas vezes também considerado fora da linguagem.

Todavia, vimos igualmente que é impossível que algo enunciado pela e na linguagem – no caso, os nomes próprios – esteja fora dela. Conforme observamos, essa visão referencialista deve ser abandonada paulatinamente pela noção de contexto, situação, uso e, mais tarde, com Searle, até mesmo de intencionalidade.

Na Linguística, a compreensão do nome próprio enquanto categoria pertencente especificamente aos estudos linguísticos levou os que se debruçaram diante do assunto a abordá-lo dentro de uma perspectiva morfológica, sintática e semântica, embasados em critérios de uso e inserido na linguagem. Conforme os termos de Eduardo Guimarães, “A referência é um procedimento linguístico pelo qual se particulariza algo na enunciação e pela enunciação” (2003, p. 53).

A referência, assim, só poder existir na linguagem. Quando se enuncia algo, a referência desse algo é feita pela linguagem. Assim, os objetos referenciados não existem na linguagem, senão em uma dada situação em que são enunciados ou fazem parte da enunciação. Ainda que esses objetos e seres nomeados tenham uma existência fora da linguagem, se os analisamos linguisticamente, não podemos considerar que estão fora da linguagem, mesmo porque o instrumento do qual nos servimos para proceder à análise de sua existência é a própria linguagem.

Tocados e feitos sensíveis por meio de um olhar que recorta memoráveis enquanto objetos de análise, os referentes só passam a existir nessa relação. Cabe, assim, à análise semântica determinar quais são essas relações que se dão na linguagem, em torno dos sentidos que são atualizados, sentidos estes da mesma forma inseridos em relações históricas com a memória da língua.

3.3 A NOMEAÇÃO

A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome. Por exemplo, se numa situação dada e adequada o dono de um barco escreve sobre ele o nome Brisa, ele lhe está dando este nome, está nomeando o barco. Dar nome a algo é dar-lhe existência histórica (GUIMARÃES, 2003, p. 54).

Ao atribuir um nome a alguém ou a algo, segundo a compreensão materialista, atribuímos igualmente uma existência histórica a esse algo ou alguém. Isso significa dizer que, a cada vez que esse alguém ou algo for referido por seu nome, sua

existência histórica estará sendo posta em evidência, visto que o acontecimento da enunciação em que seu nome funciona, sendo parte do discurso, está invariavelmente inserido em uma situação histórica e, portanto, política e social. O nome estará então particularizando, da mesma forma que o faz um referente, mas agora pela sua repetição, ou aparecimento em outro agenciamento enunciativo.

A particularização da reescrituração pode ser considerada como ligada ao funcionamento específico do nome próprio. Para nós, [...] o agenciamento da enunciação de nomeação de alguém, por um nome próprio, estabelece uma relação de inseparabilidade do nome e da pessoa nomeada pelo vínculo do acontecimento que nomeia à pessoa nomeada. E este vínculo se projeta para todas as enunciações futuras do nome, é um futuro para sempre próprio do acontecimento da nomeação. É esta futuridade que acompanha todo funcionamento de um nome próprio, e dá a ele esta capacidade particularizadora (GUIMARÃES, 2012, p. 2).

O nome próprio possui, então, essa propriedade de particularizar, e mantém uma latência de futuridade, que são também características da visão referencialista. No entanto, a particularização é, de algum modo, confrontada quando analisamos os casos de entidades fictícias, especialmente aquelas que se endereçam a referentes múltiplos, denotando não somente o indivíduo ao qual nomeia, mas ligado a processos de conotação.

Essa particularização acontece, portanto, somente em parte com relação ao nome próprio. Em outras palavras, se por um lado um nome próprio está ligado a um personagem fictício para singularizá-lo e caracterizá-lo enquanto indivíduo, este nome pode, por outro, caracterizar sentidos e aspectos metafóricos por relações que mantém com outras referentes. Em certo sentido, essa diferença se torna ainda mais evidente em uma entidade fictícia: sua capacidade de imbricar sentidos que o fazem ultrapassar a barreira dos nomes próprios, alçando sentidos que o assemelham ao funcionamento da categoria dos nomes comuns.

Por meio de constantes reescriturações, as análises aqui empreendidas mais adiante pretendem demonstrar essa relação que ultrapassa a comum classificação dos nomes próprios divergentes dos comuns. As entidades fictícias, assim, aparecem como uma variedade da categoria do nome próprio que o reaproxima da classificação do nome comum, sendo capaz de ser reescriturado até mesmo por sinônimos, atribuindo-lhe, a cada vez, novos significados. Segundo Guimarães, mais uma vez, essa reescrituração:

é o procedimento pelo qual a enunciação rediz o que já foi dito. Este procedimento pode se dar por repetição, substituição, expansão, condensação, elipse. E os sentidos da reescrituração podem ser de sinonímia, especificação, desenvolvimento, definição, etc. (2012, p. 2).

Quando temos nessa reescrituração designações e diferentes sentidos sendo agregados ao nome, adentramos ao processo de designação, que fora ignorado pelas análises de cunho logicista. Tomando o nome próprio fora da linguagem, não é possível que ele designe nada dentro da língua, o que vimos ser incoerente com o processo de nomeação que temos na realidade das línguas naturais.

O questionamento de Marc Wilmet: “Como um escritor escolhe o nome de seus heróis? Me parece que a tentação mais freqüente o leva a brincar entre os quadros do nome próprio e do nome comum” (1995, p. 11, tradução nossa),³² indica-nos a necessidade de, a respeito dessa disjunção, esclarecer as diferentes formas que os nomes possuem de funcionar na língua.

Nas gramáticas de uso regular, de modo geral, encontra-se a definição dos substantivos ou nomes comuns como designadores de todo e qualquer indivíduo de uma espécie de seres, tais como homem, montanha, país, planeta, etc. Já os nomes ou substantivos próprios são aqueles que designam um indivíduo particular de uma determinada espécie. Observemos, porém, a complexidade deste mesmo assunto quando abordado por um conhecido gramático e filólogo brasileiro:

Substantivo próprio é o que se aplica a um objeto ou a um conjunto de objetos, mas sempre individualmente. Isto significa que o substantivo próprio se aplica a esse objeto ou a esse conjunto de objetos, considerandos como indivíduos. Assim, um nome como João, Isabel ou Açores só acidentalmente se aplicará a várias pessoas ou ilhas não porque estas apresentam características comuns que as identifiquem como membro de uma classe ou conjunto específico. Por isso cada João, cada Isabel e cada Açores é uma pessoa ou ilha considerada como indivíduo inconfundível para as demais pessoas. São materialmente idênticos, mas se aplicam a indivíduos diferentes. Se por palavra se entende significante (expressão) + significado (conteúdo), dois ou mais nomes João ou Isabel não representam a rigor uma só palavra” (BECHARA, 2009, p. 131).

Nesta declaração, temos a confirmação de que os nomes próprios podem “escapar” à sua função original de designar individualmente e servir de identificador a

³² “Comment un écrivain choisit-il les noms de ses héros? Il semble que la tentation la plus fréquente le pousse à jouer sur les deux tableaux du nom propre et du nom commun”.

somente um ser de uma espécie. É por meio da enunciação que poderemos compreender quando e de que forma isso acontece.

3.4 A DESIGNAÇÃO

A designação é a peça-chave para a compreensão dos nomes próprios de entidades fictícias. É essa capacidade do nome próprio de designar sentidos em relações possibilitadas pela história contida na língua que a presente pesquisa intenta dar visibilidade. Eduardo Guimarães discute o ato de conferir nome próprio aos indivíduos, mostrando como os processos nele implicados reportam a relações históricas de determinação:

A designação é o que considero a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato, mas linguístico e histórico. Ou seja, é uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real. As designações têm, em geral, um papel muito importante que não se reduz ao papel de indicar a existência de algo em algum lugar, nem ao de servir de rótulo para alguma coisa. Um nome, ao designar, funciona como elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte (2003, p. 54).

Para nós, contudo, essas relações ultrapassam a ideia exposta nas análises de nomes próprios conduzida por Guimarães no livro *A semântica do Acontecimento*, em que o autor passa a demonstrar as relações morfossintáticas de determinação entre prenomes e sobrenomes. Os resultados alcançados em nossa pesquisa tentam demonstrar que a relação simbólica e com outros nomes é também passível de ser vista em personagens de caráter fictício, compondo sentidos e significações que embaraçam e integram a propriedade individualizadora do nome, levando-o para um nível de particularização desafiador.

Somos levados a afirmar que a especificidade do nome próprio de personagens aponta para uma relação dúbia de sentidos. Por um lado, assim como uma pessoa recebe um nome para ser individualizada enquanto sujeito no mundo, com um personagem ficcional ocorre o mesmo. Por outro lado, todavia, de acordo com as intempéries pelas quais esse personagem passa, ou ainda segundo características que deverão ser notadas com maior evidência para a compreensão dos sentidos emanados no enredo, o nome se abre para relações de categorização e passa para o lado dos nomes comuns, carregando em si propriedades que não são necessárias na apreensão do sentido de um nome de pessoa na realidade.

Diante disso, como devemos compreender essa emanção de sentidos? Por meio do próprio nome, ou por meio de realidades paralinguísticas? Ademais, como se dão esses sentidos? Retomando a antiga e constantemente refeita questão: onde está o sentido do nome próprio?

3.5 O SENTIDO

Benveniste [...] considerou que a relação integrativa dá o sentido da unidade. Esta relação de integração de uma expressão em um enunciado só pode ser analisada se considerarmos que este enunciado é enunciado em um texto. Deste modo, ao fazer uso da relação integrativa, a despeito de Benveniste ter dito que ela não permitia passar do limite do enunciado, estou dizendo que há uma passagem do enunciado para o texto, para o acontecimento, que não é segmental. E esta é a relação de sentido (GUIMARÃES, 2003, p. 54).

Assim como Benveniste, entendemos o sentido como sendo fruto de relações integrativas em um enunciado. É por meio da relação de uma expressão em um enunciado, e desse enunciado em um texto, que o sentido pode ser apreendido. Todavia, de conformidade com as diretrizes apresentadas por Guimarães, demonstraremos que a relação de sentidos não se limita ao nível do enunciado. Por esse enunciado estar exposto ao real e, portanto, ao histórico, as relações de sentido também ultrapassam as barreiras da enunciação e lançam-se igualmente em relações com os sentidos já difundidos pela memória da língua.

A significação não é mais considerada nem como produto de uma relação entre signos no sistema nem como produto da intenção daquele que usa a língua. Ela é pensada enquanto processo e é produzida pela inscrição da língua na história (SANTOS, 2013, p. 4).

O grande avanço em matéria de compreensão do funcionamento do sentido gira em torno de encará-lo agora enquanto processo, inserido nas relações simbólicas que são realizadas graças à inscrição da língua na história. Assim, a significação não é, conforme já se havia predito, resultado da ação do falante, nem tampouco uma relação entre signos dentro de um sistema, mas produzida porque presente na história.

Assim lançam-se as bases para abranger as variedades dantes ignoradas pela lógica no tratamento do nome próprio. Era sobretudo a capacidade do nome próprio em aportar propriedades e sentidos metafóricos que perturbava sua análise enquanto um designador essencialmente individualizador e particularizante do referente.

Compreendendo a referência como criada na língua no momento da enunciação, trazemos para o contexto a compreensão de que não há uma realidade intangível e buscando ser compreendida em termos lógicos. Pelo contrário, temos a manifestação dessas referências na língua e, se quisermos compreender a natureza dessa manifestação, temos de encará-la assim como ela se dá na realidade, imbuída de uma linguagem pronta a manifestar até mesmo sentidos metafóricos.

Mantendo-me no espaço das minhas posições sobre o sentido, e assim me afastando do referencialismo da solução da retórica, vou considerar que a metáfora se constitui pela fusão de uma reescrituração por substituição sinonímica produzida pela sobreposição de enunciadores diferentes na cena enunciativa (GUIMARÃES, 2011, p. 363).

Esse sentido metafórico, evidenciado neste trabalho quando das análises dos nomes dos personagens “inventados” por Woody Allen, deverá ser considerado a partir do seguinte ponto de vista: a metáfora aqui se constitui em uma forma de reescrituração por substituição sinonímica, quando enunciadores diferentes o apresentam em determinado espaço enunciativo.

Como diz Pêcheux [...], a metáfora está na base da significação, e eu estendo: a metáfora está na base da constituição dos sujeitos. Os sentidos só existem nas relações de metáfora de que certa formação discursiva vem a ser o lugar mais ou menos provisório [...]. A formação discursiva, lembremos, se constitui na relação com o interdiscurso, representando no dizer as formações ideológicas. Assim, o lugar do sentido, e do sujeito, lugar da metáfora, é função da interpretação, espaço da ideologia [...]. Considerando que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, ocupa-me o fato de que, por outro lado, sujeitos e sentidos não coincidem em si, não coincidem entre si [...]. Metáfora, inexatidão, não transparência, movimento, não acabamento (ORLANDI, 2013, p. 6).

É sempre o enunciado que será o ponto de partida para a construção do sentido. Mais do que compreender significações a partir daquele que produz um discurso, cabe ao semanticista analisar a significação que reside em uma camada anterior a esse processo, onde as possibilidades oferecidas pela língua já emanam sentidos, por esta estar inserida na história, e sua memória se constituir como propulsora de significações.

Pode-se dizer que o acontecimento da enunciação apresenta a voz, o lugar de dizer, que reescritura (que diz a metáfora) como assumida pelo Locutor. Assim o enunciado metafórico não é simplesmente um enunciado em que encontramos uma divisão do lugar de dizer, mais que isso, este enunciado apresenta não simplesmente esta divisão de enunciadores, mas principalmente apresenta o enunciado metafórico como o lugar em que se funde o dizer de um e outro enunciador (GUIMARÃES, 2011, p. 368).

“Estudar o sentido significa estudá-lo na relação com a memória” (SILVA, 2012, p.1), servindo-nos para tanto do aparato teórico da Semântica do Acontecimento. A seguir, apontamos os fundamentos do que seja a memória pela qual a língua possibilita o aparecimento de sentidos, assim como o que caracteriza o lugar do interdiscurso.

3.6 A MEMÓRIA

Sobre a memória, Pêcheux diz que a mesma deve ser entendida não no sentido psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, social, inscrita em práticas [...]. A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto, surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos”, quer dizer, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (ACHARD, 1999, p. 51-52).

É a própria noção de memória que repousa entre as ligações e interpretações que se fazem a partir de um texto. Note-se que Achard fala de implícitos entre aspas, pois nada em um texto está por ser descoberto, como se os sentidos repousassem em uma fase anterior ou necessitassem de uma interpretação mais profunda, fazendo-se visível aquilo que está nas entrelinhas. De acordo com a noção de memória aqui estabelecida, percebe-se que se trata de conexões feitas por meio dos possíveis sentidos que já estão ali, na superfície do texto, portanto, explícitos, e a análise que se fará dará conta de reportar a relação na linguagem permitindo que sentidos sejam estabelecidos.

Analisar enunciativamente um texto não é considerá-lo no momento e lugar em que se deu, mas é analisar como a memória do discurso, o interdiscurso, faz funcionar a língua em um presente. Em outras palavras, a análise da enunciação envolve um fora da situação, a memória do dizer e a língua. Deste modo a análise da enunciação não é ver como uma situação modifica sentidos da língua, mas como o exterior da enunciação constitui sentidos no acontecimento, ou melhor, como a memória interdiscursiva e a língua significam no presente do processo incessante da história dos sentidos (GUIMARÃES, 1998, p.3).

De conformidade com Eduardo Guimarães, compreendemos aqui a enunciação não somente como uma localização de onde esteja determinado texto. Conforme suas próprias elucidações, o texto inserido pela atualização da língua em uma dada enunciação recorta um memorável a partir do qual os sentidos podem ser estabelecidos. Na superfície do que está manifesto pela enunciação, encontramos as palavras que, imbuídas de história e, portanto, de significação, traz também esses mesmos sentidos para a textualidade. Conforme Eni Orlandi, “a memória discursiva [...] já vem significada: a ideologia, como temos dito, pela qual somos sempre já ditos por um saber que fala por conta própria (memória)” (2013, p. 17).

Assim, a temporalidade constitui-se no acontecimento, no sentido de que o acontecimento tem memória que toma como passado dele; o acontecimento em si recorta o passado como se aquele fosse o passado do acontecimento. O memorável não é um conceito discursivo. Não se trata de um antes discursivo. É o passado pensado de maneira enunciativa e de acordo com o tempo do acontecimento (SILVA, 2012, p. 4).

Logo, “interessa a memória que foi recortada e não a rede de enunciações de um antes” (SILVA, 2012, p. 4). As palavras, por estarem inseridas em um mover histórico e impregnadas por esse movimento, não deixam escapar sentidos, ainda que esses sentidos não tenham sido evocados intencionalmente pela figura do enunciador. O que um determinado enunciado transmite é, portanto, muito mais do que aquilo que havia premeditado seu pronunciador, enquanto indivíduo que enuncia.

Consideremos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio (HALBWACHS, 1990, p. 54).

Ao atualizar a língua por meio de uma enunciação, o indivíduo mobiliza então, na e pela língua, não somente o discurso que veicula, mas como que possibilita a mobilização também de discursos outros, por meio do que chamamos de interdiscurso. Authier-Revuz afirma que, ainda que o discurso se queira transparente, o interdiscurso, lugar que permite atualizar sentidos pelo memorável, “fala sempre antes, a partir de outros lugares e independentemente” (AUTHIER-REVUZ, 1984, p. 100, tradução nossa).³³

³³ “ça parle, toujours, avant, ailleurs et indépendamment”.

4 O NOME PRÓPRIO NO CINEMA

As palavras em nossa sociedade contemporânea já não encerram sua verdade. Os preconceitos, a moral, as contingências, as taras fisiológicas, tiraram o verdadeiro significado das palavras pronunciadas. [...] Importava, portanto, calar-se por tempo suficiente para esquecer os antigos termos usados, envelhecidos, dos quais mesmo os mais belos não têm mais efígie e, deixando entrar em si o afluxo enorme das forças e dos conhecimentos modernos, encontrar a nova linguagem. O cinema nasceu dessa necessidade (GANÇE apud AUMONT, 1995, p. 158).

Conforme já esclarecemos, esta pesquisa tem como objetivo específico analisar o funcionamento da categoria dos nomes próprios em uma modalidade que não recebeu a devida atenção, nem por parte dos filósofos da linguagem, e nem pelos analistas da linguística: os nomes próprios de entidades fictícias e, mais especificamente, de personagens cinematográficos.

Ainda que compreendamos o cinema enquanto um espaço de enunciação, imbuído de uma linguagem própria, o que nos interessa aqui é, acima de tudo, o funcionamento da linguagem em si, focalizando o modo como uma particularidade do cinema narrativo se constrói. Não pretendemos, dessa forma, proporcionar extensa verificação do cinema enquanto possibilitador de análises de cunho histórico-filosófico ou linguístico-narrativo, mas apropriar-nos daquilo que aqui mais importa, tendo em vista a especificidade dos objetivos propostos.

4.1 A LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA: UM ESPAÇO PRIVILEGIADO DE ANÁLISE

Nesse capítulo, nosso intuito é o de verificar como a linguagem cinematográfica pode se tornar um espaço privilegiado para o desenvolvimento de nossa análise, por evidenciar algumas características fundamentais para se pensar a questão da nomeação. Em primeiro lugar, os filmes de Woody Allen que constituem o nosso *corpus* são considerados como pertencentes ao gênero de cinema narrativo. A este respeito, conforme afirma Jacques Aumont:

O interesse do estudo do cinema narrativo reside, em primeiro lugar, no fato de que ele, ainda hoje, é predominante e que por meio dele é possível captar o essencial da instituição cinematográfica, seu lugar, suas funções e seus efeitos, para situá-los dentro da história do cinema, das artes, e até simplesmente da história (AUMONT, 1995, p. 97).

A Linguística tem recebido grandes contribuições de análises de entidades fictícias na literatura e fornecido resultados de pesquisa segundo sua própria estrutura teórica, assim como os estudos literários sempre tiveram suas indagações a respeito do nome próprio.³⁴ Nesse sentido, nossa opção pelo texto narrativo específico do cinema deve-se justamente ao fato de sua complexidade de linguagens tornar a recepção da obra tanto mais próxima do real, quanto melhor for a sua representação.

A narrativa é o enunciado em sua materialidade, o texto narrativo que se encarrega da história a ser contada. Porém, esse enunciado que, no romance, é formado apenas da língua, no cinema, compreende imagens, palavras, menções escritas, ruídos e música, o que já torna a organização da narrativa fílmica mais complexa. A narrativa fílmica é um enunciado que se apresenta como discurso, pois implica, ao mesmo tempo, um enunciador (ou pelo menos um foco de enunciação) e um leitor-espectador (AUMONT, 1995, p. 106).

Desse modo, nosso objetivo central passa por evidenciar o espaço de enunciação característico dos filmes selecionados, enquadrando o enredo e a realização da produção cinematográfica neste foco, a partir do qual poderemos alcançar os propósitos estabelecidos por nessa pesquisa. Tudo isso, tendo em vista que:

Por definição, o narrativo é extra-cinematográfico, pois se refere tanto ao teatro, ao romance quanto simplesmente à conversa cotidiana: os sistemas de narração foram elaborados fora do cinema e bem antes de seu surgimento. Esses sistemas de narração operam com outros nos filmes, mas não constituem o cinematográfico propriamente dito: são o objeto de estudo da narratologia, cujo campo é bem mais vasto do que apenas o da narrativa cinematográfica (AUMONT, 1995, p. 96).

Compreendemos assim, com Jacques Aumont, que a narratividade está além do espaço fílmico. Todavia, o discurso cinematográfico apresenta-se, na atualidade, como um potencial espaço de análise, por dar conta de representações sociais e, sobretudo, por fazer com que a reconstrução de sentidos por parte do espectador seja responsável pela veiculação do discurso que manifesta:

³⁴ Cf. a este respeito, por exemplo, MARTINET, Hanne. Le nom propre dans la tradition littéraire. **Meta, journal des traducteurs**, Paris, v.27, n.4, p. 392-400, 1980.

Mesmo antes de sua reprodução, qualquer objeto já veicula para a sociedade na qual é reconhecível uma gama de valores dos quais é representante e que ele “conta”: qualquer objeto já é um discurso em si. É uma amostra social que, por sua condição, torna-se um iniciador de discurso, de ficção, pois tende a recriar em torno dele (mais exatamente, aquele que o vê tende a recriar) o universo social ao qual pertence. Qualquer representação chama a narração, pelo peso do sistema social ao que o representado pertence e por sua ostensão (AUMONT, 1995, p. 90).

O cinema se torna, assim, uma nova linguagem, cuja dimensão maior tem como pano de fundo a representação da sociedade em que se insere. Ainda segundo Jacques Aumont, o cinema tem como propriedade a retratação da realidade enquanto uma linguagem privilegiada, por colocar luz, imagem e texto em movimento, a reproduzir o mais fielmente possível aquilo que pode ser sensível na realidade. Dessa forma, a linguagem cinematográfica caracteriza-se como “essa música de luz [que] não precisa ser traduzida, é compreendida por todos e permite reencontrar uma espécie de estado “natural” da linguagem, anterior ao arbitrário das línguas” (AUMONT, 1995, p.159).

Trata-se aqui de um objetivo de dimensão quase antropológica, em que o cinema é concebido como o veículo das representações que uma sociedade dá de si mesma. De fato, é na medida em que o cinema tem capacidade para reproduzir sistemas de representação ou articulação sociais que foi possível dizer que ele substituíra as grandes narrativas míticas. A tipologia de um personagem ou de uma série de personagens pode ser considerada representativa não apenas de um período do cinema como de um período da sociedade (AUMONT, 1995, p. 98).

Essas representações sociais tendem a aparecer mais ou menos truncadas e veiculam discursos anteriormente existentes, constituindo o espaço enunciativo do cinema enquanto o espaço onde as representações são feitas de acordo com os aspectos sociais e políticos também localizados historicamente.

A esse respeito, não se deve concluir apressadamente que o cinema narrativo é a expressão transparente da realidade, nem seu contrário exato. [...] As coisas não são tão simples assim, e a sociedade não se mostra tão diretamente legível nos filmes. Por outro lado, esse tipo de análise não poderia limitar-se apenas ao cinema: preliminarmente, pede uma leitura aprofundada da própria história social. Só por meio do jogo complexo das correspondências, das inversões e dos afastamentos entre, por um lado, a organização e a conduta da representação cinematográfica e, por outro, a realidade social tal como o historiador pode reconstituir, é que esse objetivo pode ser atingido (AUMONT, 1995, p. 99).

Quando falamos de discurso, compreendemos aqui que o discurso não é nem homogêneo nem transparente, mas está imbuído de significações em seus diversos sentidos, emanando a partir de pontos de vista distintos, muitas vezes.

O que nos mostra Eisenstein é que não é nunca o curso do mundo, mas sempre, como o mesmo o disse, um discurso refratado através de um 'ponto de vista ideológico' totalmente pensado, significante de parte a parte. Já não basta o sentido, há de se agregar a significação. [...] A significação se compraz em recortar com precisão significados descontínuos que correspondem a outros tantos significados discretos (METZ, 1972, p. 63).

O que pretendemos em nossa análise é, portanto, recortar esses significados descontínuos, contribuindo para a completude da significação e, especialmente, do funcionamento do sentido do nome próprio, tendo em vista que seu sentido é construído simbolicamente, por estar inserido em uma relação dialética entre história e produção artística, retirando o nome próprio tanto de seu estatuto de não possuir sentido, quanto de poder explicar o funcionamento pelo qual aparentemente o sentido se dá, como que de uma forma transparente na obra artística. É demonstrar a opacidade dessa relação de sentidos, determinando para tanto as condições e estruturas nas quais as significações se dão a partir dos significados discretos ali mobilizados.

Na mesma perspectiva, pode-se pensar que o principal interesse da análise estrutural parte do fato de não poder encontrar senão o que estava ali, de dar conta com mais rigor do que a consciência ingênua havia “localizado” sem analisá-lo (METZ, 1972, p. 36).

Em nossa proposta específica, a categorização privilegiada em relação ao enredo do filme será, portanto, o personagem, tendo em vista que a sua construção perpassa relações de significações múltiplas, que ocorrem estar ligadas por propriedades encerradas em seus nomes próprios.

4.2 AS RELAÇÕES DE SENTIDO NA CONSTRUÇÃO DE PERSONAGENS

Beth Brait, em seu livro *A personagem*, situa a problematização de seres fictícios na relação estabelecida entre personagem e pessoa, a partir da definição proposta pelo *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*:

O problema da personagem é antes de tudo linguístico, que não existe fora das palavras, que a personagem é um “ser de papel”. Entretanto, recusar toda relação entre personagem e pessoa seria absurdo: as personagens representam pessoas, segundo modalidades próprias da ficção (BRAIT, 1985, p. 10-11).

Com base nessa mesma acepção, entendemos que a construção de um personagem ficcional se dá em torno de representações sociais e históricas – como veremos, mais adiante, nas análises dos personagens criados nos enredos dos filmes de Woody Allen –, em uma agenda de fidelidade à realidade:

Se quisermos saber alguma coisa a respeito de personagens, teremos de encarar frente a frente à construção do texto, a maneira que o autor encontrou para dar forma às suas criaturas, e aí pinçar a independência, a autonomia e a “vida” desses seres de ficção. É somente sob essa perspectiva, tentativa de deslindamento do espaço habitado pelas personagens, que poderemos, se útil e se necessário, vasculhar a existência da personagem enquanto representação de uma realidade exterior ao texto (BRAIT, 1985, p. 11).

Philippe Hamon, em *Por um estatuto semiológico do personagem* (1972), estabelece uma categorização de tipos de personagens, tendo em vista uma proposição de análise linguística e textual, diferentemente da abordagem vinculada à teoria literária. As três categorias propostas por Hamon enquadram os personagens de acordo com a função textual que mantém em coerência com a obra. São elas: uma categoria de personagens referenciais; outra de personagens *embrayeurs*; e ainda outra de personagens anáfora.

A categoria de personagens referenciais diz respeito aos personagens históricos, mitológicos, alegóricos ou sociais, os quais remetem a um sentido pleno e fixo, imobilizado por uma cultura, de modo que sua legibilidade depende diretamente do grau de participação do “leitor” nesta cultura compartilhada e reconhecida. Uma vez integrados a um enunciado, eles servirão essencialmente de ancoragem referencial, remetendo à ideologia, aos clichês ou à cultura. Eles assegurarão aquilo que Roland Barthes define como “efeito de real”, e muito frequentemente participarão da designação automática do herói.³⁵

³⁵ “Une catégorie de personnages-référentiels: personnages historiques (Napoléon III dans les Rougon-Macquart, Richelieu chez A. Dumas...) mythologiques (Vénus, Zeus...) allégoriques (l'Amour, la Haine,...) ou sociaux (l'ouvrier, le chevalier, le picaresque...). Tous renvoient à un sens plein et fixe, immobilisé par une culture, et leur lisibilité dépend directement du degré de participation du lecteur à cette culture (ils doivent être appris et reconnus). Intégrés à un énoncé, ils serviront essentiellement « d'ancrage » référentiel en renvoyant au grand Texte de l'idéologie, des clichés, ou de la culture; ils assureront donc ce que R. Barthes appelle ailleurs un « effet de réel » et, très souvent, participeront à la désignation automatique du héros (quoi qu'il fasse, le héros sera chevalier chez Chrétien de Troyes)”. (HAMON, 1972, p. 95).

Os personagens *embrayeurs* correspondem àqueles que são as marcas da presença em um texto do autor, do leitor ou de seus representantes. São personagens “porta-voz”, coros de tragédias antigas, interlocutores socráticos, contadores e autores intervindo. A sua captação no texto será, por vezes, difícil. Partindo do princípio que a comunicação pode ser variada (textos escritos), diversos efeitos de sombra e mascaramento podem perturbar a decodificação imediata do “sentido” de tais personagens. É necessário conhecer os pressupostos, o “contexto”. *A priori*, um autor, por exemplo, não está menos presente atrás de um “ele” do que de um “eu”.³⁶

A última categoria é a dos personagens anáfora. No caso destes, a referência ao sistema próprio da obra é indispensável. Esses personagens tecem no enunciado uma rede de chamadas a segmentos de enunciados disjuntos e de grandeza variável (um sintagma, uma palavra, um parágrafo...). Elementos de função essencialmente organizadora e coesiva, eles são, de alguma forma, os sinais para a memória do leitor.³⁷

Essa proposta de caracterização de personagens fictícios, estando relacionada aos aspectos enunciativos do texto, servirá também de base para a nossa análise da nomeação, pelo fato de poderem classificar os modos de formação e construção de sentidos em cada tipo específico de personagem.

³⁶ “Une catégorie de personnages-embrayeurs. Ils sont les marques de la présence en texte de l'auteur, du lecteur, ou de leurs délégués: personnages « porte-parole », chœurs de tragédies antiques, interlocuteurs socratiques, personnages d'Impromptus, conteurs et auteurs intervenant, Watson à côté de Sherlock Holmes, etc. Le problème de leur repérage sera parfois difficile. Là aussi, du fait que la communication peut être différée (textes écrits), divers effets de brouillage ou de masquages peuvent venir perturber le décodage immédiat du « sens » de tels personnages (il est nécessaire de connaître les présupposés, le « contexte » : a priori, l'auteur par exemple n'est pas moins présent derrière un « il » que derrière un « je »)”. (HAMON, 1972, p. 95).

³⁷ “Une catégorie de personnages-anaphores. Ici une référence au système propre de l'œuvre est seule indispensable. Ces personnages tissent dans l'énoncé un réseau d'appels et de rappels à des segments d'énoncés disjoints et de longueur variable (un syntagme, un mot, un paragraphe...); éléments à fonction essentiellement organisatrice et cohesive, ils sont en quelque sorte les signes mnémotechniques du lecteur”. (HAMON, 1972, p. 95).

5 O NOME PRÓPRIO NA OBRA CINEMATOGRAFICA DE WOODY ALLEN

Neste capítulo, apresentaremos, em ordem cronológica, algumas análises de personagens fictícios que aparecem nos filmes de Woody Allen. Após a análise dos cinquenta e um filmes escritos e dirigidos pelo cineasta, a escolha dos personagens aqui apresentados obedeceu a um critério de modo a privilegiarmos aqueles cujo processo a que estamos atentando aparece de forma mais evidente. Todavia, isso que não dizer, de forma alguma, que esse processo esteja ausente em seus muitos outros personagens, bem como em outros domínios da criação artística.

Após apontarmos como a linguagem cinematográfica se constitui enquanto singular espaço de enunciação, demonstraremos agora algumas razões pelas quais os filmes do cineasta nova-iorquino Woody Allen foram selecionados como objeto para nossas análises sobre a questão da nomeação de entidades fictícias. Antes de tudo, não se deve perder de vista que as construções fílmicas de Allen trazem consigo categorias sociais que o inserem em um contexto de produção da atualidade. Segundo a avaliação de Sam Girgus:

Tão isolado e diferente de tantas formas, tão ansioso e intelectual, tão urbano e judeu em seus discursos e maneirismos, Allen é também tão americano. Americano em sua preocupação e representação do mundo em volta dele e nele, ele se tornou um grande símbolo cultural de formas de pensar e estilo de vida (2002, p. 27, tradução nossa).³⁸

A maior parte da bibliografia produzida a respeito de Woody Allen, mesmo a resultante de pesquisas acadêmicas, focaliza invariavelmente a repetitiva relação que seus filmes mantêm, ao longo de décadas, com assuntos de ordem filosófica, religiosa, ética e social. Ademais, os métodos de análise aplicados a seus filmes, na maioria das vezes de caráter sociológico, acabam se aproximando mais da crítica cinematográfica e de abordagens epistemológicas.

Tendo isso em vista, nossa proposta de estudos não pretende abordar esses mesmos assuntos e polêmicas já visitados pelos métodos epistemológicos – ao menos, não da mesma maneira –, e nem tampouco proceder a análises estritamente semióticas dos filmes selecionados. Conforme já exposto, nossa intenção, ao focalizar parte de sua vasta produção cinematográfica, restringe-se a empreender uma análise de caráter linguístico e enunciativo,

³⁸ “So isolated and different in so many ways, so anxious and intellectual, so urban and Jewish in his speech and mannerisms, Allen is also so American. American in his awareness and representation of the world around and within him, he has become a major cultural symbol of a mind-set and way of life.”

especificamente do processo de nomeação dos personagens, visando contribuir de alguma forma com a bibliografia já produzida sobre o tema, sobretudo, da nomeação.

Com isso, pretendemos destacar aquilo que é próprio da língua, e que está materializado nela no conteúdo dos filmes, visando identificar níveis de significação que o processo da nomeação possibilita apreender. Por conseguinte, focalizando especialmente o processo enunciativo da nomeação, deixaremos em segundo plano a questão específica do desenvolvimento fílmico, da imagem, assim como das outras características dos personagens, enquanto este não estiverem diretamente relacionados à problemática da nomeação.

Aspecto relevante para a nossa pesquisa, portanto, será a propriedade textual e linguística presentes nos filmes analisados. Essa abordagem específica, por conseguinte, também corrobora para nossa escolha dos filmes de Woody Allen como objeto privilegiado para esse tipo análise: havendo sido escritor de textos humorísticos no início de sua carreira, Allen foi alvo de diversas críticas que consideraram seus filmes pobres no que concerne à linguagem visual, porém sempre ricos em sua singular textualidade. Todavia, de acordo com Sam Girgus:

Ele [Woody Allen] se torna um artista cujo gênio para a invenção visual e criatividade combina com sua originalidade linguística até que ambos aspectos de seu trabalho convergem em uma excitante forma de arte. Ele aprende a usar cenas, sequências e visualizações com uma destreza técnica e criatividade artística comparável ao uso da linguagem em seus escritos humorísticos. Seus filmes, a partir disso, se tornam ao mesmo tempo um texto visual e um texto literário, um 'cine-texto' integrado por imagens e signos tanto visuais quanto verbais (2002, p. 25, tradução nossa).³⁹

No nível linguístico, cumpre-nos delinear como os processos de emanação de sentidos acontecem em seus filmes. A questão central é focalizar o processo de significação, em sua relação com três aspectos fundamentais: a construção dos personagens, a elaboração da realidade fílmica e a relação desses aspectos com a realidade histórica e com o espaço de enunciação em que a obra se insere.

³⁹ “He becomes an artist whose genius for visual invention and creativity matches his linguistic originality until both aspects of his work cohere into an exciting art form. He learns to use shots, sequences, and visualizations with a technical dexterity and artistic creativity comparable to the use of language in his humorous writings. His films thereby become both a visual text and a literary text, an integrated cinetext of visual and verbal images and signs”.

A representação feita por Allen de processos de significação – a relação de signos e significantes a coisas e objetos que são nomeados e recebem significação – e sua cativação e construção do espectador conjuntamente à sua obra demonstra a dependência da subjetividade e identidade sobre não só os signos visuais ou significantes das experiências. Nos momentos iniciais de seus filmes, têm-se uma confirmação visual, como Silverman diz “do tema enquanto um complexo de processos de significações” (GIRGUS, 2002, p. 31, tradução nossa).⁴⁰

Desse modo, mais especificamente, devemos focalizar não apenas o processo de produção de sentidos, mas também o processo de sentidos que emanam da nomeação dos personagens, conforme observado por Sam Girgus, por exemplo, no filme *Sonhos de um sedutor* (*Play it again, Sam*, 1972). Neste filme, segundo sua própria observação, “até a similaridade dos nomes transforma-se em piada” (2002, p. 32, tradução nossa).⁴¹ Assim, podemos verificar em nossa pesquisa de que forma os processos envolvendo os nomes próprios podem sim emanar sentidos, independentemente de ser um propósito deliberado ou não do autor.

5.1 EMÍLIO MOLINA VARGAS, EM BANANAS

Em relação ao nível de significação do processo de nomeação, já pudemos verificar a existência de possíveis relações entre nomes próprios e a memória perpetuada na língua. Neste momento, procuraremos demonstrar como as relações com outras enunciações podem gerar possibilidades de atualização em histórias ficcionais. Ora vemos o nome próprio do personagem referir-se a outras instâncias significativas no contexto em que se inscreve, ora o vemos desempenhar papel fundamental na apreensão do caráter e da disposição do personagem em relação às funções que desempenha na trama do filme.

O nome próprio, a princípio, funciona como individualizador de um sujeito, assim como seu modo de operação na sociedade em geral. Contudo, para além disso, este mesmo nome singularizante como que se liga a características específicas do personagem a quem nomeia, e introduz um novo referente para o sujeito nomeado. Logo, o nome próprio

⁴⁰ “Allen’s enactment of the signifying process – the relationship of signs and signifiers to the things and objects that are named and signified – and his entrapment and construction of the viewer within it demonstrates the dependence of subjectivity and identity upon visual and other signs or signifiers of experience. In the beginning moments of this movie, we get visible confirmation, as Silverman says, ‘of the subject as a complex of signifying processes’”.

⁴¹ “In *Play It Again, Sam*, even the similarity of names becomes a joke”.

passa a funcionar também como nome comum, dado que agora informa sobre relações de sentido que estão além da simples individuação de determinado personagem.

Assim, o nome aparece também enquanto enunciado argumentativo, pois apresenta um enunciado (E1) fazendo veicular outro enunciado (E2), conforme a compreensão de Oswald Ducrot (1988) para o funcionamento argumentativo da apresentação de enunciados. Trata-se, por um lado, da escolha de um nome culturalmente possível pelas possibilidades do memorável que recorta, na temporalidade precisa que instaura, mas também, por outro lado, de fazer interpretar características de um nome comum, levando para o âmago da individualização do ser nomeado propriedades que estão ligadas, de certa forma, à sua essência.

Note-se que há um nível de motivação na escolha do nome próprio do personagem, devido aos sentidos polissêmicos de um determinado termo que é posto em funcionamento. Dessa forma, os personagens são tomados por essa essência, e se ligam a ela por meio de sentidos trazidos para sua nomeação. Vale ressaltar que se trata sempre de uma tomada de posição: a leitura, quer do cineasta, quer do espectador, é que realiza essas ligações semânticas, pois na realidade, ou em outro tipo de enunciação, o nome não tem como função abranger propriedades.

A fim de demonstrar essas percepções, focalizaremos primeiramente a maneira como essa relação entre memória da língua e processo de nomeação de personagens torna-se evidente pela análise do enredo do filme *Bananas*, escrito e dirigido por Woody Allen, lançado no ano de 1971. O filme tem início com uma cena realista de um jornal televisivo americano, fazendo a cobertura ao vivo de um golpe militar em uma república fictícia latino-americana, onde está para ser deposto e assassinado o presidente legitimamente eleito. Nessa história, o chefe militar que será então empossado como novo governante, no lugar do presidente retirado do cargo, é o general Emílio Molina Vargas.

O personagem em questão é apresentado de forma linear, e sua caracterização é tomada como a de um “personagem referencial”. Conforme vimos anteriormente, de acordo com a categorização proposta por Hamon, os personagens referenciais são aqueles que correspondem a entes históricos, mitológicos, alegóricos ou sociais, os quais remetem a um sentido pleno e fixo, imobilizado por uma cultura compartilhada e reconhecida. Uma vez integrados a um enunciado, eles servirão essencialmente de ancoragem referencial, remetendo a ideologias, clichês e à própria cultura.

O nome próprio “Emílio Molina Vargas” ilustra bem essa relação de convergência, pois traz em si referências a três personagens históricos tradicionalmente

identificados pelo senso comum como ex-ditadores latino-americanos. Emílio, além de ser um nome relativamente comum na América Latina, é também o prenome de um dos responsáveis pela implantação de uma ditadura militar na Argentina em meados dos anos 70: o almirante Emilio Eduardo Massera. Molina, por sua vez, é o sobrenome do ditador Rafael Trujillo Molina, que governou a República Dominicana por mais de trinta anos, até ser assassinado. Por fim, Vargas pode referir-se a Getúlio Vargas, presidente do Brasil após a revolução que pôs fim a República Velha em 1930. Em vista disso, podemos inferir que o processo de nomeação do personagem fictício em questão mostra-se como elaborado a partir de uma rede de relações com outros acontecimentos correlatos, no agenciamento em que se insere.

Podemos então estabelecer a referência, a designação e o sentido do nome da seguinte maneira: o processo de referência recorta para o escopo significativo do nome o referente do ditador, por meio de alusões, conscientes ou não, a signos relacionados, na memória coletiva, à noção de ditadores latino-americanos. Além desse primeiro referente, que recebe um nome de acordo com as possibilidades recortadas pela memória da língua, há também um outro referente sendo particularizado aqui.

Como o funcionamento do personagem serve a fins específicos, seu nome parece acarretar propriedades que serão evidenciadas pelo processo de designação, evidenciada doravante pelo símbolo (\rightarrow).⁴² O personagem caracterizado na trama como ditador recebe um nome que faz alusões a outros nomes históricos relacionados à ideia comum de ditadores latino-americanos, conferindo assim determinadas propriedades a seu personagem. O nome próprio escolhido, portanto, designa a ideia de ditador (neste caso, fictício), em uma relação que passa pela lembrança de outros ditadores (neste caso, reais ou históricos), em uma relação tomada simbolicamente na história.

Dessa forma, o sentido do nome dado a esse personagem não está apenas singularizando um indivíduo, para identificá-lo enquanto único no enredo, a partir de possibilidades de um contexto onde está inserido – o que, de fato, se esperaria, a princípio, de um nome próprio. A unicidade do nome próprio se dilui ao importar para o escopo do sentido referentes que abrangem a atribuição de propriedades, por uma relação simbólica. Visto de uma maneira mais esquemática, temos o seguinte:

⁴² Nas tabelas que se seguirão, este símbolo (\rightarrow) significará a relação de designação, sempre mobilizada por uma relação simbólica tomada na história. Nas tabelas, de um lado se encontrarão os referentes e de outro os designadores, sendo o símbolo de designação o demonstrador da relação simbólica.

<i>Nome dado ao personagem: Emílio Molina Vargas</i>		
Referentes		Designadores
Personagem referencial –Ditador	→	Nome singularizante, de acordo com as possibilidades recortadas pelo memorável.
Ditadores de países latino-americanos	→	<i>Emílio Molina Vargas</i>

5.2 ALVY SINGER, EM NOIVO NEURÓTICO, NOIVA NERVOSA

Alvy Singer e Annie Hall são os dois personagens principais do filme *Noivo neurótico, Noiva nervosa*, cujo título original em inglês recebe o mesmo nome da personagem principal feminina (*Annie Hall*, 1977). Neste enredo, esses dois mantêm uma conturbada relação amorosa. Annie Hall, em uma das cenas do filme, refletindo sobre as razões pelas quais acabou se envolvendo com Alvy Singer, evoca explicitamente o sentido imbricado no nome de seu amante.

Ao analisar um sonho que Annie teve com Frank Sinatra, no qual ele a estrangulava, Alvy lhe diz que sonhou com isso pelo fato de ela ser cantora, assim como Sinatra e, portanto, o sonho significaria que ela está sufocando a si mesma. Todavia, Annie Hall revela a Alvy que sua psicanalista lhe havia dito que o Frank Sinatra onírico significava justamente ele, por seu sobrenome ser “Singer”, cujo significado em inglês é “cantor”. Vejamos como transcorre o diálogo entre eles nessa cena, de acordo com o roteiro escrito por Woody Allen:

Annie: - No, no... Alvy, no meu sonho, Frank Sinatra está segurando um travesseiro contra meu rosto e eu não consigo respirar.

Alvy: - Sinatra?

Annie: - Sim, e ele está me estrangulando...

Alvy: - Sim?

Annie: ...e eu tento, você sabe, é...

Alvy: - Bem, bem, certo... Porque ele é um cantor e você é uma cantora, você sabe, então é perfeito! Você está tentando sufocar você mesma. Faz o maior sentido. É um tipo perfeito de... *insight* analítico.

Annie - Ela [a psiquiatra] disse que seu nome é Alvy Singer.

Alvy - O que você quer dizer? Eu?

Annie: - Sim, sim, sim, você. Porque no sonho, eu quebro os óculos de Sinatra.

Alvy: - Sinatra estava usando ócul... Você não tinha dito que ele estava de óculos. Então você está dizendo que eu, eu estou te sufocando?⁴³

O nome “Alvy Singer”, portanto, recorta esse referente de cantor enquanto algo que faz sentido em sua relação com a personagem, que é também cantora, funcionando como uma anáfora, um elemento recuperador de uma propriedade atribuída, para funcionar em uma cena enunciativa onde são necessárias essas significações. Em um momento da relação mantida por eles, Annie, em uma espécie de *insight* psicanalítico, passa a tomar o nome “Singer” enquanto significativo, verificando aí uma propriedade até então não percebida.

Ainda que antes desse momento enunciativo, o nome tenha funcionado apenas enquanto uma possível atualização de nomes, recortado da língua para individualizar um sujeito, agora, por uma necessidade de natureza argumentativa, o referente cantor passa a compor a designação do nome, abrangendo a identificação do personagem. Observando os elementos semânticos funcionando enquanto designadores, temos a seguinte relação de determinação:

<i>Nome dado ao personagem: Alvy Singer</i>		
Referentes		Designadores
Personagem-amante de Annie Hall	→	Nome singularizante, de acordo com as possibilidades recortadas pelo memorável
Relação com Frank Sinatra no sonho enquanto cantor.	→	<i>Alvy Singer</i> (em português, Alvy Cantor)

⁴³ “Annie: - In-in... Alvy, in my dream Frank Sinatra is holding his pillow across my face and I can't breathe. Alvy: - Sinatra? Annie: - Yeah, and he's strangling me... Alvy: - Yeah? Annie: - and I keep, you know, it's... Alvy: - Well, well, sure... because he's a singer and you're a singer, you know, so it's perfect. So you're trying to suffocate yourself. It-it makes perfect sense. That's a perfect analytic... kind of insight. Annie: - She said, your name was Alvy Singer. Alvy: - Whatta you mean? Me? Annie: - Yeah, yeah, yeah, you. Because in the dream... I break Sinatra's glasses. Alvy: - Sinatra had gl... You never said Sinatra had glasses. So whatta you saying that I-I'm suffocating you?” (Annie Hall, 1973).

5.3 ZELIG, EM ZELIG

Já o filme *Zelig* (1983), curiosamente, apresenta uma relação inversa daquela de que tratamos aqui com maior visibilidade. A análise do nome do personagem principal (Zelig), que também dá título ao filme, aponta para uma outra versão, não menos interessante, de transposição de significações: neste caso, não da memória polissêmica da língua para o filme, mas do filme para a memória coletiva. Desse modo, este filme mantém uma relação com a nomeação que demonstra a inserção de um acontecimento linguístico em uma relação de sentidos pautada pela própria historicidade.

Após o lançamento do filme, o nome próprio do personagem principal recebe um novo sentido, agora de nome comum, ou seja, não mais apenas individualizador, mas relacionado à ideia de “efeito camaleão”, de acordo com sua especificidade trazida pelo enredo. De modo que, em dicionários informais, quando se busca o significado do nome “Zelig”, encontram-se relações significativas com o personagem fictício do filme “Zelig”, e o nome próprio, ultrapassando a função primeira de individualização, passa a ter o mesmo significado da característica mais marcante desse personagem, ou seja, a capacidade de se transformar de acordo com as contingências do tipo social com que se relacionava.

Semelhantemente, no campo da psiquiatria moderna, foi cunhado com a expressão “síndrome de Zelig” o comportamento “desviante” característico desse personagem fictício, criado por Woody Allen, cuja definição científica anterior ao filme seria simplesmente a de “efeito camaleão” ou “síndrome do impostor”.⁴⁴ Dessa forma, percebemos que, nesse caso específico, não é o movimento mais comum da exterioridade da língua que possibilita trazer para dentro do filme um efeito semântico argumentativo, mas é o próprio filme que instaura uma relação de sentido entre o “efeito camaleão”, teorizado pela psiquiatria, e um nome próprio “qualquer”, isto é, teoricamente arbitrário.

Neste sentido, o nome próprio passa a carregar a propriedade do “efeito camaleão” por causa de um personagem fictício caracterizado por essa “síndrome”, e isso passa a ser tomado em outras enunciações, adicionando significações generalizantes para um simples nome próprio. Temos agora, portanto, que às possibilidades da memória da evocação do nome é adicionado um semema para Zelig, atribuindo-lhe um novo referente. Em uma relação de sentidos, temos o seguinte esquema:

⁴⁴ Conferir o artigo de KARINSKY, Harry. Zelig: Woody Allen's classic film continues to impact the world of psychiatry. *Canadian Psychiatry Aujourd'hui*, v. 3, n. 5, out. 2007.

<i>Nome atribuído ao personagem: Zelig</i>		
Referentes		Designadores
Personagem nomeado, Zelig possui uma síndrome psiquiátrica caracterizada como “efeito camaleão”.	→	Síndrome do impostor, ou “efeito camaleão”, passa a ganhar o apelido de “Síndrome de Zelig”

5.4 DANNY ROSE, EM BROADWAY DANNY ROSE

Em *Broadway Danny Rose* (1984), temos um caso típico de “personagem anáfora”, em que seu nome próprio funciona, de certa maneira, como catalisador de sentidos. Neste enredo, o personagem principal, Danny Rose, é um agente de talentos, cuja principal aposta para o sucesso é um carismático cantor ítalo-americano. Este último, ao se apaixonar por uma moça envolvida com a máfia por laços familiares, decide enviar a ela, todos os dias, como prova de seu amor, uma rosa branca. Todavia, por ser casado, o cantor não pode dar prosseguimento às claras em seu relacionamento com a amante.

Como um grande favor, Danny Rose se compromete a buscá-la no dia de uma apresentação muito importante para o cantor, que se diz impossibilitado de realizar qualquer performance na ausência de sua amada. Danny Rose vai, então, à procura da amada de seu agenciado/amigo, para conduzi-la ao local da apresentação. Chegando a uma festa para buscá-la, descobre estar entre membros da máfia, sendo um deles loucamente apaixonado pela mesma mulher. Ao se apresentar como Danny Rose (“Danny Rosa”, em português), é rapidamente associado ao amante secreto, que lhe enviara uma rosa branca todos os dias nos últimos meses. Confundido assim com o amante, justamente por causa de seu nome, Danny Rose passa a ser perseguido pela máfia, que procura matá-lo.

Vemos, neste caso, o nome próprio do personagem fictício funcionando como catalisador de uma engrenagem de sentidos, que possam ser passíveis de identificação. O nome Danny Rose, por causa de seu sobrenome justaposto, é associável às rosas que o amante mandava. No enredo, não importou à máfia questionar se era Danny ou não quem enviava as rosas, sendo suficiente perceber essa relação semântica entre o traço nominal e a ação de entregar as rosas, tornando assim o amante rapidamente “identificado”.

Danny Rose é confundido com o amante, sendo colocado em uma situação de perigo diante da máfia, pelo simples fato de seu nome trazer em si o referente que se liga a rosas. Nesse filme, vemos claramente em funcionamento um caso típico de nome próprio que

passa a abranger em si propriedades e características de nome comum, para acrescentar sentido à história. No entanto, é necessário observar o equívoco da língua aí instaurado, pois na história, Danny Rose é apenas o agente do verdadeiro amante, que acaba sendo perseguido injustamente, por ser passível de ser encontrado o semema “rosa” em seu nome. De acordo com Cláudia Álvares:

O falante, diante da impossibilidade de atribuir sememas aos nomes próprios, lexicaliza-os, ou seja, torna-os formas novas, sintagmas, unidades lexicais autônomas, de modo que cada substantivo próprio possa ser representado lingüisticamente como substantivo comum e receber um conjunto de traços semânticos que exerçam o papel de determinantes ou modificadores, como uma espécie de “carimbo”, ou, por outras palavras, de modo que possam essas novas lexias - complexas ou não - adquirir propriedades e características, por meio de atributos variados, que a definição confere aos verbetes para que o falante, em seu universo lingüístico, atualize-os no discurso de acordo com suas necessidades de comunicação (2003, p. 8).

<i>Nome atribuído ao personagem: Danny Rose</i>		
Referentes		Designadores
Personagem Agente artístico	→	Nome singularizante, de acordo com as possibilidades recortadas pelo memorável.
Rose	→	<i>Rose</i> , relação com as rosas entregues dia a dia à amada

5.5 JUDAH ROSENTHAL, EM CRIMES E PECADOS

No filme *Crimes e Pecados* (*Crimes and Misdemeanors*, 1989), fica evidente a relação dos nomes próprios escolhidos com a memória da língua, por meio das possibilidades conferidas por nomes culturalmente reconhecidos. Vejamos, antes de tudo, a história contada no filme, de acordo com sinopse escrita por Eric Lax:

Um oftalmologista de sucesso, que é considerado um baluarte da comunidade, arruma uma amante que passa a exigir cada vez mais que ele abandone a mulher. Ele promete, mas não cumpre, e acaba matando a amante, que ameaça expor suas fraudes numa obra filantrópica. Desesperado para manter sua posição na sociedade e sua família intacta, ele pede ao irmão, menos bem-sucedido, que tem conexões com o submundo, que o livre da ameaça. Combina-se um assassinato, e de início o médico fica assolado pela culpa. Mas com o tempo ele dá conta de que conseguiu se safar; aceita que naquilo que vê como um universo sem Deus, não haverá consequências, e assim retoma sua vida de conforto (2009, p. 131).

O nome do personagem principal é Judah Rosenthal. Ora, o nome Judah é a forma hebraica do grego Judas. Evidentemente, este nome carrega uma relação de sentidos evocados pela memória da língua, graças à mobilização deste nome por sua relação com a tradição judaica de modo geral, e mais especificamente por um ato de traição bem conhecido da cultura cristã ocidental (a traição de Judas Iscariotes). Podemos inferir, pela análise do filme em questão, que há uma mobilização dos sentidos de judaísmo e traição em diversos níveis da caracterização do personagem fictício Judah Rosenthal. Segundo afirmação de Evanildo Bechara, ao anunciar a ideia de passagem do estatuto de nomes próprios a nomes comuns:

[Na passagem de nomes próprios a nomes comuns] Não nos prendemos apenas à pessoa ou coisa nomeada; observamos-lhes qualidades e defeitos que se podem transferir a um grupo mais numeroso de seres. Os personagens históricos, artísticos e literários pagam o tributo de sua fama com o desgaste do valor individualizante do seu nome próprio que, por isso, passa a comum. Por esta maneira é que aprendemos a ver no Judas não só o nome de um dos doze apóstolos, aquele que traiu Jesus; é também a encarnação mesma do traidor, do amigo falso, em expressões do tipo: Fulano é um judas (2009, p. 132).

Nessa relação de designação, podemos vislumbrar a seguinte formação esquematizada:

<i>Nome dado ao personagem: Judah Rosenthal</i>		
Referentes		Designadores
Personagem - Oftalmologista que passa por diversos níveis de traição	→	Nome singularizante, de acordo com as possibilidades recortadas pelo memorável
Relação conflituosa com a tradição judaica e com Judas Iscariotes, o traidor por excelência	→	<i>Judah Rosenthal</i>

Do mesmo modo, a amante de Judah Rosenthal na história – que ameaça revelar o caso para sua família e o perturba ao ponto de o oftalmologista planejar sua morte – também recebe um nome próprio significativo: Dolores Paley. Ora, o nome Dolores liga-se ao étimo “*dolor*”, que significa dor, lamentação, pena e angústia. Ao colocar esse nome na

personagem, é como se as dores envolvendo seu relacionamento secreto com Judah Rosenthal se materializassem da seguinte forma:

<i>Nome dado à personagem: Dolores Paley</i>		
Referentes		Designadores
Personagem - Amante que ameaça contar tudo e destruir a família e a reputação de seu amante	→	Nome singularizante, de acordo com as possibilidades recortadas pelo memorável.
Relação pelo étimo “ <i>dolor</i> ” com dor, lamentação, pena, angústia.	→	<i>Dolores Paley</i>

5.6 SHELDON MILLS(TEIN), EM CONTOS DE NOVA YORK

O filme *Contos de Nova York* (*New York Stories*, 1989) é um conjunto de curtas-metragens feitos por quatro cineastas, incluindo o conto *Édipo arrasado*, de Woody Allen. *Édipo arrasado* conta a história de Sheldon Millstein, criado na tradição judaica, e que mantém uma relação conturbada com sua mãe, o que justifica o título do conto. Ao tentar de muitas formas se ver livre desta relação incômoda, Sheldon Millstein acaba também mudando o seu sobrenome para Mills.

A mudança de seu nome configura-se em uma relação com sua própria identidade e criação, visando demarcar a possibilidade de uma nova forma de construir sua identidade. É curioso notar que, no caso da mudança de nome, Sheldon poderia ter escolhido um nome completamente diferente daquele recebido em seu batismo, pelas possibilidades legítimas do funcionamento jurídico de seu país. Sua relação difícil e sua vontade de superá-la o justificam no enredo a tomar uma diretiva firme em relação à afirmação de uma nova identificação, livre de seus laços maternos e familiares perturbadores.

Todavia, a escolha de seu novo nome mantém uma enorme proximidade com o nome batismal, o que torna o caso ilustrativo. De Millstein para Mills, vemos apenas a supressão da parte final do nome, fazendo com que se mantivesse a raiz do sobrenome e, por consequência, dos seus problemas ali materializados. Como não poderia ser de forma diversa, a tentativa de se transformar em outro para solucionar o conflito familiar, pela nova nomeação, se releva frustrada na trama, pois, de um lado, seu nome mantém a mesma raiz e

sua mãe continua perpetuamente lembrando-o de que ele não deveria ter feito isso. Em uma relação de sentidos mobilizados, temos o seguinte:

<i>Mudança do nome Millstein para Mills</i>		
Referentes		Designadores
Personagem - <i>Sheldon Millstein</i> em relação conturbada com sua mãe e criação judaica	→	Nome singularizante, de acordo com as possibilidades recortadas pelo memorável
Tentativa frustrada de mudar sua relação de identidade familiar e religiosa	→	<i>Mudança de nome para Mills</i>

5.7 MAX WEINRIB, EM PODEROSA AFRODITE

Analisemos a sinopse do filme *Poderosa Afrodite* (*Mighty Aphrodite*, 1995), escrita também por Eric Lax, em seu livro *Conversas com Woody Allen* (2009):

Poderosa Afrodite é a história do que acontece quando Lenny, jornalista esportivo, e sua mulher do mundo da arte, Amanda adotam um bebê, Max. Max é um menino agradável e esperto, e Lenny não consegue evitar a ideia de que os pais dele também devem ser, e se põe a procurá-los [...]. Mas a mãe de Max acaba se revelando uma atriz pornô e prostituta chamada Linda Ash, que, apesar de seu trabalho e da grossura, é muito doce (2009, p. 80).

O que desejamos focalizar no enredo deste filme é o diálogo entre Lenny, o pai, e Amanda, a mãe, ao escolher o nome para a criança recém-adotada:

Pai: - Essa criança vai ser ótima. Ele é fabuloso.
 Mãe: - Como você quer que ele se chame?
 Pai: - Isso é inacreditável. - Chamar-se?
 Mãe: - O que você acha de Eric?
 Pai: - Eric? O menino não é um viking. Eu quero que ele tenha o nome de um dos meus heróis.
 Mãe: - Como quem?
 Pai: - Eu não sei, o que você acha de Groucho?
 Mãe: - Groucho? Ah, cai na real!
 Pai: - Estou falando sério. Ele é um ótimo, você sabe... Eu não sei...
 Mãe: - O que acha de Phineas? Você gosta de Phineas?
 Pai: - Phineas é o cobrador de hipotecas. Eu não quero que ele se chame Phineas. Ele é adorável! Isso é ótimo! Deixe-me pensar... O que acha de Django?
 Mãe: - Django?
 Pai: - Django, sim. Como Django Reinhardt, o excelente tocador de violão...

Mãe: - Django Weinrib?
 Pai: - Essa é a maldição do sobrenome Weinrib. Não combina com nada. Nenhum nome parece apropriado com o sobrenome Weinrib.
 Mãe: - Ok, o que acha de algo mais simples, como Ben?
 Pai: - Ben? Você quer que o nome dele seja Ben Weinrib? O que ele vai ser? Um campeão de jogo de baralho? Você quer negar a sua herança?
 Mãe: - Você sabe, eu só quero que a criança tenha um ótimo nome.
 Pai: - O que você acha de Sugar Ray Weinrib?
 Mãe: - Holden, como Holden Caulfield.
 Pai: - Holden só vai ficar bom se colocarmos o seu sobrenome de solteira. Só se for Holden Sloan, mas não Holden Weinrib.
 Mãe: - Ele é tão fofo! Eu não consigo acreditar!
 Pai: - O que acha de Cole? Cole Weinrib?
 Mãe: Harpo Weinrib. O que acha de Earl the Pearl Weinrib?
 Pai: - Seria perfeito!
 Mãe: - Oh, meu Deus! O que acha de Shane? Você gosta do nome Shane?
 Pai: - Sim! Shane é bonito! Shane seria legal. Mas, por outro lado, você não gostaria que ele fosse um Juíz da Suprema Corte chamado Shane.
 Pai: - Oh! Jesus! Achei! Achei! Brilhante! Este nome é brilhante! Pronta? Está pronta? Thelonious Weinrib!
 Mãe: Max! O que acha de Max?
 Pai: Max! Sim, Max. Olha que lindo ele é. Eu quero abraçá-lo. Max está bem. Olha: ele está sorrindo! Doutor Max Weinrib. Eu gosto do nome Max. Max está ótimo. É simples. O que acha de Senador Max Weinrib? Rabino Max... Rabino Max Weinrib? Talvez tenhamos que repensar sobre Max.
 Mãe: - Ele está feliz!⁴⁵

Quando ele anuncia, em primeiro lugar, que o menino será ótimo ou excelente (*great*, em inglês); quando ele reage ao nome Eric, dizendo que o menino não será um viking; quando ele associa ao nome Phineas a profissão do recolhedor de impostos; quando ele elenca os nomes de seus heróis (aqui, os heróis do próprio Woody Allen: Groucho

⁴⁵ “Father: - This kid is going to be a great kid. He's fabulous. Mother: - What do you want to call him? Father: - This is unbelievable. Call him? Mother: - What about Eric? Father: - Eric? The kid's not a viking. I want to call him after one of my heroes. Mother: - Like what? Father: - I don't know. What about Groucho? Mother: - Groucho? Oh, get real. Father: - I'm serious. It's a great, you know... I don't know. Mother: - What about Phineas? Do you like Phineas? Father: - Phineas? Are you joking? - Mother: Yeah, call him Phineas. Father: - Phineas is the guy who forecloses on the mortgage. I don't want to call this kid Phineas. He's adorable. That's so great. What... let me think. What about Django? Mother: - Django? Father: - Django, yeah. After Django Reinhardt, the great guitar... Mother: - Django Weinrib? Father: - That's the curse of the Weinrib name. It doesn't go with anything. Nothing works with Weinrib. Mother: - Okay, what about something simple, like Ben? Father: - Ben? You want to call him Ben Weinrib? What's he going to be, a gin rummy champion? You want to deny your heritage? Mother: - You know, I just want the kid to have a great name. Father: - What about Sugar Ray Weinrib? Mother: - Holden, after Holden Caulfield. Father: - Holden's one of those things that works if we use your maiden name, if it's Holden Sloan, but not Holden Weinrib. Mother: - The kid is so cute. I can't believe this. Father: - What about Cole? Cole Weinrib? Mother: - Harpo Weinrib. How about Earl the Pearl Weinrib? Father: - That would be so perfect. Mother: - Oh, God. What about Shane? Do you like the name Shane? Father: - Yeah, Shane's pretty. Shane would be okay. On the other hand you wouldn't want a supreme court justice called Shane. Oh, Jesus. I got it! I got it! Brilliant. This is so brilliant. Got it? Ready? Are you ready? Thelonius Weinrib. Mother: - Max! What about Max? Father: - Max? Yeah, Max. Look how cute he is. I want to hold him. Max is okay. Look. He's smiling. Doctor Max Weinrib. I like the name Max. Max is good. It's simple. How about Senator Max Weinrib? Rabbi Max... Rabbi Max Weinrib? Maybe we should rethink Max. Mother: - He's happy” (Mighty Aphrodite, 1995).

Marx, Django Reinhardt, Cole Porter e Thelonious Monk); podemos notar a preocupação dos pais em escolher um nome “correto” e a relação de determinação entre o nome escolhido e o que o menino é ou poderá ser.

Podemos notar, em primeiro lugar, a ideia despretensiosamente apresentada no diálogo da existência de uma possível relação entre o nome próprio escolhido e a determinação do que o menino será no futuro e qual papel ocupará na sociedade. Há, portanto, nesta cena, uma revelação sutil da percepção dos pais de que o nome próprio escolhido “definirá” simbolicamente, em certa medida, a personalidade da criança e, por extensão, a sua profissão e contribuição que dará à sociedade.

Ao mobilizar a questão do nome próprio como determinador do caráter da pessoa nomeada, abre-se espaço para discutir a própria relação dos nomes enquanto significadores, e não somente como designadores. De um lado, há um recorte de um nome individualizador possível, de acordo com o tempo e o espaço onde os pais e o menino estão inseridos (não estão discutindo, por exemplo, se o menino deverá se chamar Xin Zang ou Antônio da Silva, pois escolhem segundo o arcabouço de possibilidades recortado pelo espaço e pelo tempo, definido, neste caso, pela cultura norte-americana da década de 1990). De outro lado, está a imbricação no nome próprio de uma memória da língua comumente compartilhada, que é revelada justamente ao escolher o nome Max, reiterando as qualidades necessárias à construção do enredo (pois o menino deve ser necessariamente “o máximo”, para justificar a busca do verdadeiro pai da criança por suas origens genéticas).

Podemos verificar a determinação do nome próprio em uma relação tríade de significações. Numa ponta, vemos o próprio referente (o menino), cujas qualidades exaltadas são o fato de ele ser o máximo, esperto, sempre sorridente e de bom humor. Numa outra ponta, vemos o nome próprio comportando duas faces significativas. Primeiramente, a necessidade da nomeação, pelos pais, decidindo entre nomes possíveis (notamos que não se trata de inventar um nome, mas de escolher segundo as possibilidades de tempo e espaço fornecidas pela língua e a própria formação cultural adjacente ao processo de nomeação), cujos significados são colocados em funcionamento segundo pessoas que carregaram o nome anteriormente (no caso, por exemplo, das possibilidades referentes aos heróis da figura nomeadora, encerrada no papel do pai). E ainda o terceiro aspecto, a imbricação de uma necessidade de nomear simbolicamente o menino segundo suas características de esperto, excelente, carismático, para que faça sentido seu nome na própria história em que se insere.

<i>Nome dado à criança: Max</i>		
Referentes		Designadores
Personagem - Menino adotado, que precisa receber um nome próprio	→	Nome singularizante, de acordo com as possibilidades recortadas pelo memorável
“ <i>Great kid</i> ” (Ótimo menino, ou “o máximo”)	→	<i>Maximum</i> , sentido mobilizado ou pela etimologia latina ou pela simples e inconsciente evocação a algo “bom”

5.8 HARRY BLOCK, EM DESCONSTRUINDO HARRY

Vejamos agora a história contada em *Desconstruindo Harry* (*Deconstructing Harry*, 1997). Este filme conta a história de Harry Block, escritor nova-iorquino que vive um singular momento de paralisia em seu processo criativo. Estando prestes a receber um prêmio por seus escritos, o personagem passa a relembrar eventos e pessoas de seu passado, reais e fictícios, que passam a perturbá-lo de muitas maneiras. Não parece ser arbitrário o fato de seu sobrenome (Block) significar, exatamente, “bloqueio”, caracterizando-se assim em uma relação de determinação com o enredo do filme. Essa relação pode ser esquematizada da seguinte forma:

<i>Nome dado ao personagem: Harry Block</i>		
Referentes		Designadores
Personagem - Escritor nova-iorquino, na década de 1990	→	Nome singularizante, de acordo com as possibilidades recortadas pelo memorável
Escritor vive período de bloqueio em seu processo criativo.	→	“ <i>Block</i> ” corresponde à ideia de “bloqueio”

É importante observar ainda que, mesmo sendo Harry Block um escritor comum e seu nome não encerrar, na realidade, suas características e propriedades permanentes, ele acaba sendo tomado por uma espécie de “bloqueio” em dado período de sua

história.⁴⁶ Desse modo, sua essência é preestabelecida, como que avançando pelo nome as significações que vão ser mobilizadas. Se o consideramos fora da história, como este escritor complexo, sua existência certamente estaria acima da essência, e poderíamos ver que a tomada de seu bloqueio por seu nome ocorre em forma de devaneio.

Diga-se de passagem que, a respeito da ideia de que a essência que precede a existência, Jean-Paul Sartre afirma que, para os homens, na realidade, a existência precede a essência. Isso equivale dizer que, somente após a vida de um ser humano é possível descrever sua essência, justamente a partir daquilo que sua existência provou ter sido. Diferentemente, o personagem ficcional não funciona da mesma forma. Este, enquanto criação para exercer e funcionar de determinada maneira em um enredo, assemelha-se a um objeto fabricado, com um objetivo anterior a sua introdução no mundo.

Consideremos um objeto fabricado, como, por exemplo, um livro ou um corta-papel; esse objeto foi fabricado por um artífice que se inspirou num conceito; tinha, como referenciais, o conceito de corta-papel assim como determinada técnica de produção, que faz parte do conceito e que, no fundo, é uma receita. Desse modo, o corta-papel é, simultaneamente, um objeto que é produzido de certa maneira e que, por outro lado, tem uma utilidade definida: seria impossível imaginarmos um homem que produzisse um corta-papel sem saber para que tal objeto iria servir. Podemos assim afirmar que, no caso do corta-papel, a essência – ou seja, o conjunto das técnicas e das qualidades que permitem a sua produção e definição – precede a existência; e desse modo, também, a presença de tal corta-papel ou de tal livro na minha frente é determinada. Eis aqui uma visão técnica do mundo, em função da qual podemos afirmar que a produção precede a existência (SARTRE, 1970, p. 3).

Assim, o personagem é equivalente a um corta-papel, tendo sua função anteriormente estabelecida, sendo possível atribuir-lhe propriedades para além de sua simples identificação. Sabendo-se o final da história, conhecendo-se a finalidade de sua aparição na trama, o personagem pode emanar sua essência precedida de sua existência, e essa questão parece perpassar, conforme temos demonstrado, a escolha de vários nomes pelo seu criador.

⁴⁶ Em relação ao bloqueio vivido pelo personagem, vemos ele mesmo afirmar que nunca, em toda a sua carreira, havia passado por isso, corroborando a afirmação de que seu nome não encerra a propriedade ali atribuída, mas se torna significativa a partir de um direcionamento de sentidos na própria trama.

5.9 JOHN SAN GIULIANO, EM MELINDA E MELINDA

John San Giuliano é um personagem que nem mesmo aparece no filme *Melinda e Melinda* (2004), sendo apenas um personagem do tipo “*embrayeur*”, ou seja, é mencionado apenas para veicular a ideia do seu autor. Ele é citado pela personagem principal do filme (Melinda) como sendo seu ex-amante. Ao falar dele, ela se refere ao nome John San Giuliano como signo portador de poder de sedução.

Interessante perceber que essa presumível característica “romântica” do personagem nomeado – que geralmente é transmitida pela aparência física de seu portador, ou ainda apenas pelo olhar ou pela voz – é veiculada ao espectador, neste caso, pelo tipo de seu nome próprio, sendo inclusive providencial, portanto, que ele nem apareça fisicamente no filme, para confirmar nossas hipóteses sobre os sentidos dos nomes dados a estes personagens cinematográficos. A focalização do sentido de sedução para o nome John San Giuliano é notável, conforme os termos expressos por Melinda, em dado momento do filme:

Melinda: - É que tudo que parecia tão mágico quando eu me casei com Josh de alguma forma tinha desaparecido. Estava tudo “ok”, sabe? E não importava o que eu fizesse, eu não conseguia melhorar a nossa situação. Foi quando esse homem com um *nome romântico* - John San Giuliano - tirou uma foto minha. E eu me apaixonei por ele e começamos a ter esse caso de amor.⁴⁷

<i>Nome dado ao personagem: John San Giuliano</i>		
Referentes		Designadores
Personagem - Amante de Melinda	→	Nome singularizante, de acordo com as possibilidades recortadas pelo memorável
Sedutor capaz de destruir os laços familiares; nome romântico	→	<i>John San Giuliano</i> , sonoridade latina

⁴⁷ “Melinda: - It's just that everything that had seemed so magical when I married Josh somehow just melted away. It was “ok”, you know? And no matter what I did, I couldn't make it any better. And then this man with a *romantic name* - John San Giuliano - took my photograph. And I fell in love with him, and we began having this love affair”. (Grifo nosso).

5.10 JASMINE, EM BLUE JASMINE

Em seu mais recente filme (*Blue Jasmine*, 2013), Woody Allen conta a história de uma ex-pertencente à classe alta de Nova York, que passa por uma gravíssima crise financeira e emocional, após seu marido ser preso sob a acusação de realizar transações financeiras ilícitas. O nome de batismo da personagem principal é Jeanette, porém, em dado momento de sua vida decide mudar o seu nome para Jasmine. O título do filme contém, portanto, o novo nome escolhido pela personagem, bem como uma referência à música “Blue Moon”, que tocava no momento em que ela teria conhecido o marido.

O marido de Jasmine, Hal, lembrando o dia em que conheceu sua esposa, revela que havia então se apaixonado não por Jeanette, mas pelo nome Jasmine. Interessante notar, a este propósito, que Hal não evoca uma paixão pelo nome “real” da personagem, mas sim pelo nome Jasmine, que configura sua nova identidade. No filme, não é apresentado com clareza ao telespectador em quais circunstâncias a personagem decide mudar de nome. O que podemos interpretar, de qualquer modo, é que Jasmine é tomada a partir do lugar que a fez objeto de sedução para Hal, e ele faz questão de rememorar isso evocando que “se apaixonou pelo nome Jasmine”.⁴⁸

<i>Mudança de nome de Jeanette para Jasmine</i>		
Referentes		Designadores
Personagem - Jeanette	→	Nome singularizante, de acordo com as possibilidades recortadas pelo memorável
Mudança de nome	→	<i>Jasmine</i> , nome pelo qual seu amante se apaixonou

⁴⁸ “Hal: - I fell in love with the name Jasmine” (*Blue Jasmine*, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os objetivos propostos, as contribuições que a presente análise buscou oferecer giram em torno da verificação e demonstração de processos de nomeação de personagens fictícios e do nome próprio enquanto algo simbólico. Ao mesmo tempo em que o agenciamento enunciativo da nomeação envolve um fator singularizador e particularizante do sujeito nomeado, ao colocar em funcionamento um nome possível em relação às possibilidades espaço-temporais existentes, a relação simbólica está inevitavelmente presente.

Não nos cabe afirmar aqui categoricamente, no entanto, que o autor e criador dos personagens ficcionais analisados (no caso, o cineasta norte-americano Woody Allen) se move com um intuito premeditado de mobilizar sentidos, pois não tivemos acesso a essa camada específica do processo criativo. Todavia, o simples fato de termos podido interpretar os nomes dados aos personagens enquanto elementos, em certa medida, “motivados”, já se torna suficiente para a análise que intentamos empreender.

Não podemos, tampouco, afirmar que essas relações simbólicas são rígidas e interpretáveis em qualquer sentido, pois também não foi este o nosso intuito. A análise que realizamos demonstra, ao contrário, que existe certa fluidez de sentidos, que podem ou não ser mobilizados, seja por parte do autor, que cria o texto e dá forma aos personagens, seja por parte do receptor, que recria o texto e, por consequência, os próprios personagens. Neste sentido, o que privilegiamos demonstrar é a capacidade de possibilitar sentidos no acontecimento enunciativo, que se dá por meio da memória que repousa sob e sobre a língua.

Nesse sentido, demonstramos como a referência é algo particularizado na língua e pela língua, por estar em uma relação histórica com outros acontecimentos enunciativos. Quando é dado a um personagem ficcional um nome próprio para seu referente primeiro, que é o sujeito individualizado necessitando de uma identificação que seja compatível com o contexto em que está inserido, o nome que recebe está sempre em uma relação com o memorável recortado pela própria temporalidade do agenciamento enunciativo.

Quando, de acordo com o funcionamento simbólico do mesmo personagem, ele recebe uma designação que se liga a um outro referente, podemos aí perceber a particularização de uma propriedade sendo atualizada pela introdução de um novo referente. Os designadores agem, então, como particularizantes, atualizando sentidos que a memória da língua, por estar impregnada de historicidade, possibilita.

Assim, de acordo com os resultados apresentados em nossas análises, concluímos que o nome próprio não está fora da língua, conforme pretendia Ziff. Tampouco, o nome próprio não está ligado apenas rigidamente a seu referente no mundo, segundo a teoria causalista de Kripke. Da mesma forma, verificamos que o sentido está no nome, e não em uma descrição possível, conforme as teorias descritivistas de Frege e Russell, e neodescritivistas de Wittgenstein e Searle.

Ainda que tenhamos analisado aqui somente nomes próprios de personagens fictícios, e as conclusões nos encaminham para o fato de que há sentidos mobilizados por essa categoria de nomes, a nossa intenção foi a de poder contribuir para a análise do nome próprio em sua generalidade, abarcando as variedades que podem causar desequilíbrio na aceitação da proposta que soluciona a relação referência/referente sem levar em consideração possíveis significações. Desse modo, o que pretendemos foi demonstrar a compreensão do nome próprio segundo a perspectiva de um acontecimento que possibilita uma nomeação enunciar designações diversas, particularizar variados referentes em somente um designador, revelando que o nome próprio tem, sim, sentido(s), e que é possível direcioná-lo(s).

Esse direcionamento de sentidos é, portanto, possível a partir de uma tomada de posição face às possibilidades que a língua proporciona. Ali onde encontramos uma aparente motivação, uma atribuição de propriedades, percebemos que há um recorte feito no intuito de atualizar uma possibilidade significativa, ainda que na realidade essa propriedade atribuída se esvai, pois o real não funciona como na linguagem.

Tomemos, como um último exemplo, o próprio nome de “Woody Allen”, criado por ele como nome artístico para substituir o seu nome de batismo, isto é, Allan Stewart Königsberg. Há aí também, ao lado do evidente fator particularizante, uma espécie de ressignificação, envolvendo o próprio artista nomeado. Quando este começa a escrever para jornais e assinar as piadas que elaborava, não o faz com seu nome de batismo, mas opta por um outro nome, para não ser, segundo suas próprias palavras, reconhecido na escola. Essa nova significação demonstra um dos pontos decisivos de nossa análise: a tomada de posição pela qual um nome provoca um determinado sentido, e não outro. É nessa produção de recortes que encontramos em funcionamento conceitos como o de referência, designação, nomeação, sentido e memória.

A referência porque algo é particularizado na linguagem. Ao recortar a possibilidade enunciativa Woody Allen, é apagado aquele que não gostaria de ser reconhecido na escola, Allan Stewart Königsberg, sob o desígnio de não se querer confundir os dois

referentes. Ao assinar agora como “Woody Allen”, cria-se, então, um novo referente: o escritor, o piadista e o artista, desvinculado, portanto, de seu portador.

Da mesma forma, vemos funcionar o processo de designação, pois há um sentido designado, determinado, excludente de outros. Ainda, vemos o processo de nomeação, pois há aí, de fato, uma renomeação, o portador do nome que se autodenomina diferentemente, rebatizando-se por aspectos justificáveis a si. O sentido está, portanto, sendo reformulado, redirecionando a significação justamente para essa diferença entre Allan Stewart Königsberg e Woody Allen. E, finalmente, a memória se faz presente no que apresenta a possibilidade de realizar todas essas diferenciações.

Logo, esperamos ter podido fornecer as devidas contribuições almejadas: pensar o nome próprio de personagens ficcionais, com base nas histórias características do “cinema narrativo” de Woody Allen, fornecendo exemplificações para a categoria geral dos nomes próprios e analisando o funcionamento enunciativo do nome exposto a uma cadeia de significações da língua em contato com o real.

Na medida em que se tornou necessário abordar questões como as de referência, enunciação, designação, sentido e memória, nossa expectativa foi atingida somente se demos cabo de apresentá-las em contato com as análises, sob uma perspectiva que evidenciasse os modos de operação de cada conceito de forma realística e, até certo ponto, intuitiva, no sentido de colaborar com a compreensão de conceitualizações que se tornam tantas vezes tão complexas.

Do mesmo modo, nosso intuito foi alcançado se a motivação parcial da criação do nome próprio de entidade fictícia foi demonstrada, como parte da elaboração do processo criativo e estético, numa tentativa aparente de estabelecer nos personagens determinadas propriedades, qualidades e características instauradas a partir de possibilidades polissêmicas, numa configuração ilusória, com vistas a dar sentido ao signo personagem.

Finalmente, cumprimos nosso objetivo se pudemos contribuir, de alguma forma, para o estudo do funcionamento da língua enquanto mecanismo inserido na história, como rede de relações polissêmicas *ad infinitum*, e também como promotora de sentidos a partir da enunciação, da memória e do contato com outras enunciações, com a exterioridade e com o real.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. et al. **O papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.
- AMARAL, Eduardo T. **Nomes próprios**: análise de antropônimos do espanhol escrito. 2008. 196 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.
- ANJOS, Ana Paula B. **Capital financeiro e empreendedorismo**: considerações sobre o sujeito contemporâneo em Match Point, de Woody Allen. 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2010.
- ANSCOMBRE, J. CLAUDE & DUCROT, O. **L'argumentation dans la langue**. Liège: P. Mardaga, 1988.
- ALVARES, Cláudia Assad. Os nomes próprios no dicionário. In: Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 7. 2003. **Anais...** Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2003, p. 6-8.
- AUMONT, Jacques. **A estética do filme**. 5.ed. Campinas: Papyrus, 2007.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité(s) énonciative(s). **Langages**, n. 73, p. 98-111, mar. 1984.
- AUROUX, Sylvain. **A filosofia da linguagem**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- BAUDRY, Jean-Louis. **L'effet Cinema**. Paris: Albatroz, 1978.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.
- BENVENISTE, Émile. **Problèmes de Linguistique générale I et II**. Paris: Gallimard, 1997.
- BRAIT, Beth. **A personagem**. São Paulo: Ática, 1985.
- BRÉAL, Michel. **Ensaio de semântica**: ciência das significações. São Paulo: EDUC, 1992.
- BRITO, Adriano Naves de. Nomes logicamente próprios e referência direta. **Principia**, Goiás, v. 5, n. 1-2, 2001.
- BOLINGER, Dwight L. **The sign is not arbitrary**. Los Angeles: University of California Press, 1949.
- CALVINO, Ítalo. **Se um viajante numa noite de inverno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CAMPOS, Jorge. **Os enigmas do nome**: na interface lógica, semântica e pragmática. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- CANDIDO, Antonio. **A personagem de ficção**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1968.

CASTRO, Vinícius Massad de. **A nomeação lúdica: um estudo enunciativo da apelação e dos apelidos de pessoa.** 2013. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.

COSTA, Cláudio F. Teorias descritivistas dos nomes próprios. **Dissertatio**, Pelotas, v. 30, p. 185,195, verão de 2009.

DUCROT, Oswald. **O Dizer e o Dito.** Campinas: Pontes, 1987.

ECO, Umberto. **Viagem na irrealidade cotidiana.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____, **Os limites da interpretação.** Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2000.

FREGE, Gottlob. **Lógica e filosofia da linguagem.** Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, 1978.

GARY-PRIEUR, Marie-Noëlle. **Grammaire du nom propre.** Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

GIRGUS, Sam. **The films of Woody Allen.** Nova York: Cambridge University Press, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de texto: procedimentos, análises, ensino.** Campinas: Editora RG, 2011.

_____, Aposto e nome próprio. **Entremeios**, Vale do Sapucaí, n.5, jul. 2012.

_____, Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. **Letras**, Santa Maria, n.26, p. 53-62, 2003.

_____, Domínio semântico de determinação. In: _____. MOLLICA, Maria Cecília (Org.). **A palavra: forma e sentido.** Campinas: Pontes, 2007.

_____, **História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil.** Campinas: Pontes, 2004.

_____, **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação.** 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____, ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). **Língua e cidadania: o português no Brasil.** Campinas: Pontes, 1996.

_____, Textualidade e enunciação. **Escritos**, Campinas, v. 2, 1998.

GUIRAUD, Pierre. **La sémantique.** Paris: Presses universitaires de France, 1955.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HAMON, Philippe. Pour un statut sémiologique du personnage. **Langages**, Paris, v. 6. n. 6, p. 86-110, 1972.

HOLEN, Jan. Est-ce que le signe linguistique est motivé? **Philologica**, v. 76. p. 133-138, 2000.

- JONASSON, Kerstin. **Le Nom propre**: Constructions et interprétations. Belgique: Louvain-la-Neuve, 1994.
- KARINSKY, Harry. Zelig: Woody Allen's classic film continues to impact the world of psychiatry. **Canadian Psychiatry Aujourd'hui**, v. 3, n. 5, out. 2007.
- KLEIBER, George. Sur le rôle cognitif des noms propres. **Cahiers de Lexicologie**, Paris, v. 91, p. 151-165, 2007.
- KRIPKE, Saul Aaron. **Naming and necessity**. Cambridge: Harvard University Press, 1980.
- LAX, Eric. **Conversas com Woody Allen**: seus filmes, o cinema e a filmagem. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- LAGES, Susana Kampff. **Walter Benjamin**: tradução e melancolia. São Paulo: Edusp, 2002.
- MARTINET, Hanne. Le nom propre dans la tradition littéraire. **Meta, journal des traducteurs**, Paris, v.27, n.4, p. 392-400, 1980.
- METZ, Christian. **A significação no cinema**. Tradução de Jean-Claude Bernardet. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- MILL, John Stuart. **A system of logic, ratiocinative and inductive**. Nova York: Harper & Brothers, Publishers, Franklin Square. 1882.
- MOLINO, Jean. Le nom propre dans la langue. **Langages**, Paris, v. 16. n. 66, p. 5-20, 1982.
- MUANIS, Felipe. Cinema: entre o texto e o dispositivo. **Logos Comunicação e Universidade**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 01, jul. 2010.
- OLIVEIRA, Sheila Elias de. **Cidadania**: história e política de uma palavra. Campinas: Pontes, 2006.
- ORLANDI, Eni. **Análise do discurso**: Princípios e procedimentos. 8.ed. Campinas: Pontes. 2008.
- _____, A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. In: DIAS, Cristiane. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital** [online]. Série e-urbano. v. 2, 2013.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- POSSENTI, Sírio. Observações sobre interdiscurso. **Revista Letras**, Curitiba, n. 61, p.253-269. 2003.
- RANCIÈRE, Jacques. **La fable cinématographique**. Paris: Seuil, 2001.
- _____, **Les mots de l'histoire**: Essai de poétique du savoir. Paris: Le Seuil, 1992.
- _____, **Les écarts du cinéma**. Paris: La fabrique, 2011.

RASIA, Gesualda. Semântica do acontecimento: um olhar sobre a cidade, seus nomes e suas práticas. **Conexão das Letras**, Caxias do Sul, v. 2. n. 2. p. 179-182, 2006.

RUSSELL, Bertrand. **Introdução à filosofia matemática**. Tradução de Augusto J. Franco de Oliveira. Londres: George Allen & Unwin, 1919.

_____, **Logic and Knowledge: Essays 1901-1950**. New York: Capricorn Books, 1950.

_____, On denoting. **Mind (New Series)**, Oxford, v. 14, n. 56, p. 479-493, out.1905.

_____, **The philosophy of a logical atomism**. Nova York: Taylor & Francis e-Library, 2009.

SANTOS, Gabriel Leopoldino. Enunciação, designação e metáfora: um estudo sobre o político na linguagem. **Entremeios**, Vale do Sapucaí, v. 6, jan. 2013.

SARTRE, Jean Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de Rita Correia Guedes. Paris: Les éditions Nagel, 1970.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística geral**. Org. Charles Bally, Albert Sechehaye. Tradução de Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEARLE, John. Proper names. **Mind**, Oxford, v. 67, n. 266, p. 166-173, abr. 1958.

_____, **Atos de Fala**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

SILVA, Soeli Maria Schreiber. O memorável na relação entre línguas. **Discursividade**, Campo Grande, n. 9, jan. 2012.

SOUZA, L. F. **PLATÃO, Crátilo**. Estudo e Tradução. 2010. 200 fls. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

STRAWSON, Peter Frederick. On referring. **Mind (New Series)**, Oxford, v. 59, n. 235, p. 320-344, jul.1950.

VERNANT, Denis. **La philosophie contemporaine du langage**. Grenoble: Université Pierre-Mendès-France, 2009.

WILMET, Marc. **Le nom propre en linguistique et en littérature**. Bruxelles: Académie Royale de la langue et de littérature françaises de Belgique, 1995.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

ZIFF, P. **Semantic analysis**. New York: Cornell University Press, 1960.

Filmografia

ALLEN, WOODY. **Bananas**. [Filme]. Produção de Charles Joffe, direção de Woody Allen. 1971. Color. 82 min.

ALLEN, WOODY. **Annie Hall**. [Filme]. Produção de Robert Greenhut, Charles Joffe, Jack Rollins. direção de Woody Allen. 1977. Color. 93 min.

ALLEN, WOODY. **Zelig**. [Filme]. Produção de Robert Greenhut, Charles Joffe, Jack Rollins. direção de Woody Allen. 1983. P/B. 79 min.

ALLEN, WOODY. **Broadway Danny Rose**. [Filme]. Produção de Charles H. Joffe, Jack Rollins, J. E. Beaucaire, direção de Woody Allen. 1984. Color. 95 min.

ALLEN, WOODY. **Crimes and Misdemeanors**. [Filme]. Produção de Robert Greenhut, Charles Joffe, Jack Rollins. direção de Woody Allen. 1989. P/B. 104 min.

ALLEN, WOODY. **New York Stories**. episódio “Oedipus Wrecks”. [Filme]. Produção de Robert Greenhut, direção de Woody Allen. 1989. Color. 124 min.

ALLEN, WOODY. **Alice**. [Filme]. Produção de Charles Joffe, Jack Rollins. direção de Woody Allen. 1990. Color. 102 min.

ALLEN, WOODY. **Mighty Aphrodite**. [Filme]. Produção de Jack Rollins, Jean Doumanian, J. E. Beaucaire, direção de Woody Allen. 1995. Color. 95 min.

ALLEN, WOODY. **Deconstructing Harry**. [Filme]. Produção de Charles H. Joffe, Jack Rollins, J. E. Beaucaire, direção de Woody Allen. 1997. Color. 96 min.

ALLEN, WOODY. **Melinda e Melinda**. [Filme]. Produção de Charles H. Joffe, Jack Rollins, J. E. Beaucaire, direção de Woody Allen. 2004. Color. 99 min.

ALLEN, WOODY. **Blue Jasmine**. [Filme]. Produção de Charles H. Joffe, Jack Rollins, J. E. Beaucaire, direção de Woody Allen. 2013. Color. 98 min.